UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

Nicolas Wolff de Farias

Cooperativas Descentralizadas da Agricultura Familiar: um estudo das contribuições voltadas para o Desenvolvimento Territorial Sustentável da Serra Catarinense

Florianópolis
2024

Nicolas Wolff de Farias

Cooperativas Descentralizadas da Agricultura Familiar: um estudo das contribuições voltadas para o Desenvolvimento Territorial Sustentável da Serra Catarinense

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais, área de concentração: Agroecossistemas.

Orientador: Prof. Fábio Luiz Búrigo, Dr.

Florianópolis
2024

Farias, Nicolas Wolff
Cooperativas Descentralizadas da Agricultura Familiar : um estudo das contribuições voltadas para o Desenvolvimento Territorial Sustentável da Serra Catarinense / Nicolas Wolff Farias ; orientador, Fábio Luiz Búrigo, 2024.
143 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Agroecossistemas. 2. Cooperativismo. 3. Agricultura Familiar. 4. Desenvolvimento Territorial Sustentável. 5. Degeneração do cooperativismo. I. Búrigo, Fábio Luiz. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. III. Título.

Nicolas Wolff de Farias

Cooperativas Descentralizadas da Agricultura Familiar: um estudo das contribuições voltadas para o Desenvolvimento Territorial Sustentável da Serra Catarinense

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em três de dezembro de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dimas de Oliveira Estevam, Dr.
Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina

Natal João Magnanti, Dr.
Centro Vianei de Educação Popular

Prof. Ademir Antônio Cazella, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais, área de concentração: Agroecossistemas.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof. Oscar José Rover, Dr.
Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Documento assinado digitalmente
Fabio Luiz Burigo
Data: 04/02/2025 12:45:55-0300
CPF: ***.872.999-**
Verifique as assinaturas em https://v.ufsc.br

Prof. Fábio Luiz Búrigo, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2024.

AGRADECIMENTO

Quero começar esse agradecimento saudando minha amada companheira, Juliana, que tem sido minha parceira número um nessa jornada da busca pelo aperfeiçoamento técnico-científico. Sem nossa parceria, com certeza não estaria trilhando os passos que hoje trilho do lado dela com muita alegria. Te amo imensamente.

Também agradeço a minha família, que sempre me ofereceu suporte material para que pudesse ter as melhores chances diante de uma sociedade tão competitiva. Agradeço todos os momentos bons que passei ao lado de vocês nesses anos e a ajuda que me deram para eu chegar aqui. Amo a todos vocês.

Agradeço também, do fundo do coração, todas as pessoas que escolhi e juntei como amigos nessa caminhada em Floripa durante 20 anos. Um apelo especial para a Banda Mangues, Grupo Guacamole, Hakuna Matata, Resistência, Feab, Neamb e tantos outros nós que me atei nesse continente-ilha.

Um muito obrigado para a Universidade Federal de Santa Catarina, em especial o Centro de Ciências Agrárias, que foi um ponto de inflexão para o entendimento de meu objetivo nesse planeta. É cômico proferir as palavras “é um privilégio” estar aqui, referindo-se ao cursar uma universidade pública, pois realmente o é, visto o nível de desigualdade que compreende a população brasileira. É essencial ampliar o acesso ao ensino superior público no país, pois ele não só forma trabalhadores aptos a vender sua força de trabalho, mas cabeças pensantes para transformar a sociedade.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, seus professores, colegas e servidores, por terem me proporcionado um ambiente propício ao desenvolvimento de minhas capacidades científicas como pesquisador, inclusive dando-me subsídios para participar de eventos e realizar pesquisas de campo. Reforço, como o PPGA e seus integrantes, a importância da interdisciplinaridade para formação de pesquisadores aptos a entenderem os complexos dilemas da atualidade.

Um agradecimento a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), por subsidiar e financiar parte das pesquisas que resultaram esse e outros projetos ao quais estou envolvido e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por prover minha bolsa de pós-graduação.

Agradeço ao Núcleo de Desenvolvimento Rural Sustentável e seus integrantes, em especial os companheiros do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território, por proporcionar todas as conexões necessárias para progredir nos estudos do Desenvolvimento Rural Sustentável, me incluindo nessa força-tarefa. Fico contente ao relembrar o momento da decisão de seguir os estudos acadêmicos no tema do Desenvolvimento Sustentável, e como fui feliz nessa escolha.

Um agradecimento com todo carinho a meus mestres e professores, que fizeram parte de minha caminhada até então. Um abraço especial para o professor Fábio Búrigo e o professor Ademir Cazella que somam uma importantíssima parte em minha formação como pesquisador e no meu entendimento do espaço rural catarinense.

Agradeço os dirigentes, agricultoras, agricultores e organizações que me permitiram realizar essa pesquisa. Sempre fui muito bem recebido em seu dia-a-dia e moveram todos os esforços para responder da melhor forma meus questionamentos. É uma honra poder investigar o movimento dessas organizações no território da Serra Catarinense.

Por fim, devo agradecer a ela, nossa bela Serra Catarinense, ou Planalto Serrano, ou Planalto Sul, ou Região dos campos, ou Serra, ou Região dos Lagos, ou tantas outras denominações para esse maravilhoso pedaço de chão. Seu clima frio e encantador (eu amo o frio intenso), suas paisagens de campos e araucárias são de tirar o fôlego. Agradeço por ter sido bem recebido nessa terra e poder viver o que vivi no alto desses “cerros”.

Este trabalho é dedicado a Universidade Federal de Santa Catarina, por ter me formado com excelência, provendo as oportunidades necessárias para que realizasse mais uma etapa de minha vida acadêmica, diante de tudo que ela já me proporcionou. Dedico também a todas as pessoas que estiveram comigo nessa caminhada, que me incentivaram a seguir o caminho do estudo e acreditaram desde o princípio em minhas capacidades.

"Cada fumaça uma planta morta
Cada balaço um pelado morto
Cultivaram-se galpões e erradicaram as ocas
Taparam buracos os bois de botas
Para além do mito, coragem e Anita
Para além do grito, farrapos na colina
O campo verde se torna oceano
Na imensidão dessa grama, navegando
Almirante Garibaldi, subindo o rio do rastro!
Os pés no chão, os heróis no pasto
Está morta a alma de Maria
Pouco viveu Juliana, porque não podia
Debaixo das tábuas de maciço pinheiro
Jaz as armas de todos os bugreiros
Que pagaram o pão em orelhas,
como faziam os pelados
Esses malignos, aqueles fiés
Dois lados, diferentes réis
Catarina já foi revoltada, tipo canudos…
Terror dos peludos!
Terra nenhuma dos tempos profundos
No lugar do pinheiro, o pinus
No lugar da tropa, a soja
No lugar do caminho, a ferrovia
No lugar do povo, a mercadoria

No lugar do povo, a mercadoria…"

Autoria própria

RESUMO

A modernização conservadora no Brasil amplificou uma lógica capitalista no meio rural, causando problemas socioeconômicos e ambientais, o que atingiu, de forma desigual, todas as regiões do Brasil. Essa modernização foi implementada durante o período da ditadura militar, quando o movimento cooperativista foi utilizado como instrumento para alavancar a transição tecnológica. Isso contribuiu para um cenário deletério para o movimento cooperativista do Brasil, fazendo com que cooperativas se afastassem de seus ideais em busca da sobrevivência no cenário econômico concentrado, competitivo e desigual. Essa tendência é sistematizada na tese da degeneração, que em seu estágio final pode tornar uma cooperativa semelhante a uma empresa capitalista, em seus valores e princípios. Buscando enfrentar essa realidade, uma pesquisa foi realizada no território da Serra Catarinense utilizando o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), a qual analisa produtos e serviços específicos ofertados de forma conjunta, aplicando-a no estudo de cooperativas e agroindústrias da agricultura familiar. Com isso, foi evidenciado cooperativas que pertencem a um movimento que surgiu em Santa Catarina em 1998, denominado Cooperativas Descentralizadas da Agricultura Familiar (CDAF). Essas organizações possuem uma série de características que as distinguem das cooperativas convencionais, tais como uma gestão horizontal e participativa, descentralização de estruturas e da produção, uso de contrato de comodato, acesso às políticas públicas de aquisição de alimentos, etc. Essas cooperativas podem representar um modelo inovador, capaz de enfrentar os dilemas da degeneração, inclusive atuando na territorialização da Agenda 2030 da ONU, objetivando a promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS). Diante disso, esse trabalho tem como objetivo analisar as características das CDAF da Serra Catarinense, levando em conta seus produtos e relações com o território, sob a ótica do Desenvolvimento Territorial Sustentável. A metodologia da pesquisa é de caráter qualitativo, descritivo e exploratório, e contou com realização de entrevistas junto aos dirigentes e gestores de CDAF da Serra Catarinense. Além disso, utilizou-se de quatro instrumentos analíticos para a obtenção dos resultados. Foi verificado que as cooperativas analisadas na Serra se enquadram no conceito de CDAF, possuem uma gestão horizontal liderada por agricultores, além de algumas particularidades como uma menor atuação na agroindustrialização, com foco na comercialização de vegetais e derivados de maçã. Com exceção de uma, as CDAF atualmente não possuem muitas ações voltadas ao enfoque da CBST, sendo a participação na governança territorial sua maior contribuição para a construção do DTS da Serra. Também foi averiguada sua grande capacidade em atuar perante os preceitos da Agenda 2030, especificamente no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2 e 8. Como resultado dessa dissertação, foi elaborada uma ferramenta capaz de analisar de forma sistêmica os atributos das CDAF. Como conclusão, verificou-se a capacidade dessas cooperativas de enfrentar os dilemas da degeneração, através de suas formas de gestão interna e seu papel na construção do DTS. Por fim, como principal apontamento para novas pesquisas, foi apurado a necessidade de delimitar mais precisamente as diferenças entre CDAF e outros tipos de cooperativas, buscando conceber uma “teoria geral das CDAF”.

Palavras Chave: Cesta de Bens e Serviços Territoriais; Agenda 2030; Degeneração; Governança territorial

ABSTRACT

Conservative modernization in Brazil implemented a capitalist logic in the countryside, causing socioeconomic and environmental problems that affected the whole country. This modernization was implemented during the military dictatorship, when the cooperative movement was used as an instrument to leverage technological transition. This contributed to a deleterious scenario for the cooperative movement in Brazil, causing cooperatives to move away from their ideals trying to survive in the concentrated, competitive and unequal economic scenario. This trend is systematized in the Degeneration Thesis, which in its final stage can make a cooperative similar to a capitalist company, in its values and principles. Seeking to address this reality, a study was conducted in the territory of Serra Catarinense, with the objective of adapting the theory of the Basket of Territorial Goods and Services (CBST) approach, which analyzes specific products and services offered jointly, applying it to the study of cooperatives and agroindustries of family farming. As a result, cooperatives that belong to a movement that emerged in Santa Catarina in 1998, called Decentralized Cooperatives of Family Farming (CDAF), were highlighted. These organizations have a series of characteristics that distinguish them from conventional cooperatives, such as horizontal and participatory management, decentralization of structures and production, use of loan-for-use contracts, access to public policies for food acquisition, etc. These cooperatives can represent an innovative model, capable of facing the dilemmas of degeneration, including acting in the territorialization of the UN's 2030 Agenda, aiming at the promotion of Sustainable Territorial Development. Therefore, this work points to analyze the characteristics of the CDAF of Serra Catarinense, taking into account their products and relations with the territory, from the perspective of Sustainable Territorial Development. The research methodology is qualitative, descriptive and exploratory, and included interviews with the leaders and managers of the CDAF of Serra Catarinense. In addition, four analytical instruments were used to obtain the results. It was found that the cooperatives analyzed in Serra fit the concept of CDAF, having horizontal management and in the hands of farmers, in addition to some particularities such as a smaller role in agroindustrialization, focusing on the commercialization of vegetables and apple derivatives. With one exception, the CDAFs currently don’t have a loto f actions according to the CBST theory, with participation in territorial governance being their greatest contribution to the construction of the Serra DTS. Their great capacity to act in accordance with the precepts of the 2030 Agenda was also verified, specifically within the scope of Sustainable Development Goals 2 and 8. As an outcome of this dissertation, was design a tool capable of analyzing in a systemic way the attributes of CDAF. Another result was verified, the capacity of these cooperatives to face the degeneration dilemma, through their forms of internal management and their role in the construction of the DTS. Finally, as the main suggestion for new research is the need to define precisely the differences between CDAF and other types of cooperatives, seeking to conceive a “general theory of CDAF”.

Keywords: Basket of Territorial Goods and Services; 2030 Agenda; Degeneration; Territorial governance

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030..... 25
Figura 2 - Mapa da localização da Serra Catarinense.....48
Figura 3 - Paisagem típica do Planalto Serrano, composta por florestas e campos naturais.....49
Figura 4 - Distribuição percentual dos estabelecimentos agrícolas da agricultura familiar de Santa Catarina.....52
Figura 5 - Representação da governança territorial na região da Agência de Desenvolvimento de São Joaquim.....55
Figura 6 - Mapa de localização geográfica das sedes das CDAF estudadas.....58
Figura 7 - Representação gráfica em radar dos eixos de categorias das CDAF.....63
Figura 8 - Exemplo de mapa gerado na SNA das cadeias curtas de comercialização da Grande Florianópolis.....65
Figura 9 - Vista da sede da Ecoserra.....73
Figura 10 - Agroindústria da Coopermuse, com espaço cedido via contrato de comodato.....75
Figura 11 - Marca própria da cooperativa Ecoserra.....76
Figura 12 - Gráfico radar dos atributos das CDAF, segundo seu tipo ideal.....83
Figura 13 - Gráfico radar da CDAF Cooperanita, por categoria de atributos.....86
Figura 14 - Gráfico radar da CDAF Rincão dos Pomares, por categoria de atributos.....87
Figura 15 - Gráfico radar da CDAF Econeve, por categoria de atributos.....89
Figura 16 - Gráfico radar da CDAF Coopermuse, por categoria de atributos.....90
Figura 17 - Gráfico radar da CDAF Ecoserra, por categoria de atributos.....91
Figura 18 - Sobreposição da Rincão dos Pomares e Coopermuse, por categoria de produtos.....92
Figura 19 - Sobreposição dos gráficos radares de todas as CDAF estudadas..... 93
Figura 20 - Vista do palco principal da Festa da Maçã de 2024, em São Joaquim.....97
Figura 21 - Rede de CDAF e atores territoriais da Serra Catarinense e suas relações.....98
Figura 21 - Sobreposição dos gráficos radares da Ecoserra e da Cooperanita, por categoria de atributos.....107
Figura 23 - Suco de maçã orgânica comercializado pela Rincão dos Pomares.....112
Figura 24 - Polpa de maçã comercializada pela cooperativa Coopermuse.....114
Figura 25 - Carona, chá típico utilizado pelos tropeiros, comercializado pela Coopermuse.....115
Figura 26 - Rede Social da CDAF Ecoserra.....117
Figura 27 - Rede Social da CDAF Econeve.....118
Figura 28 - Rede Social da CDAF Rincão dos Pomares.....119
Figura 29 - Rede Social da CDAF Cooperanita.....120
Figura 30 - Rede Social da CDAF Coopermuse.....121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Marcos históricos da agenda do Desenvolvimento Sustentável..... 24

Tabela 2 - A descrição dos 7 princípios do cooperativismo.....35

Tabela 3 - Compilação dos atributos das CDAF, a partir dos estudos sobre o tema.....46

Tabela 4 - Serviços prestados aos associados de CDAF situadas em territórios rurais de SC....47

Tabela 5 - Número e variação de estabelecimentos agropecuários da Serra Catarinense, SC e Brasil.....54

Tabela 6 - Criação de um tipo ideal de CDAF, seguindo a distribuição de atributos teóricos em categorias..... 62

Tabela 7 - Exemplos de preenchimento das fichas de inventários dos ativos e recursos específicos das CDAF analisadas.....64

Tabela 8 - Metas, a atuação das cooperativas e questões abordadas no roteiro para o ODS 2....66

Tabela 9 - Metas, a atuação das cooperativas e questões abordadas no roteiro para o ODS 8....67

Tabela 10 - Dados quantitativos das CDAF analisadas.....72

Tabela 11 - Objetivos, estratégias e serviços ofertados pelas CDAF da Serra Catarinense.....77

Tabela 12 - Dados gerais referente aos dirigentes das CDAF da Serra Catarinense.....81

Tabela 13 - Atributos das CDAF e a presença nas cooperativas estudadas.....84

Tabela 14 - Relação entre os principais produtos de qualidade produzidos, seus diferenciais e a oferta de produtos de forma conjunta pelas CDAF.....94

Tabela 15 - Inventário dos produtos específicos produzidos pelas CDAF da Serra Catarinense.....95

Tabela 16 - Participação das CDAF em festas e eventos típicos e relações.....96

Tabela 17 - Número de relações das CDAS (laços fortes), com outras entidades.....99

Tabela 18 - Cumprimento das metas do ODS 2 pelas CDAF da Serra Catarinense.....100

Tabela 19 - Cumprimento das metas do ODS 8 pelas CDAF da Serra Catarinense..... 102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARESC	Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
ACARPESC	Associação Catarinense de Crédito e Assistência Pesqueira do Estado de Santa Catarina
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
AF	Agricultura Familiar
AIF	Agroindústria Familiar
AMREC	Associação de Municípios da Região Carbonífera
AMURES	Associação de Municípios da Região Serrana
APACO	Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CBST	Cesta de Bens e Serviços Territoriais
CDAF	Cooperativas Descentralizadas da Agricultura Familiar
CEPAGRO	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CISAMA	Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
COOFANOVE	Cooperativa de produção agroindustrial de Nova Veneza
COOPERANCHIETA	Cooperativa da Agricultura Familiar Camponesa e de Economia Solidária
COOPERANITA	Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Anita Garibaldi e Região dos Lagos
COOPERFAMÍLIA	Cooperativa dos Agricultores Familiares de Rio Fortuna e Toda Santa Catarina
COOPERMUSE	Cooperativa Agroindustrial da Mulher Serrana
COP	Conferência das Partes
COPAFAC	Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Concórdia
DTS	Desenvolvimento Territorial Sustentável
ECONEVE	Cooperativa Ecológica de São Joaquim
ECOSERRA	Cooperativa ecológica de agricultores, artesãos e consumidores da região serrana
EMPASC	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAPESC	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina
IASC	Instituto de Apicultura de Santa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IG	Indicação Geográfica
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisa Espacial
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
LEMATE	Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território
MIT	Massachussetts Institute of Technology
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OCESC	Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPAA	Políticas Públicas de Aquisição de Alimentos
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RQT	Renda de Qualidade Territorial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar
SNA	Social Network Analysis
UNFCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICOPAS	União Nacional de organizações Cooperativistas Solidárias
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidário

Sumário

1 **Introdução** 16

2 **Referências Teóricas da Pesquisa** 24

2.1 DA NOÇÃO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO AO CONCEITO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 24

2.1.1 O Desenvolvimento sustentável incorpora a abordagem territorial 28

2.1.2 A Cesta de Bens e Serviços Territoriais: categorias teóricas e governança 31

2.1.3 A importância da governança territorial e os desafios para implantação das CBST no Brasil 34

2.2 DAS COOPERATIVAS PIONEIRAS ATÉ AS COOPERATIVAS DA AF: UMA BREVE REVISÃO 36

2.2.1 Cooperativas descentralizadas: um modelo inovador para o DTS e a promoção da agricultura familiar? 43

2.3 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA SERRA CATARINENSE: AF, AGRONEGÓCIO E GOVERNANÇA 50

3 **Metodologia** 57

3.1 OBJETO DE PESQUISA: COOPERATIVAS DESCENTRALIZADAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DA SERRA CATARINENSE 58

3.2 PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DE PESQUISA 60

3.3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA DE CAMPO 61

3.4 INSTRUMENTOS DE TABULAÇÃO E ANÁLISE 62

3.4.1 O tipo ideal Weberiano 62

3.4.2 Fichas de inventário dos ativos e recursos específicos 65

3.4.3 Análise social em rede adaptada ao arranjo de atores da Serra Catarinense 66

3.4.4 Tabela das metas aglutinadas dos ODS 67

4 **Resultados** 70

4.1 PERCURSO HISTÓRICO DAS CDAF ANALISADAS 70

4.1.1 Cooperanita 70

4.1.2 Rincão dos Pomares 71

4.1.3 Econeve 71

4.1.4 Coopermuse 72

4.1.5 Ecoserra 72

4.2 CARACTERÍSTICAS ATUAIS DAS CDAF DA SERRA CATARINENSE 73

4.2.1 Dados quantitativos e filiação à entidade representativa: uma análise material 73

4.2.2 Objetivos, estratégias e serviços ofertados aos cooperados 78

4.2.3 Questões relacionadas aos dirigentes das CDAF: representação e inovação 82

4.3 ANÁLISE DE ATRIBUTOS 85

4.3.1 Cooperanita 87

4.3.2 Rincão dos Pomares 88
4.3.3 Econeve 90
4.3.4 Coopermuse 91
4.3.5 Ecoserra 92
4.3.6 Análise comparativa 93
4.4 ANÁLISES SOB O ENFOQUE DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS 95
4.4.1 Inventário dos produtos de qualidade das CDAF no enfoque da CBST 95
4.4.2 Relação das CDAF com eventos e atores territoriais 98
4.5 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DAS CDAF PERANTE A AGENDA 2030 101
4.5.1 A Análise sobre o ODS 2 102
4.5.2 A Análise sobre o ODS 8 104
5 **Discussão** 107
5.1 O PERFIL DAS CDAF DA SERRA CATARINENSE: 107
5.1.1 O tipo ideal das cooperativas descentralizadas e comparações regionais 107
5.2 AS CDAF COMO PARTE DO ARRANJO DE ATORES EM UMA CBST 112
5.2.1 O papel das CDAF na oferta de produtos e serviços lastreados no território da Serra Catarinense 112
5.2.2 O papel das CDAF na governança territorial da Serra Catarinense 118
5.3 AÇÕES E POTENCIALIDADES DE CUMPRIMENTO DOS ODS 2 E 8 PELAS CDAF DA SERRA 124
5.4 AS CDAF SÃO CAPAZES DE SE AFASTAR DE PROCESSOS DE DEGENERAÇÃO COOPERATIVISTA? 127
6 **Considerações Finais** 129

1 INTRODUÇÃO

"O Brasil está em chamas", é o tipo de manchete que por muitos meses de 2024 se observou nos portais de notícia do país. Em meio a uma seca que chega a atingir 148 dias em algumas regiões, uma série de mais de 200 mil focos de incêndios são notificados, deixando o Brasil como o país líder na quantidade de queimadas no cenário internacional de 2024, com 11,39 milhões de hectares destruídos, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) (CONTAG, 2024). Estudos comprovam que a maioria desses focos na região do Cerrado, do Sudeste e da Amazônia está adjacente a áreas do agronegócio, seja de criação extensiva de gado, de cana, de soja ou de desmatamento, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE) (Sobrinho, 2024). Em meio a uma crise climática, vê-se que os efeitos deletérios ao meio ambiente causados pela agricultura convencional têm se amplificado ano a ano e se tornado cada vez mais enérgicos. Diante disso, é importante elucidar quando e de que forma o modelo de agricultura brasileira iniciou uma postura pujante e predatória.

O ponto de inflexão que acelerou o caráter predatório da agricultura convencional no Brasil tem seu marco histórico na "revolução verde", iniciada a partir dos anos 1960. Esse movimento modernizante e conservador trouxe uma série de impactos ao incorporar as tendências do capitalismo moderno na agricultura do país (Palmeira, 1989). Segundo Niederle e Wesz (2022), a importação do modelo estadunidense trouxe no uso de pacotes tecnológicos, agrotóxicos e concentração de terras uma modernização do tipo conservadora, que reproduzia as mesmas consequências sociais causadas pela revolução industrial na Europa, desta vez no campo. Pela lógica desse modelo, a agricultura tradicional camponesa é marginalizada ou integrada, o que gera êxodo rural, concentração de capital, disputa por terras e desigualdade social (Sartori; Magnanti, 2021).

Esse cenário é heterogêneo, mas hegemônico em todo o território nacional, como também é o caso de Santa Catarina, estado caracterizado pela presença de colonização de imigrantes europeus, que ocuparam as terras na forma de pequenas propriedades agrícolas. Ao longo do século XX, parte significante desses colonos se transformaram em agricultores familiares especializados inseridos no agronegócio, se incorporando parcialmente ou totalmente ao processo de modernização conservadora da agricultura. Em algumas regiões com economia menos dinâmica de Santa Catarina, esses agricultores passaram a conviver com outras famílias agricultoras que preservavam características tradicionais, de uma agricultura pré-modernizada. Na Serra Catarinense, essas contradições se expressam de forma

intensificada. O local de maior concentração de terras do estado, também possui agricultura tradicional e convive com o avanço do agronegócio (Cazella et al., 2019). Essa conformação contribui para que a região tenha baixos indicadores de desenvolvimento e grande desigualdade social, enfrentando um constante esvaziamento da população do meio rural dos pequenos municípios, principalmente de jovens.

Isso leva a uma escassez de experiências cooperativas consolidadas no território, onde os pequenos e médios produtores possuem baixos incentivos à formação de associações e cooperativas, notadamente voltados ao ramo agropecuário, gerando um reduzido número de ações coletivas de produção e comercialização de produtos agrícolas. Santa Catarina, por um lado, representa o estado com o maior número de cooperados no cenário nacional, com 4.327.882 de pessoas (OCB, 2023) ou 37,21% da AF filiada (contra uma média nacional de 10,58%) (IBGE, 2017), por outro lado, no território da Serra Catarinense, este cenário não se apresenta. Diante dessa realidade, Elias et al. (2019) destaca que diferente das regiões Oeste e Sul, os agricultores familiares da região da Serra Catarinense possuem uma maior resistência em investir nessas formas de organização.

Ploeg (1992) assinala que o capitalismo gerou um processo de inserção crescente da produção agrícola nos mercados, ocasionando redução de autonomia dos agricultores. Essa redução pode afetar a capacidade dos atores de se articularem para a cooperação e recorrer a soluções baseadas numa ótica individualista e na busca incessante pelo lucro monetário. Para Sachs, o capitalismo criou a ideia de um desenvolvimento restrito, que prioriza e valoriza aspectos econômicos e ganhos produtivos, negligenciando questões sociais, políticas, ambientais e territoriais (Sachs, 1993). Em muitos contextos, esse modelo de desenvolvimento capitalista das forças produtivas baseado na globalização, induziu a uma uniformização das condições de produção, que visava tornar as diferenças geográficas meras distâncias espaciais (Pecqueur, 2006a), o que gerou tentativas crescentes de padronização dos processos de desenvolvimento dos territórios rurais e a consequente desvalorização dos aspectos geográficos específicos. Para Mior (2011), essa estratégia de desenvolvimento, adotada pelas forças produtivas via especialização e ganho massivo de escala, pode ser vista como um processo de desterritorialização.

Em movimento contrário a essa tendência, a discussão da sustentabilidade dos territórios rurais passou a ser um assunto recorrente nos debates dos agentes de desenvolvimento. Pecqueur (2006a) relata que na segunda metade do século XX surge uma nova dinâmica produtiva, ancorada nos territórios rurais e protagonizada por atores locais que

se unem para a construção de novos mercados. De acordo com Jean (2010), em termos teóricos essa abordagem rompeu com uma tradição mais antiga dos estudos sobre o desenvolvimento regional, onde o território era sinônimo de espaço físico, portanto, visto numa ótica administrativa ou como uma questão de escala. Assim, com o surgimento dessa nova visão, o território passou a ser visto como um "recurso para o desenvolvimento", uma forma de reprodução social que sustenta o desenvolvimento e delimita as fronteiras territoriais (Lacour, 2000).

Buscando construir um modelo prático de desenvolvimento sustentável para territórios rurais, no início do século XXI, pesquisadores franceses da *Université Pierre Mendes*, de Grenoble, formularam estratégias metodológicas inovadoras a partir da valorização de produtos e serviços específicos, por meio de um arranjo de atores territoriais de diversas naturezas, que se relacionam e protagonizam inovações na arena territorial. Denominada Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) (Pecqueur, 2005), esse enfoque teórico-metodológico está sendo adaptada ao contexto do Brasil por meio de diversos projetos coordenados por membros do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Na agenda internacional, o debate sobre novas soluções para o desenvolvimento se faz presente no esforço dos países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU), que por meio da Agenda 2030, instauraram como uma de suas premissas o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esses Objetivos e suas metas buscam causar mudanças estruturais nas desigualdades sociais e na forma predatória de desenvolvimento seguida pela sociedade moderna (Movimento Nacional ODS SC, 2022). Os ODS com maiores interfaces com a produção de alimentos feita na ótica da CBST é o ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável) e o ODS 8 (Trabalho descente e crescimento econômico).

A agenda 2030 assinala que para a implementação desses objetivos e metas serão necessários dispor de meios e instituições capazes de realizá-los em âmbito local, etapa predecessora ao alcance de transformações estruturantes e universais. Para a ONU, umas das formas de se impulsionar esses processos de transformação na ótica local e territorial é a mobilização social por meio da ação coletiva protagonizada por associações e cooperativas (Silva et al., 2021).

O movimento cooperativo surgiu no século XIX em meio a expansão da revolução industrial e no contexto dos trabalhadores urbanos. A partir da segunda metade do século XIX

surgiram muitas cooperativas por toda a Europa e, logo após, em outros continentes, carregando consigo princípios e valores comuns defendidos pelo movimento cooperativo para todo o globo (Namorado, 2013, p.5).

Hoje o órgão representativo das cooperativas em âmbito internacional é a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que está à frente do movimento cooperativista e atua através de diversas parcerias com órgãos das Organizações das Nações Unidas. Diante da pertinência de fomentar um modelo coletivo de organização para a transformação da sociedade, os países integrantes da ONU votaram por unanimidade em tornar 2025 o ano internacional do Cooperativismo, para divulgar e desenvolver as ações das cooperativas que promovam soluções inovadoras para enfrentar desafios globais, como mudanças climáticas, desigualdade social e desenvolvimento econômico sustentável (OCB, 2024).

O cooperativismo no Brasil tem seu primeiro marco legal na constituição de 1891, pois até então essa forma de associação era proibida. A partir da instauração da ditadura militar, no ano de 1964, surgiram diversos movimentos por parte do governo de utilizar o movimento cooperativista como ferramenta para instaurar o processo de modernização conservadora na agricultura do país. Em 1969, o governo federal da época apoiou a constituição da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) visando dar sustentação institucional e política a essa estratégia e obrigar o movimento cooperativo a se reestruturar sob a tutela de uma única organização de representação nacional (unicidade). Dois anos depois foi promulgada a Lei Geral do Cooperativismo (Lei 5764/1971), que chancelou a OCB como a figura de representação legal do movimento cooperativista, bem como estabeleceu outros regramentos para o funcionamento das cooperativas que perduram até hoje (Búrigo, 2010).

Todavia, nos anos 1980, com a redemocratização do país e a eclosão de diversos movimentos sociais ligados ao campo, surgem inúmeras experiências cooperativas alternativas que ganham respaldo legal para funcionar fora da alçada OCB. Assim, diversas cooperativas que atuavam de maneira diferente do cooperativismo convencional ganham espaço no meio rural brasileiro. Autodenominadas solidárias, essas cooperativas nascem ligadas aos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, por meio de sindicatos e associações de trabalhadores rurais e da agricultura familiar (AF), entidades vinculadas a povos tradicionais e populações mais vulneráveis do campo (Ghellere et al., 2014).

Em Santa Catarina, a AF tem uma forte e histórica relação com o cooperativismo, derivada de seu processo de colonização com imigrantes europeus e desenvolvimento rural,

que coloca o estado na segunda posição dentro do ranking nacional de participação percentual de agricultores ligados ao movimento cooperativo (IBGE, 2017). Nos últimos anos, têm surgido em Santa Catarina cooperativas oriundas da agricultura familiar e da agroecologia que buscam desenvolver uma nova forma de inserção dos associados nos circuitos de comercialização, com destaque para o mercado das compras institucionais, criadas por meio de políticas públicas que incentivam a aquisição de alimentos produzidos pela AF. Essas novas cooperativas são geralmente formatadas para atender condições e objetivos relacionadas a essas políticas públicas.

Aqui denominadas de Cooperativas Descentralizadas da Agricultura Familiar (CDAF), esse modelo de ação coletiva engloba diversas experiências correlatas, que muitas vezes já eram conhecidas por outras denominações, tais como "Agroindústrias Familiares Cooperativas", "Cooperativas da Agricultura Familiar" e "Cooperativas Virtuais" (Estevam; Mior, 2014). As CDAF são mais flexíveis que as cooperativas ditas tradicionais, pois não criam estruturas físicas centralizadas para o processamento ou transformação de produtos, preservando também processos internos de decisão e gestão de caráter mais democrático. Suas funções primordiais são auxiliar a AF a acessar as políticas públicas de aquisição de alimentos e certificar a produção agroindustrial e agroecológica desses agricultores.

Assim, as CDAF podem ser consideradas uma inovação institucional importante em termos de alcance territorial, pois sua presença já é percebida em várias regiões de Santa Catarina (Estevam; Mior, 2014). Apesar de sua relevante presença, não existem muitos estudos sobre o tema. Ou seja, há uma carência analítica sobre suas principais características e reprodução no ambiente econômico, envolvendo a sua capacidade de manter ativas estratégias negociais e soluções de governança desenvolvidas originalmente pelos cooperados.

Uma das discussões recorrentes no seio dos pesquisadores que estudam o tema do cooperativismo é o chamado "dilema da degeneração", que ocorre geralmente na medida em que as cooperativas se estruturam e começam a ampliar suas atividades. Essa situação se apresenta a partir do momento que surgem pressões advindas do ambiente interno, oriundas do próprio quadro social, e do ambiente externo, oriundas das relações sociais nos mercados e nos meios onde a cooperativa atua. Muitas vezes, é nesse momento que, para crescer, elas passam a incorporar discursos e características operacionais oriundas de organizações não cooperativas e, com isso, abrindo mão ou abandonando suas aspirações originais e respeito aos ideais cooperativos (valores, princípios, identidade e marca).

Diante desse tema, a linha de pensamento marxista revela que, por exemplo, as cooperativas, imersas numa sociedade capitalista de mercado e de acirrada competição, tendem a perder ou enfraquecer suas concepções e fidelidades para operar por meio da lógica da busca incessante do lucro e do acúmulo de capital. Essa leitura da realidade aparece teorizada na "tese da degeneração", pela qual fatores externos, como a concentração de capital, os monopólios e o ciclo do capital (Marx, 2017), mas também internos como a criação de uma alta burocracia e formação de oligarquias, presente na teoria da "Lei de Ferro da Oligarquia", acabam afastando essas organizações de seus princípios norteadores (Cornforth, 1995). Schneider (1981) relata também sobre essa tendência nas cooperativas brasileiras, mostrando que, mais do que os princípios que as norteiam, é o território e a conjuntura do meio de atuação que acabam moldando a sua forma de reprodução.

Tendo em vista essas questões, revela-se a necessidade de realizar estudos que caracterizem e analisem o potencial social, econômico e gerencial das CDAF. A presença dessas cooperativas nos territórios também sugere a realização de investigações sobre a sua capacidade de participar e de liderar processos ligados à governança territorial. A governança territorial é a rede de coordenação de organizações da sociedade civil e do poder público que deve realizar o planejamento, execução e avaliação das medidas relacionadas aos recursos específicos presentes na realidade local. Para isso, essa rede deve ser plural, representativa e horizontal, de modo que o poder público, os agentes privados e as cooperativas e associações possam tomar de forma equânime as decisões relacionadas ao território.

O território aqui analisado, a Serra Catarinense, é rico em recursos naturais, mas enfrenta sérios problemas para se desenvolver. No meio rural, a presença de florestas cultivadas e de outros empreendimentos atrelados à produção de madeira, papel e celulose, além de cultivos de commodities gera concentração de capital e degradação ambiental (Sartori; Magnanti, 2021). Essa dinâmica é derivada do processo de ocupação de terras baseado em grandes propriedades, que gerou desigualdades e poucos estímulos à ação coletiva, o que contribui para que a Serra detenha ainda grandes parcelas de pobreza rural e possua o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Santa Catarina. Uma década atrás, a Serra Catarinense também registrou o menor número de redes de cooperação que atuam com agroindustrialização, conforme o estudo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) sobre as Redes de Cooperação nos Empreendimentos de Agregação de Valor de Santa Catarina (Reiter et al., 2016). Nesse estudo, o território possuía apenas uma rede de cooperação, na categoria de Cooperativa Descentralizada, muito abaixo

das 32 redes presentes na região do Oeste Catarinense e das 36 redes existentes no Sul Catarinense, como exemplo.

Apesar desse processo histórico desafiador, observa-se que recentemente, o território da Serra vem passando por um processo importante de transformação. Esse fenômeno já permite constatar a presença de novas organizações privadas, públicas e associativas. Porém, uma das principais características da maioria desses atores coletivos é falta de maior interação (Cazella et al., 2019), pois os produtores se encontram desarticulados ou participam de organizações com objetivos meramente utilitarista, focando seus vínculos associativos no processo produtivo e mercantil. Por outro lado, alguns estudos realizados no âmbito do projeto "Desenvolvimento Territorial Sustentável: interfaces entre a Cesta de Bens e Serviços, mercados e marcas territoriais" revelaram crescimento das novas redes de cooperação que não estavam presentes no mapeamento da Epagri (Souza et al. 2020, Tecchio et al., 2021; Farias et al., 2023; Ribeiro et al., 2023; Ribeiro et al., 2024).

Tal situação indicou a coexistência no território da Serra de empreendimentos que seguem uma lógica econômica capitalista, muitas vezes excludente e individualista em termos sociais, com uma diversidade de iniciativas conduzidas por agricultores familiares, várias delas destinadas ao beneficiamento e processamento de produtos agropecuários regionais que utilizam como matéria prima recursos locais típicos (Ribeiro et.al, 2024). No plano organizacional, político e representativo, convivem também várias organizações focadas nas estruturas empresariais de grande porte, com outras que mobilizam agricultores e gestores de agroindústrias familiares e pequenos empresários, para a formação de associações, marcas coletivas e cooperativas, ou seja, numa dinâmica mais coerente com os preceitos do DTS, tema que será abordado mais adiante.

Tendo esse quadro como pano fundo, este trabalho adota como elemento norteador a seguinte pergunta de pesquisa: Em que medida o modelo organizacional das CDAF da Serra Catarinense representa uma alternativa para se enfrentar os recorrentes processos de degeneração das cooperativas e, por conseguinte, contribuindo para a promoção do DTS? Com base nessa pergunta, a hipótese levantada nessa pesquisa é que as CDAF representam uma inovação organizacional importante, capaz de enfrentar o dilema da degeneração por conta de sua forma de gestão e sua atuação territorial condizente ao DTS.

Levando em consideração a pergunta de pesquisa e hipótese, o objetivo geral deste trabalho é analisar as características, organização e modo de ação das CDAF da Serra

Catarinense, tendo em conta seus produtos e relações com o território, sob a ótica do Desenvolvimento Territorial Sustentável. Além disso, o trabalho tem como objetivos específicos:

1. Descrever as principais características das CDAF existentes na Serra Catarinense, à luz do referencial teórico sobre o tema das cooperativas descentralizadas, desenvolvendo uma ferramenta de análise para essa categoria.
2. Criar um inventário de produtos comercializados pelas CDAF e analisá-los por meio do enfoque da CBST.
3. Analisar a participação das CDAF relacionada na participação de eventos típicos e na governança do território da Serra Catarinense.
4. Verificar a capacidade das CDAF atenderem as metas previstas dentro dos ODS 2 e 8 da Agenda 2030 da ONU.

Em termos metodológicos, a pesquisa detém um caráter exploratório e adota uma análise de natureza qualitativa. Emprega métodos primários e secundários para investigar cinco CDAF da Serra Catarinense. Para auxiliar na análise e discussão dos resultados, recorreu-se a construção de um tipo ideal weberiano de CDAF, que foi elaborado a partir de elementos colhidos na literatura e nas discussões com os demais membros da equipe de pesquisa do Lemate que também pesquisam o tema.

Diante do exposto, esta dissertação está dividida em seis seções, além desta introdução. No próximo tópico é abordado o referencial teórico utilizado, com revisão dos principais conceitos que dão aporte para a realização e a interpretação dos resultados da pesquisa. No terceiro tópico são explicitados os materiais e métodos, além das principais ferramentas utilizadas na análise e interpretação dos dados coletados. No quarto tópico são abordados os principais resultados da pesquisa, tecendo informações a respeito das características e funcionamento das CDAF investigadas, muitas delas obtidas por meio da comparação com o tipo ideal especialmente construído para auxiliar nesta análise, com também dos principais produtos agroindustrializados e sobre as relações firmadas no território pela cooperativa, com base nos preceitos da CBST e suas ações alinhadas às metas dos ODS 2 e 8. Na quinta sessão é feita a discussão dos resultados e por fim, o último tópico aborda as considerações finais e principais apontamentos resultantes dos produtos dessa pesquisa.

2 REFERÊNCIAS TEÓRICAS DA PESQUISA

2.1 DA NOÇÃO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO AO CONCEITO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ao retratar a cronologia do termo Desenvolvimento Sustentável, Mariano (2019) assinala que desde a década de 1960 pesquisadores de vários países mobilizam estudos e produzem relatórios sobre os limites do modo capitalista de desenvolvimento, e que as atuais abordagens do tema carregam uma gama considerável de conhecimentos oriunda desses grupos de pesquisa. Desde então, muitos desses estudos foram debatidos em encontros internacionais sobre meio ambiente e direitos humanos realizados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esses eventos geraram subsídios que auxiliam as sociedades atuais a refletir sobre o tema e organizar estratégias que levem a melhoria de condições de vida dos povos, mantendo a qualidade ambiental e também a formular um ideário a respeito do desenvolvimento sustentável, mais condizente com as realidades locais.

Um dos marcos históricos dessa discussão é o Relatório de Brundtland (1987), cujo título oficial é “Nosso futuro comum”. O relatório apresentou de forma pioneira uma definição de Desenvolvimento Sustentável, a qual embarcava os dizeres “satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades”. Esse relatório foi resultado do trabalho da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1983, presidida pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland (Barbieri, 2019).

Apesar de ser basilar, este relatório foi precedido por um trabalho realizado 15 anos antes, intitulado “Os limites do crescimento”, no qual foram apresentados resultados de simulações computacionais conduzidas por um grupo de pesquisadores do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). Esse trabalho foi encomendado pelo “Clube de Roma”, uma organização não governamental, criada em 1968, com o objetivo de promover o crescimento econômico sem danos ao meio ambiente (Mariano, 2019). Segundo o autor, por meio de projeções sobre o crescimento populacional e o uso de energias não renováveis, o trabalho do Clube Roma já trazia informações alarmantes sobre o futuro do planeta, mas que não geraram grandes repercussões na comunidade internacional, sendo seus alertas retomados somente uma década e meia depois, por meio do Relatório Nosso futuro Comum.

Outro marco da discussão sobre o tema do Desenvolvimento Sustentável foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também

conhecida como Eco-92, Rio-92 ou Cúpula da Terra. O evento contou com a inédita participação de 172 países e produziu uma série de acordos e convenções, tais como a Agenda 21 e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCC).

A partir das programações da Agenda 21 foram organizadas duas novas conferências internacionais após a Rio-92: a) Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), realizada em Joanesburgo na África do Sul, em 2002; b) Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Natural (Rio+20), realizada novamente na cidade do Rio de Janeiro, em 2012. Apesar das expectativas favoráveis, Mariano (2019) destaca que os avanços obtidos por essas duas últimas conferências não foram tão decisivos para a temática do Desenvolvimento Sustentável quanto a Eco-92, demonstrando as dificuldades para se pactuar mudanças nos modelos de desenvolvimento adotados pelos países ricos, que podem afetar os padrões de vida já alcançados por suas populações, como também de gerar mecanismos de solidariedade que impulsione o desenvolvimento das nações mais pobres sob novas bases.

O UNFCC produziu um tratado internacional com objetivo de reduzir as emissões globais dos gases de efeito estufa. Para que esse tratado pudesse ser posto em prática, foi acordado que as partes signatárias iriam se reunir anualmente em um evento denominado Conferência das Partes (COP). Foi a partir da COP que surgiu, em 1997, o Protocolo de Quioto, um acordo que visava estabelecer metas de redução de emissão de CO_2 (Mariano, 2019).

Realizada em 2000, na sede das Nações Unidas em Nova York, a Cúpula do Milênio resultou na formulação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), gerando um documento guia que visava dotar a humanidade de um caminho para seguir em direção ao Desenvolvimento Sustentável. Para tanto, os representantes de 191 países presentes na Cúpula deliberaram pela constituição de 8 objetivos e de 21 metas. Apesar dos inúmeros avanços alcançados por conta dos ODM, a sua profundidade, abrangência e equidade foram limitadas, pois o compromisso com os ODM foi muito variado de país para país. Mas esse modelo de construção de uma agenda global seria base para a formulação de novas políticas internacionais de desenvolvimento nos anos seguintes. Abaixo, segue tabela dos principais marcos da discussão do Desenvolvimento Sustentável no plano internacional até o início da década de 2010 (Tabela1).

Tabela 1- Marcos históricos da agenda do Desenvolvimento Sustentável

Ano	Marco
1968	Clube de Roma
1972	Relatório “Limites do crescimento”
1983	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED)
1987	Relatório Brundtland “Nosso futuro comum”
1992	Eco-92, Agenda 21 e Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
1995	Primeira COP, ocorrida em Berlim
1997	Protocolo de Quioto
2000	Cúpula do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
2002	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10)
2012	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Natural (Rio+20)
2015	Acordo de Paris sobre as alterações climáticas
2015	Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: O próprio autor, 2024.

Na 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada entre 25 e 27 de setembro de 2015, na sede da ONU em Nova York, lançou-se um novo desafio global. Batizado de Agenda 2030, foram ampliadas metas e atualizados prazos das agendas que haviam sido lançadas anteriormente pela ONU (Agenda 21 e Agenda do Milênio). A discussão em torno da construção dessa agenda foi protagonizada pelos países do chamado Sul global. Esses países se agruparam num movimento de insatisfação sobre o processo que levou a construção dos antigos ODM, alegando que eles tinham sido estabelecidos de forma vertical e impositiva pelos países do “Norte global”.

Com o lema de “não deixar ninguém para trás”, essa nova agenda traz em seus princípios a ideia de uma aliança verdadeiramente planetária em busca de equidade internacional, justiça, combate à pobreza, preservação ambiental e desenvolvimento sustentável (Oliveira et al., 2021). Divididos em 5 grandes eixos, chamados de “os 5 Ps”: Pessoas, Planeta, Parcerias, Paz e Prosperidade, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram concebidos com um grau muito mais elevado de objetividade e de formas de avaliação do que as agendas anteriores (Figura 1).

Figura 1 - Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030

Fonte: Comissão Econômica América Latina e Caribe (CEPAL), 2023.

Os ODS estabelecem compromissos considerados universais, transformadores e de caráter integrado e indivisível, tornando um desafio a aplicação plena de suas premissas em um mundo desigual (MOVIMENTO NACIONAL ODS SC, 2022). Seu principal intento consiste na erradicação da pobreza e da fome, a igualdade de gênero e o desenvolvimento sustentável. De forma geral, os ODS buscam construir uma sociedade livre do medo e da violência, disponibilizando para a sociedade o direito à alfabetização, à saúde, aos direitos humanos, à água potável, alimento suficiente e saneamento básico. Além disso, busca promover um meio ambiente equilibrado, a igualdade sem discriminação, respeito à infância e juventude. Para isso, os ODS anteveem um mundo em que cada país desfrute de crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, de trabalho decente para todos, sempre interagindo com a proteção ambiental e a erradicação da pobreza (MOVIMENTO NACIONAL ODS SC, 2022).

Além dos 17 objetivos o documento conta com 169 metas e 231 indicadores. Para que essas metas sejam viabilizadas, elas devem ser operadas em múltiplos níveis, que vão desde uma escala global até a territorial, sempre envolvendo as três dimensões do Desenvolvimento Sustentável e respeitando as etapas cronológicas. Nesse sentido, a discussão da Agenda 2030 e dos ODS, associadas ao cooperativismo pelos seus 7 princípios, em especial o sétimo princípio (interesse pela comunidade), ganha um horizonte potencial no estabelecimento de vínculos e compromissos mais compatíveis das cooperativas em relação à sustentabilidade do território em que elas atuam (Silva; Búrigo, 2022).

De acordo com Torres et al. (2024), a atuação das cooperativas é totalmente concordante aos ODS previstos na Agenda 2030, principalmente os objetivos 2 e 8. No âmbito do ODS fome zero e agricultura sustentável, os autores apontam a atuação das cooperativas junto aos produtores no processo de transição ecológica dos sistemas produtivos, na formalização e inserção dos alimentos produzidos nos diversos canais formais de comercialização e na compra de insumos agrícolas a preços reduzidos pelo ganho de escala. Sobre o ODS trabalho decente e crescimento econômico, os autores citam a capacidade das cooperativas em oferecer empregos estáveis, promovendo igualdade de gênero e redução de desigualdades sociais através de sua democracia participativa, estímulo ao empreendedorismo e inovação que geram crescimento econômico sustentado e sustentável.

2.1.1 O Desenvolvimento sustentável incorpora a abordagem territorial

Um dos efeitos do crescimento econômico como norma balizadora para o desenvolvimento, segundo a economia neoclássica, pode ser medido na escala territorial. Por essa ótica, o desenvolvimento regional e local necessariamente seria alcançado como resultado do crescimento econômico dos países, o qual era medido por meio de bases criadas por Kuznets, considerado o “pai do PIB” (Veiga, 2010). Até os anos 1970 essa visão homogeneizante de desenvolvimento, baseada na ideia de progresso econômico, praticamente não era contestada na sociedade e nos territórios.

Segundo Sachs (2002b), por muito tempo acreditou-se que apenas a modernização, gerada por meio das tecnologias e do crescimento econômico dariam conta da pobreza, reduzindo a desigualdade reinante. Mas a crescente globalização, gerada pelo capitalismo a partir da segunda metade do século XX, intensifica os fluxos mundiais de informação, capital, bens e serviços, gera um efeito “padronizante” nos territórios, reduzindo suas identidades e as relações de proximidade (Benko; Pecqueur, 2001).

Na medida que se modernizavam, segundo a economia neoclássica, os setores econômicos absorveriam toda e qualquer força produtiva, gerando um efeito automático de melhoria das condições de vida humana. Contrário a esse tipo de pensamento, Furtado (1974) dizia que a ideia otimista e reducionista do desenvolvimento como crescimento econômico é um mito, criado para desviar as atenções da tarefa de identificação das necessidades da sociedade e do alcance dos fins. Para Furtado, somente quando o projeto social promovido prioriza a efetiva melhoria das condições de vida, é que o crescimento econômico pode se metamorfosear em desenvolvimento.

Nos anos 1980, em consonância ao pensamento de Furtado e de outros autores críticos a primazia do crescimento econômico como receituário para o desenvolvimento, pesquisadores começaram a adotar uma noção mais abrangente para o termo, englobando esferas de análise que vão além da econômica e aplicando esses conhecimentos na ótica territorial. O ganhador do Nobel da Economia do ano de 1998, Amartya Sen, que defendia a ideia do desenvolvimento como resultado da liberdade substantiva, por meio de uma parceria com o economista paquistanês Mahbud ul Haq, concebeu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Embasa a concepção desse índice a tese de que o desenvolvimento existe quando os benefícios do crescimento econômico servem para ampliar as capacidades e a qualidade de vida humana (Veiga, 2010). Mais tarde, observou-se que, apesar de ser uma ferramenta indispensável, o IDH deixava de fora a questão ambiental e de bem-estar, tendo limitações por não calcular os impactos das atividades econômicas e sociais na natureza e nem avaliar as capacidades futuras existentes para se manter o padrão de vida das pessoas.

Ao discutir essa questão, Ignacy Sachs (1980) expõe a noção de Desenvolvimento Sustentável como resultado da harmonização das três grandes dimensões das ações humanas nas sociedades modernas, ou seja, o meio ambiente, a economia e as questões sociais. Posteriormente, Sachs adiciona duas novas dimensões: a territorial e a política (Sachs, 1993). Por fim, Sachs (2002a) adiciona as dimensões cultural e psicológica, conformando uma noção de desenvolvimento complexa, em que a sustentabilidade é um processo institucional vinculado, que alcança todos os níveis da sociedade, incluindo, para isso, as práticas políticas, sociais e econômicas (Nobre; Amazonas, 2022).

A vontade de direcionar olhar para o plano local fez outros pesquisadores do desenvolvimento conceberem o conceito Desenvolvimento Territorial Sustentável (Benko; Pecqueur, 2001). Por premissa desse conceito, o território é onde ocorrem a maioria das interações entre os seres humanos e o meio natural, presente no dia a dia das famílias (Abramovay, 2003). Consoante a Wilson (1996), existem duas negações inerentes ao conceito de DTS que devem ser observadas. A primeira é o fato de que o território não deve se fechar em si, isto é, a interação entre o local e o global deve ocorrer de forma tática e igualitária, sem sobreposição do “globalizado moderno” sobre o “atrasado local”. A segunda é a negação da sobreposição da supremacia econômica sobre o bem estar do coletivo, colocando os seres sociais envolvidos acima dos resultados financeiros obtidos. Por isso, o DTS é endógeno (de dentro para fora), interdependente de seus microssistemas e interações e de caráter coletivo.

Essa visão abre novas possibilidades para se pensar desenvolvimento sustentável como contraponto à globalização capitalista. A abordagem do desenvolvimento sustentável pode estar apoiada ou complementada por políticas públicas em âmbito local, regional, nacional e internacional (Pecqueur, 2006b), o que leva a necessidade de se compreender a esfera local da economia de forma não isolada, mas sua inteiração com outros espaços e oportunidades. Isso inclui novos estudos e investigações que busquem evidenciar de forma abrangente a capacidade de promoção do desenvolvimento nos territórios rurais afastados (Pecqueur, 2005). Mesmo em países desenvolvidos, por muitos anos, muitos territórios foram desfavorecidos ou marginalizados, pois não eram prioridade para o processo de modernização da agricultura, baseadas em produções em larga escala de commodities.

Em suma, a visão sistêmica a ser adotada pelo conceito de DTS permite compreender melhor o papel dos atores, suas organizações, o poder público e a governança envolvida na construção desse desenvolvimento, que assim se reproduz em um cenário de intensa interação social e ecológica (Abramovay, 2010). A abordagem do desenvolvimento territorial questiona a visão de espaço, a concorrência por escala e preço no mercado padronizado, solucionando problemas de produção e distribuição (Lévesque, 2010).

Para Galvanese (2021), nos anos 2000 a abordagem territorial ganha força no Brasil, por meio das reflexões de Veiga (2000; 2002) e Abramovay (2000; 2003), sendo os estudos deste último autor dedicados a analisar as implicações dessa abordagem no desenvolvimento do meio rural. Esse movimento pôs a abordagem territorial nos debates sobre desenvolvimento, porém, ainda é preciso avançar no entendimento da construção social e na forma de se lidar com demandas conflitantes presentes na escala local (Favareto et al., 2015).

De acordo com Lévesque (2010), três cientistas da sociologia rural abordam de forma heterogênea a noção de DTS. Bernard Pecqueur aborda o tema por meio do enfoque da economia de proximidade, uma abordagem geoeconômica que categoriza as aproximações geográficas, organizacionais e institucionais, gerando estratégias de inserção em mercados locais. Bruno Jean concentra-se na construção da reputação territorial e sua identidade, com a necessidade de criação de relações mais solidárias, dentro e fora do meio rural. Por fim, Ricardo Abramovay propõe uma teoria de interações sociais, que culmina nas decisões políticas e relações de poder, o que contempla os mercados, os espaços de governança e as políticas públicas. Para o autor, o DTS necessita levar em consideração as questões dos mercados socialmente construídos, as especificidades territoriais, a cultura local e os agentes públicos e cooperativos. Ou seja, ao incorporar ao conceito de desenvolvimento sustentável a noção de

território, o DTS abandona a visão estritamente setorial e analítica, compreendendo o papel dos atores, suas organizações, o poder público e a governança envolvida na construção desse desenvolvimento, que assim se reproduz em um cenário de intensa interação social e ecológica (Abramovay, 2010).

Em suma, atuar na direção do DTS significa priorizar iniciativas que vão além dos aspectos econômicos, buscando melhorias socioambientais, como também promover ações que aprimorem a governança entre os atores territoriais, ou seja, enfatize atividades que possuem um caráter verdadeiramente sustentável (Vieira et al., 2010), e que estejam imbricadas com as construções sociais de cada território. Muitas vezes, o desenvolvimento almejado no DTS deve ser alcançado de forma incremental, gerando diferenciações que se tornam generalidades, das quais emergem novas diferenciações (Veiga, 2010). Por isso, o processo de DTS não pode ser uma coleção de coisas, mas sim um processo que produz novas coisas. Segundo Mior (2010), os maiores desafios para a construção da teoria do DTS são os indicadores de qualidade dos produtos e serviços, a necessidade de maior aporte de políticas públicas e a necessidade de criação de redes horizontais de governança. O enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais permite costurar caminhos para se superar esses desafios.

2.1.2 A Cesta de Bens e Serviços Territoriais: categorias teóricas e governança

No início do século XXI, pesquisadores da *Université Pierre Mendes de Grenoble* (atualmente *Université Grenoble Alpes*), na França, formulam uma abordagem que busca compreender a construção de um território e compor estratégias de desenvolvimento. Gera-se, através da especificação e ativação de recursos territoriais, uma renda de qualidade territorial a partir da valorização de produtos e serviços específicos, mobilizados pelos atores sociais do território. Essa abordagem é denominada Cesta de Bens e Serviços Territoriais, sendo naturalmente repleta de interfaces com o conceito de DTS (Pecqueur, 2005).

O enfoque da CBST compreende o território de duas formas: **território dado**, espaço com delimitações claras (muitas vezes institucionais), não levando em consideração as dinâmicas sociais ali inseridas, como, por exemplo, bairros, municípios e estados federativos. E **território construído**, resultado da dinâmica contínua dos atores locais, que ao construir soluções para os problemas compartilhados, modificam a história, a cultura, a paisagem, as organizações sociais e os sistemas produtivos (Pecqueur, 2005). Um território dado pode aninhar diversos territórios construídos de forma imbricada, no qual a construção do enfoque da CBST está amparada.

Formulado na França, o enfoque metodológico da CBST fundamenta-se em processos de diferenciação de produtos e serviços. A "cesta" consiste no conjunto de produtos, serviços e da paisagem natural e transformada (patrimônio natural, arquitetônico, histórico e cultural), por meio da articulação de atores sociais de um mesmo território, ofertando-os de forma conjunta (Pecqueur, 2006b). É cristalina a necessidade de adaptar esta teoria europeia à realidade do Brasil, com o intuito de não gerar leituras que causem simplificações ou distorções dessa proposta, diante da complexidade do espaço rural brasileiro (Cazella et al., 2020).

Pelo enfoque da CBST, uma das principais questões que envolvem os atores sociais é a ativação de recursos e sua especificação. Um ativo compreende um bem ou serviço que está “em atividade”, ou seja, posto em prática e utilizado da melhor forma possível (Benko; Pecqueur, 2001). Os ativos são mobilizados ou gerados pelos atores locais na busca de soluções de problemas e conflitos intrínsecos ao território e a construção de novidades (Medeiros et al., 2020). Pelo enfoque das CBST, recurso se refere a todo bem e serviço em seu caráter virtual, não utilizado ou subutilizado. Ele precisa sofrer a ação dos atores locais, revelando-o, explorando-o ou organizando-se para se tornar um ativo, gerando uma “metamorfose” que modifica a própria natureza do bem ou serviço (Pecqueur, 2005). Recursos configuram uma reserva de possibilidades, podendo a qualquer momento ser mobilizada por atores territoriais de forma inovadora. Os ativos, por outro lado, são esses recursos usados de forma a gerar externalidades positivas, renda e qualidade alimentar e nutricional

Essas categorias de bens e serviços não estabelecem relações totalmente dicotômicas ou divergentes, pois compõem um *continuum*, uma escala gradiente com diversos graus de especificação e ativação. Esses produtos e serviços também têm um caráter temporário, isto é, podem oscilar nos graus, a depender dos rearranjos entre os atores territoriais, os conflitos e outras dinâmicas locais (Hirczak et al., 2005). Então, um produto pode ter diversos graus de ativação e oscilar por eles ao longo do tempo.

Ainda de acordo com Benko e Pecqueur (2001), ativos e recursos específicos são um conjunto de itens que podem ter caráter público e privado, que se reforçam em âmbito local e tem capacidade de adquirir uma reputação de qualidade territorial. Em outro trabalho, Pecqueur (2005) discorre que ambos englobam a oferta de bens, serviços, saber-fazer, cultura e paisagem que são específicos de um território e sua disponibilização pode ser resultado de um longo processo de acúmulo de experiências, a ser apropriado unicamente pelos seus utilizadores. Sendo assim, ativos e recursos específicos contém uma substância vinda das peculiaridades dos territórios, somada às relações sociotécnicas entre os atores locais (Benko; Pecqueur, 2001).

Já os recursos e ativos genéricos são abstratos, de fácil transferência, replicáveis, multiplicáveis e seu valor é tomado com o preço monetário obtido no mercado. Estes não possuem exigência quanto a um saber-fazer e independe da ação de atores locais para sua existência, sendo estranhos ao lastro territorial (Benko; Pecqueur, 2001). Todo tipo de bem e serviço é passível de ser um recurso, porém para se tornar ativo é necessária a ação dos atores locais. Há a possibilidade também de recursos e ativos genéricos se tornarem específicos, via aprimoramento na sua confecção, realização ou comercialização, como também ativos específicos podem sofrer um retrocesso e se tornarem genéricos (Cazella et al., 2020).

Esse último fenômeno de retrocesso foi observado por Ploeg (2016) no caso dos cordeiros de Texel, da Holanda. Devido a uma série de problemas, como secas e eventos climáticos extremos, houve uma transferência genética da raça local para outros países, como a Nova Zelândia. Com isso, toda uma cadeia de atores locais, infraestrutura e de turismo sofreram perdas e a carne do cordeiro de Texel foi comercializada sem lastro territorial no mercado mundial. Novas estratégias tiveram que ser tomadas pelos atores territoriais para a "reativação" da carne no território holandês, por meio da inovação nas parcerias com o turismo e outros atores privados.

Essas dinâmicas custosas e de difícil cristalização são protagonizadas pelos atores locais, que realizam a construção social e cultural do território. Podem ser eles instituições públicas, lideranças locais, movimentos sociais, sindicatos, entidades religiosas, indivíduos atuantes da sociedade civil e de organizações não governamentais (Pecqueur, 2005). São eles os agentes impulsionadores dos conflitos e de resoluções específicas do território, capazes de rearranjar recursos que combinam qualidade e se ancoram num local específico, gerando uma renda de qualidade territorial (RQT)[1], evidenciado também por Mollard (2000)[2].

Por fim, vale frisar que um dos marcos empíricos do enfoque da CBST é o exemplo Baronnies, território do sul da França repleto de paisagens belas e campos de lavanda. Na CBST de Baronnies, o ativo específico principal é o azeite de oliva, dotado de muita qualidade e produzido por agentes privados e cooperativas. Ao ser impulsionado, esse produto produziu

---

[1] A RQT, segundo Pecqueur (2006b), é a obtida na comercialização de um ativo específico por conta da reputação construída pelos atores territoriais. Sendo uma renda organizacional, a RQT reflete, indiretamente, a capacidade dos atores do próprio território em captar a disposição dos consumidores de pagarem preços mais elevados por aspectos relacionados ao ambiente, à cultura, à história ou ao saber-fazer de uma dada localidade. Segundo Ramos et al. (2024), a RQT também reflete a capacidade de se alcançar novos canais de comercialização e de se ganhar escala, gerando excedentes não só pela qualidade, mas também pela quantidade comercializada.

[2] Mollard (2000) evidenciou em seus trabalhos o surgimento de uma renda de qualidade territorial em estudos empíricos realizados no território de Baronnies, na França, território onde foi observado e concebido o enfoque da CBST.

um “efeito dominó” em diversos derivados da oliva e outros produtos típicos do território, alavancados pelo oferecimento de serviços ligados ao turismo. Com isso, produtos complementares como vinhos, lavanda, óleos essenciais etc. foram alavancados com ajuda de um produto chefe, o azeite de oliva (Hirczak et al., 2005). Apesar de ter sido o marco da teoria, o pesquisador relata que Baronnies, como qualquer outro território, dificilmente vai entregar resultados capazes de serem generalizados, devido ao caráter único e complexo da construção histórica dos arranjos sociais nos territórios.

2.1.3 A importância da governança territorial e os desafios para implantação das CBST no Brasil

As relações de proximidade e de confiança traçadas entre os atores territoriais, configuram um ponto central no enfoque da CBST. Milano e Cazella (2021) discorrem que o processo de consolidação de uma Cesta de Bens é dinâmico, contínuo e permanente, pressupondo uma coordenação multicêntrica entre atores públicos, privados e associativos. Esta coordenação, que deve ser convergente, solidária e equilibrada, é intitulada governança territorial. A governança é um processo dinâmico de resolução de problemas de ordem produtiva ou política, quase sempre de forma inédita. É o elo que liga os atores locais e permite a criação de uma qualidade territorial, revelando recursos desativados e permitindo a realização de sua “metamorfose” (Benko; Pecqueur, 2001).

As normas de governança são um conjunto complexo e de fronteiras tênues, especialmente no âmbito da ação social e econômica, pois não possui um modelo padronizado para aplicação em qualquer território. Cabe a cada conjunto de atores locais estabelecer essas fronteiras, que não podem ser impostas por vias institucionais, nem por vias verticalizadas de poder (Benko; Pecqueur, 2001).

O papel do Estado é essencial para a promoção de uma governança territorial democrática, em razão da mediação dos conflitos e da coordenação das ações, além de zelar pela manutenção e preservação dos bens coletivos e do meio ambiente. De acordo com Favareto (2015), existem diversas críticas em relação ao papel do Estado em alguns desses arranjos sociais, pois peca ao tentar promover a participação social da faixa mais marginalizada da população, limitando-se às relações com gestores públicos e movimentos sociais organizados.

O Estado cumpre importante papel na promoção da governança territorial das políticas públicas de aquisição de alimentos, que devem direcionar e regulamentar a produção e o

consumo de bens e serviços de forma territorial (Pecqueur, 2006b). Além da categoria dos atores públicos, cabe salientar o papel dos atores privados na manutenção de empreendimentos voltados ao oferecimento de produtos e serviços, dos atores associativos em mobilizar demais atores da sociedade e construir coletivos materiais e imateriais (Campagne; Pecqueur, 2014) e dos pesquisadores que analisam as mudanças e dinâmicas de poder imbricados nos processos de governança.

Com isso, Hirczak et. al (2008) aponta que o papel central dos atores na governança territorial de bens e serviços territorializados, é construir e manter laços de proximidade e confiança, buscando estabelecer conexões que vão além daqueles presentes nos mercados e cadeias produtivas convencionais. Para se caminhar em direção ao DTS, é fundamental recorrer a rede social regional de atores como produtores, trabalhadores, iniciativa pública, privada, entidades associativas e organizações cooperativas, gerando especificidades e qualidades "não deslocáveis", por conta do complexo arranjo necessário para sua reprodução (Benko; Pecqueur, 2001). Esse arranjo pode também manter e valorizar bens públicos de ordem natural, histórica e típica, conformando um pano de fundo perfeitamente conectado aos produtos da Cesta (Hirczak et al, 2008). A partir de diversos projetos de pesquisa[3] realizados em Santa Catarina sobre o enfoque da CBST, percebe-se que a existência de arranjos de governança territorial, mesmo que embrionários, é elemento desencadeador de processos de DTS.

Em seu artigo sobre a governança em torno da Indicação Geográfica (IG)[4] da erva mate, Prado et. al (2022) afirmam que os principais estudos sobre o DTS ressaltam a importância dos sistemas de governança territorial. Por conta disso, o papel dos atores territoriais, como são as cooperativas, passa por promover um desenvolvimento que desvie da busca pelo lucro a todo custo. Por meio de sua atuação na esfera territorial, as cooperativas podem influenciar as dinâmicas de mercado e de trabalho, fomentando a construção de ambiciosos projetos (Cazella et al., 2019; 2020).

---

[3] Estudos empíricos que adotam o enfoque da CBST demonstram que os principais processos de DTS nos territórios rurais de Santa Catarina são protagonizados por atores públicos, principalmente a Epagri e os Consórcios Intermunicipais (Milano; Cazella, 2021, Cazella et al., 2019; Souza et al. 2020, Tecchio et al., 2021; Prado et al., 2022; Farias et al., 2023; Ribeiro et al., 2023; Ribeiro et al., 2024)

[4] Segundo o INPI (2022), Indicação Geográfica (IG) é uma marca que é conferida a um produto ou serviço que apresenta qualidades únicas derivadas do *terroir* ou do saber-fazer. As IGs se constituam de duas formas:i) Indicação de Procedência (IP), é o nome geográfico de território que se tenha tornado conhecido por um determinado produto ou serviço. ii) Denominação de Origem (DO), é o nome do território que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

Conforme Cazella et al (2020), existem cinco principais desafios para conseguir adaptar o enfoque metodológico da CBST para as particularidades do meio rural brasileiro. O primeiro reside no desafio de construir mecanismos que possibilitem a participação de atores sociais que não integram as principais redes sociotécnicas das cadeias produtivas. O segundo aborda a questão da RQT, que ao elevar o preço final do produto por processos de agregação de valor, acaba acessando um mercado consumidor muito reduzido devido ao baixo poder aquisitivo da população brasileira, não democratizando o consumo desses produtos. O terceiro desafio refere-se à sustentabilidade ambiental, dado que a coabitação da AF com o agronegócio e a própria cultura dos povos e comunidades rurais pode ser um impedimento para obter eficiência na preservação ambiental. Como quarto desafio, ligado ao terceiro, os autores destacam a dificuldade de implementar sistemas de governança territorial capazes de romper com a visão setorial padronizada e o incentivo à "comoditização" da economia rural brasileira. Por fim, o quinto desafio se encontra na ausência de capacitação de agentes de desenvolvimento e extensão rural em metodologias capazes de promover especificidades e signos distintivos, como selos, IGs e outras formas de agregação de valor.

Para que os estudos sobre o enfoque teórico da CBST no sul do Brasil tenham êxito na compreensão das relações no meio rural, a análise deve perpassar pela análise do papel das cooperativas de produção agrícola, principalmente aquelas ligadas à AF, pois são estruturas historicamente atuantes na agregação de valor, na agroecologia, na mobilização de recursos específicos e na composição das instâncias de governança territorial (Scarabelot; Schneider, 2014; Mior et al., 2019; Milano, Cazella, 2021; Tecchio et al., 2022; Ribeiro et al., 2023; Farias et al., 2023; Cazella et al., 2024). Diante disso, cabe realizar uma melhor reflexão sobre os desafios enfrentados pelas cooperativas no quesito da integração com a AF, nas pressões de mercado para desvio de seus princípios e na adaptação à realidade do território.

2.2 DAS COOPERATIVAS PIONEIRAS ATÉ ÀS COOPERATIVAS DA AF: UMA BREVE REVISÃO

O movimento cooperativo tem como marco temporal inicial os pioneiros da cidade de Rochdale, Inglaterra, que em 1844 fundaram a primeira cooperativa, hoje reconhecida como tal, a *Rochdale Equitable Pioneer Society* (Holyoake, 1932). A principal influência ideológica dessa iniciativa foi o modelo cooperativo de Robert Owen (Rochdale, 2013), que defendia a organização de organizações coletiva capazes de atuar na educação, bem-estar, suporte e na distribuição de capital. Mais tarde, os princípios levantados no estatuto da cooperativa de Rochdale levariam ao pensador e cientista Charles Gide a sistematizar uma teoria

cooperativista, pela qual o cooperativismo seria o melhor caminho para se alterar o meio econômico-social da sociedade, de forma gradual e pacífica (Pinho, 2004).

Fruto do grande aumento no número de cooperativa na Europa, em 1885 é constituída a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), entidade que até os dias atuais congrega oficialmente o movimento cooperativo no mundo. Hoje, a ACI conta com mais de um bilhão de cooperados em 105 países, possuindo escritórios regionais em todos os continentes. Em 1995, em Manchester, foi quando a assembleia da ACI reformulou pela última vez os princípios do cooperativismo (Tabela 2), que servem como trilhos para o movimento cooperativo mundial guiar suas ações e posições perante seus cooperados e a sociedade (Klaes, 2007).

Tabela 2 - A descrição dos 7 princípios do cooperativismo

Princípio	Descrição
1) Adesão livre e voluntária	As cooperativas são organizações que cultivam objetivos comuns a seus cooperados, que filiam-se à elas de forma voluntária, independente de sua raça, gênero, religião e posicionamento político.
2) Gestão democrática pelos membros	Decisões devem ser tomadas de forma coletiva, onde todos os cooperados têm direito de voto, independente de quem seja.
3) Participação econômica dos membros	Os cooperados contribuem equitativamente para o capital social da cooperativa. Parte desse capital é do coletivo, sendo reinvestido na cooperativa e há possibilidade de retorno aos cooperados, de forma proporcional, os resultados financeiros
4) Autonomia e independência	As cooperativas são organizações autônomas e não recebem tutela de nenhum tipo de poder público ou privado, sendo controladas integralmente pelos cooperados.
5) Educação, formação e informação	Cooperativas devem realizar processos de capacitação e formação de seus cooperados, além de prestar informações à sociedade e seus cooperados sobre os benefícios do cooperativismo e seus resultados socioeconômicos.
6) Intercooperação	É a ação cooperativa entre cooperativas, para o fortalecimento do movimento e das unidades que compõem o movimento cooperativista, na superação dos desafios enfrentados na atualidade.
7) Interesse pela comunidade	Esse princípio foi o mais recente adicionado, onde presa pelo desenvolvimento sustentável das comunidades onde as cooperativas estão inseridas. Com isso, seus projetos territoriais devem ser economicamente viáveis, ambientalmente corretos e socialmente justos.

Fonte: Adaptado de ACI (2024).

Apesar das organizações cooperativas possuírem objetivos e caráter variados, pode-se dizer que elas se caracterizam por buscar uma socialização maior das riquezas, gerir de forma democrática as questões econômicas do coletivo, utilizando como princípios basilares a

reciprocidade e a cooperação (Ignácio; Souza, 2008). Além dos princípios, o movimento possui valores que são transversais a sua atuação, que são a autoajuda, autorresponsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade (ACI, 2024). Esses fatores, somados à identidade cooperativa e a marca distintiva, configuram os ideais do cooperativismo.

No Brasil, as influências do movimento cooperativista só vão tornar-se realidade para o poder público na constituição de 1891, sendo o primeiro marco regulatório das organizações cooperativas, que até então eram criminalizadas pelo império (Rodrigues, 1991). Segundo Búrigo (2007), o cooperativismo nunca foi visto pelo Estado brasileiro como instrumento garantidor de uma maior distribuição de ganhos econômicos na sociedade.

As cooperativas de produção agropecuária surgiram no sul do Brasil no final do século XIX, mas apenas após a crise financeira de 1929 que o movimento cooperativista ganhou projeção (Junqueira, 1975). No período do Estado Novo, o movimento foi regulado por leis e regulamentos que o direcionava para dois objetivos: fortalecer a agricultura moderna e o corporativismo empresarial (Aguirre, 1987), o que já premeditava os próximos passos do movimento, que seriam dados após o golpe militar de 1964.

Ainda segundo Aguirre (1987), na ditadura militar, o movimento cooperativista é utilizado pelo Estado como ferramenta para a promoção de uma modernização conservadora de forma tutorada, inclusive em parte dos setores da AF. É em 1969 que é promulgada a lei que cria a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), e a coloca à frente do movimento de forma institucionalizada através da lei federal 5.764 de 1971, a qual regulamenta os aspectos legais do cooperativismo e sua representação até os dias atuais (Ghellere et al., 2014).

O momento final da ditadura foi marcado por um efervescente movimento social de base popular, que toma força conforme cresce a oposição pelo regime militar no país (Antunes; Ridenti, 2007). Com isso, após a redemocratização e a Constituição de 1988, abre-se espaço político para setores mais vulneráveis e movimentos sociais da sociedade também criarem cooperativas, denominado por Rios (2009) de “cooperativismo popular”, ou solidário. Segundo Singer (2002), esses empreendimentos da economia solidária atuam e desenvolvem-se nas “frestas” do capitalismo.

Conforme Búrigo (2007), a partir dos anos 1990 o perfil político do movimento cooperativo tradicional, que marginalizou parte da AF e outros segmentos populares, acabou contribuindo para a criação de cooperativas independentes (sem filiação ao movimento) e cooperativas articuladas em outros movimentos de representação criados fora da alçada da

OCB. De caráter social e solidário, esses movimentos de cooperativas se somam a outras organizações associativas, formalizando-se como novas entidades como associações, condomínios, grupos etc. Apesar das resistências em alguns estados, várias dessas cooperativas conseguem se registrar nas juntas comerciais, mesmo não aderindo a OCB. Isso somente foi possível por conta do direito ao livre associativismo, garantido pela Constituição de 1988 (Búrigo, 2010). De acordo com Pires (2005), o surgimento de empreendimentos fora da alçada da OCB torna a obtenção de dados quantitativos atualizados que alcancem todas as cooperativas legalizadas uma tarefa temerária e complexa. Esse problema perdura até hoje, haja vista a falta de uma Lei Geral do Cooperativismo, que regularize as novas formas de registro e de filiação das cooperativas no país, destituindo a OCB como a única forma de representação do setor (Búrigo, 2010).

Assim, a partir da estruturação de diversas redes de cooperativas, como a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) em 1992, atuando com as cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidário (Unisol), em 2000, e a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), que atua com o cooperativismo da AF, em 2005, surge, no início de 2014, a União Nacional de organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas). A Unicopas nasce com a missão de representar o cooperativismo solidário no Brasil, congregando todos os setores e redes de cooperação já existentes (Ghellere et al., 2014).

Esse atraso revela o jogo de poder e de interesses que permeia o movimento do cooperativismo no país. Ou seja, um impasse político que se dá por conta da dicotomia envolto no tema, envolvendo grandes grupos corporativos, grandes montantes de capital e visões ideológicas contrastantes sobre o papel das cooperativas na sociedade (Silva, 2003). Pelo PL aprovado no Senado, a OCB e a Unicopas se tornariam as representações oficiais do cooperativismo no Brasil, dando legitimidade às duas entidades para o uso dos fundos de capital do cooperativismo (Brasil, 2015).

Segundo Marie (2019), um dos grandes dilemas das cooperativas brasileiras na atualidade é a lógica competitiva e a necessária de altas taxas de lucro e de investimento que elas assumem, buscando sua reprodução no modo de reprodução econômica capitalista. Visando sobrevivência, as cooperativas passam a adotar modelos de negócio e de gestão corporativos, distorcendo o objetivo e os princípios dessas organizações, principalmente quando seus resultados passam a ser medidos por métricas de desempenho (taxas de sucesso)

empregadas por organizações não cooperativas que atuam no mundo econômico baseando-se na lógica exclusiva do lucro e da competitividade (Levi, 2000), incorrendo no clássico dilema do isomorfismo institucional. Com isso, as cooperativas passam a ser valorizadas com o que tem de semelhança com as empresas mercantis, que no fundo são sociedades de capital e não sociedades de pessoas. Ainda segundo Levi (2000), a questão chave é como se pode conquistar sucesso econômico e estabilidade organizacional quando se funciona dentro do sistema capitalista, ao mesmo tempo preservando a associação dos ganhos econômicos aos interesses sociais dos filiados.

Para a noção do isomorfismo institucional, a perda da identidade de uma organização ocorre na medida que ela se afasta de seus procedimentos e cultura originais, para adotar métodos e procedimento empregados por outras organizações, sendo que esse fenômeno pode ser dar de forma coercitiva, mimética ou normativa (Dimaggio; Powell, 1983). Para os autores, o isomorfismo institucional tem muitas similaridades com a teoria da jaula de ferro ou *iron cage*, elaborada por Max Weber (1952, pg. 181), na qual aborda o fato que, ao passo que o capitalismo se desenvolve, ele reduz gradativamente as alternativas dos seres humanos, aprisionando-os em uma jaula que os impede de operar fora de suas delimitações, o que no caso do cooperativismo causaria a degeneração dos ideais cooperativistas.

Essa forma de pensamento tem origem no socialista Karl Marx (Mandel, 1975), que aponta que a degeneração das cooperativas surge de forma externa à organização, devido às relações de produção e valorização da sociedade capitalista dominante. Marx afirma que as cooperativas, apesar de serem organizações sociais com potencial de existência numa sociedade socialista, para manterem-se em operação no capitalismo, acabam caindo na lógica do capital, evoluindo para grandes e lucrativas corporações (Marx, 2017).

Para Meinster (1984), a degeneração das cooperativas passa por quatro fases: 1) fase do comprometimento aos princípios e objetivos e alto idealismo, o que mantém a cooperativa longe da degeneração, por um certo tempo; 2) fase em que o modelo economicamente reprodutivo da organização se estabiliza e começa a surgir disputas políticas entre os “idealistas sociais” e os “realistas capitalistas”; 3) fase em que acontece o abandono dos princípios cooperativos e o ideal do livre mercado é adotado por completo. Com isso, começam a ser instalados mecanismos de democracia representativa, distanciamento vertical no quadro social, racionalização das ações etc.; 4) fase que ocorre a perda total do poder de decisão pelos cooperados mais baixos na hierarquia da cooperativa.

Todas essas teses referentes à degeneração e ao afastamento dos princípios do cooperativismo, apesar de entregarem boas indicações das principais causas desse fenômeno, tem um cunho fatalista. Isto é, para elas não há como fugir da inevitável hegemonia do capital, o que levaria a um imobilismo social e político. Dando um contraponto a inevitabilidade da degeneração, Cornforth (1995) aponta que existem diversas experiências de cooperação que conseguem driblar a degeneração. São colocados como pontos primordiais para impedir essa tendência: i) realizar uma revisitação constante dos princípios e objetivos da organização; ii) adotar formas participativas e interativas de tomada de decisão em todas as esferas; iii) prezar pela transparência e comunicação; iv) implementar políticas efetivas de recepção e capacitação de novos membros para renovar e inovar a administração e; v) manter a fidelidade à base social da cooperativa, de modo a construir uma consciência de classe dentro e fora da organização. Interpretado dessa forma, o cooperativismo solidário no Brasil possui uma série de potencialidades que externalizam sua força contra as pressões do capitalismo, através da solidariedade e da ideologia social (Silva, 2009).

Antes de discutir as potencialidades das cooperativas no desenvolvimento dos territórios é importante reter que para Wanderley (1999), a agricultura familiar é uma forma única de organização socioeconômica, na qual a família é ao mesmo tempo dona dos meios de produção e assume o trabalho na unidade produtiva. Essa organização social possui certa autonomia em relação a sociedade global e relativa independência econômica, marcada pela possibilidade de produção de uma agricultura diversificada e do policultivo, proporcionada pela divisão familiar do trabalho. Essa agricultura, diferentemente da patronal, busca construir um horizonte de gerações pela construção de um patrimônio familiar, visando um projeto de futuro para seus integrantes. Isso cria um processo de construção de laços sociais que extrapolam as relações de parentesco, amarrando os agricultores entre si e no seu território.

Diante do exposto, a organização da AF em cooperativas é um caminho para a superação de desafios locais e para se avançar nas premissas do DTS. Desde que busque reproduzir dinâmicas que se adaptem às dificuldades dos agricultores e sem cair em lógicas degenerativas, essas cooperativas podem gerar renda, aumentar a oferta de alimentos e integrar e fomentar novos canais de comercialização (Freitas et al., 2022).

Todas essas características adaptativas não impedem que as adversidades possam afetar negativamente essa categoria. A constante modernização da agricultura via a priorização das commodities é um processo histórico, colocando a financeirização e as mudanças climáticas como principais desafios para a reprodução da AF no Brasil, principalmente devido ao êxodo

rural das mulheres e jovens, a integração e dependência às cadeias produtivas, aos problemas climáticos e aos conflitos por terra (Jollivet; Mendras, 1971). Freitas et. al (2022) explica outros entraves que cooperativas ligadas à AF podem enfrentar, tais como a ausência de capacitação e informação para os agricultores sobre cooperativismo e políticas públicas, indisponibilidade de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), custos de distribuição dos alimentos e ausência de processos de agregação de valor.

Para a mitigação desses e outros fatores, a organização da AF via cooperativas tem sido uma estratégia utilizada na luta por mais espaço sociopolítico e econômico e uma forma adaptada à realidade das suas unidades produtivas e à escala dos territórios onde vivem. Segundo Chayanov (2017), uma estrutura pulverizada com unidades agrícolas, nem grandes nem muito pequenas, balanceia as vantagens e desvantagens de escala e aproveita os ganhos gerados pela sua teoria dos ótimos diferenciais[5]. Cooperativas que respeitam seus ideais cooperativos podem enfrentar as tendências de degeneração e ao mesmo tempo buscar maior eficiência e inovação de seus modelos de gestão. Tais potenciais permitem que as cooperativas compostas por agricultores familiares possam assumir papel de destaque na ótica do DTS, ao comporem a oferta de produtos e serviços de qualidade diferenciada, atuarem nos processos de valorização de recursos territoriais e participarem de arranjo de governança territorial (Milano; Cazella, 2021).

Ademais, as cooperativas são atores coletivos fundamentais para se pensar o DTS de um território rural no Brasil, pois ao seguirem seus ideais (valores, princípios, identidade e marca) elas têm grande potencial para contribuírem com a redução da pobreza, para construção de relações de gênero igualitária, para os processos de educação e formação, segurança alimentar e nutricional, energia sustentável, criação de empregos, gestão sustentável de recursos naturais e na atuação ativa da governança territorial (Silva; Búrigo, 2022).

[5] Alexander Chayanov, em seu livro “A teoria das cooperativas camponesas”, aborda a questão dos “ótimos diferenciais” como uma teoria que analisa relação das atividades dos associados e das cooperativas. Sendo assim, uma propriedade que produz ovos e queijo seria dividida em duas unidades produtivas, onde cada uma delas teria suas condições e dificuldades analisadas de forma separada. Diante da teoria dos “ótimos diferenciais” chega-se à conclusão que os processos e serviços, para serem realizados de forma mais eficiente, podem estar situados dentro ou fora das unidades produtivas, pois nem sempre a centralização dos processos que envolvem a AF é a mais recomendada. A depender do caso, é possível imaginar que para se buscar uma escala ótima, as atividades da AF podem ser executadas de forma centralizada, com é o caso de uma cooperativa tradicional, ou de forma descentralizada, como num coletivo de unidades independentes, como é o caso da CDAF.

2.2.1 Cooperativas descentralizadas: um modelo inovador para o DTS e a promoção da agricultura familiar?

Fruto da adaptação à realidade rural do sul do Brasil, com presença destacada de agricultores familiares, entre os anos 1990 e a primeira década do século XXI surgem muitas cooperativas que se estruturam de modo diferente dos modelos tradicionais. Um dessas inovações, aqui denominadas de Cooperativas Descentralizadas da Agricultura Familiar, são divergentes em seus *modus operandi* perante as cooperativas ditas "tradicionais", pois mantêm uma maior autonomia dos cooperados (Wilkinson, 2011).

As cooperativas descentralizadas retratam uma experiência cooperativista voltada à AF que foge ao padrão histórico de constituição de cooperativas agropecuárias no Brasil (Ghellere et al., 2014). O termo "cooperativa descentralizada" foi empregado pelos primeiros estudiosos do fenômeno na tentativa de caracterizar melhor a experiência e englobar outros termos correlatos que já eram utilizados, tais como Agroindústrias Familiares Cooperativas, Cooperativas da Agricultura Familiar e Cooperativas Virtuais (Estevam; Mior, 2014)[6]. Para Franz e Dalbello (2014) o surgimento das CDAF em Santa Catarina se deu em 1998, quando um projeto piloto denominado "Agroindústrias Associativas dos Agricultores Familiares do Oeste Catarinense", executado pelo Governo Federal e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri[7]), propunha a constituição de cooperativas em que a produção passasse a ser processada em pequenas unidades individuais, instaladas em propriedades rurais dos associados.

Para explicar melhor a questão, cabe descrever como é o funcionamento de uma cooperativa tradicional centralizada ou "por produto". Consoante a Ghellere et al. (2014), essas

---

[6] Para melhor caracterizar seu perfil de vinculação à AF, neste trabalho sempre que possível se prefere empregar o termo completo "cooperativa descentralizada da agricultura familiar, ao invés de somente "cooperativa descentralizada". Esse termo mais completo nem sempre foi empregado pelos primeiros autores que estudaram o fenômeno das cooperativas descentralizadas em SC.

[7] A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina foi criada em 1991 com o intuito de ser a executora das ações públicas de pesquisa agropecuária e extensão rural e pesqueira, através da incorporação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc), da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina (Empasc), Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (Acarpesc) e Instituto de Apicultura de Santa Catarina (Iasc). Posteriormente, em 2005, ocorreu também a incorporação do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola de Santa Catarina (Instituto Cepa) (Haverroth; Mello, 2022). No tema das CDAF, a Epagri participou de forma direta, em 1998, na formação das primeiras dessas organizações em Santa Catarina, através da coordenação do Projeto de Agroindústrias Associativas dos Agricultores Familiares do Oeste Catarinense (Pronaf Agroindústria), do Ministério da Agricultura. Nele, foi fomentado a construção de uma série de unidades centrais e cooperativas, que culminaram, em 1999, na fundação da Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Concórdia (Copafac), considerada a primeira CDAF catarinense. Desde então, através de diversas ações e projetos como o Microbacias 2 e o Programa SC Rural, a Epagri continua a atuar diretamente com o apoio e fomento do cooperativismo da AF (Haverroth; Mello, 2022).

cooperativas atuam dentro de uma ou mais cadeias produtivas de produtos agropecuários (soja, milho, arroz, leite etc.) de forma separada. Dessa forma, elas fornecem aos cooperados todos os insumos necessários para a realização das atividades, procedendo também o armazenamento, processamento e comercialização das produções. Por fim, essas cooperativas possuem todos os seus ativos materiais instalados dentro de uma unidade central ou uma subsidiária de comando centralizado, via uma administração feita pela diretoria eleita e/ou gerentes contratados, com participação mais ativa dos cooperados apenas nas assembleias.

Opondo-se a esse modelo convencional, as CDAF possuem experiências por todo o estado de Santa Catarina. Um dos estudos, realizado por Estevan et al. (2015) no território de abrangência da Associação de Municípios da Região Carbonífera (AMREC), teve como objeto de investigação 5 CDAF que atuam na produção de derivados animais e vegetais *in natura* e agroindustrializados. Segundo a pesquisa, as CDAF surgiram na região com o intuito de formalizar a produção das AIF e para a melhor comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos através das cadeias curtas de comercialização. Algumas das cooperativas desse estudo se organizam conforme as CDAF da Serra Catarinense, que se diferenciam por não ter uma forte atuação na agroindustrialização, como é o caso da Cooperativa Nosso Fruto de Criciúma, já outras tem um caráter mais voltado para a agroindustrialização, formando redes de AIF, como é o caso das Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Forquilhinha-SC (Coonafor); Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Içara-SC (Coopafi); Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares Fumacences (Cooaff); Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Urussanga (Coofasul) e Cooperativa de Produção Familiar Agroindustrial de Nova Veneza (Coofanove).

Ainda segundo Estevam et al. (2014), o maior apelo dessas CDAF para a agroindustrialização deriva das dinâmicas de turismo e comercialização informal e em feiras, o que gera uma demanda por produtos típicos e de qualidade ligados à cultura local. A busca pela diversificação produtiva pelos agricultores familiares vem pelo interesse de uma fonte alternativa e segura de renda. Com isso, a venda casada em serviços de turismo e nas festas típicas se tornou prática que gerou uma série de externalidades positivas, como o ganho de reputação territorial e a geração da RQT, e negativas, como a exclusão de produtores menos favorecidos. Outro ponto negativo é a concorrência entre os produtores e cooperativas, que apesar de buscar resolver de forma justa, acaba por causar problemas. Como exemplo, muitos

produtores são associados a mais de uma CDAF, as quais podem disputar a preferência de venda.

Por fim, o pesquisador aponta que outro grande problema é a venda informal, feita por fora da cooperativa e direto ao consumidor. Ao vender esse produto, o produtor deve assumir o papel de representante da cooperativa, o que muitas vezes não acontece pela oportunidade de ter um ganho financeiro maior ou por conseguir vender o produto mais barato para o consumidor.

Outros estudos (Kunzler; Badalotti, 2017; Silva et al., 2024) foram realizados com CDAF do Oeste e Extremo Oeste Catarinense, respectivamente. Essas organizações têm uma forte atuação nas cadeias de derivados de animais e laticínios, produzindo leite, iogurte, queijos, carnes (bovinos, suínos, frangos e peixes/filé de tilápia), mel e derivados de abelhas sem ferrão, suco de uva e maracujá, mel, licores, derivados de cana (açúcar e melado), geleias de frutas, farinha de milho, sementes crioulas e de trigo integral, maçã, banana, arroz, mandioca e panificados, mobilizando uma vasta gama de recursos. As CDAF analisadas nesses estudos são a Cooperativa Central Sabor Colonial (Sabor Colonial) e as CDAF Cooperativa dos Agricultores Familiares de Descanso (Cooperdes), Cooperativa de Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Cooperflor), Cooperativa da Agricultura Familiar Camponesa e de Economia Solidária (Cooperanchieta) e Cooperativa da Agricultura Familiar de Itapiranga (Cooafi), Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste (Cooperunião) e Cooperativa das Agroindústrias Familiares do Extremo Oeste (Coopafamioeste).Uma terceira e última região de estudos (Fanz; Dalbello, 2014) sobre a CDAF é território do Alto Uruguai, onde surgiu a primeira CDAF de Santa Catarina, a Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Concórdia (Copafac), em 1998. Essa CDAF é fruto da realidade material das feiras livres no município de Concórdia somado ao projeto “Agroindústrias Associativas dos Agricultores Familiares do Oeste de Santa Catarina” (Pronaf Agroindústria), programa nacional do Ministério da Agricultura que foi executado pela Epagri.

Essas CDAF surgem com o principal objetivo de criar uma rede de empreendimentos agroindustriais de pequeno porte e formalizar essa produção, garantindo aumento de produção e de demanda para os cooperados. Posteriormente, atuariam fortemente no acesso às PPAA de todo o território. Segundo Fanz e Dalbello (2014), uma das principais contribuições dessas cooperativas para os agricultores familiares do território foi a possibilidade, através do contrato de comodato, da contratação de funcionários para as AIF pelo CNPJ da cooperativa,

resguardando os benefícios de assegurado especial dos produtores junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Algo que foi notado no território do Alto Uruguai foi a filiação a entidades de representação do cooperativismo da AF. Segundo o estudo de Fanz e Dalbello (2014), os principais motivos que levaram a constituição e filiação a essas instituições no Alto Uruguai foram os seguintes: 1) Fornecimento de código de barras aos produtos dos cooperados; 2) Prestação de assistência técnica e profissional para elaboração de alimentos e para os animais; 3) Oferta de cursos de capacitação em cooperativismo, liderança, manipulação de alimentos, agregação de valor, gestão; 4) Dispor de representante comercial para atuar na venda e distribuição; 5) Prestação de serviços de contabilidade; 6) Elaboração de projetos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar; 7) Transporte de produtos para outras regiões do estado.

Algo que difere a região Oeste e Alto Uruguai das outras regiões do estado que possuem atividade de CDAF é atuação da Gerência Regional da Epagri de Concórdia, que apontou como principal frente de atuação da regional como “Agregação de Valor e Agroindústria Familiar”. Com isso, foi colocada uma equipe técnica da empresa pública trabalhando em tempo integral na orientação das cooperativas na sua constituição, adequação e estabelecimento. O trabalho realizado pelo poder público na agroindustrialização do Oeste desde a década de 90 culmina hoje para que a região tenha o maior potencial de cooperação e agroindustrialização do estado de Santa Catarina (Fanz; Dalbello, 2014; Kunzler; Badalotti, 2017; Silva et al., 2024).

Há também outros entraves e condições que são comuns a todas as CDAF e seus territórios de origem. O suporte na fundação e no estabelecimento dessas organizações prestado pela Epagri é algo relatado não só pelos dirigentes, mas pela ampla maioria dos cooperados entrevistados, o que demonstra a importância da contribuição dessa empresa pública no nascimento e perpetuação desse movimento. Além disso, está presente em todas as CDAF a atuação nas políticas públicas de aquisição de alimentos, muitas vezes sendo o canal de comercialização mais importante ou único da cooperativa. Por fim, a inserção produtiva e diversificação da produção, a gestão descentralizada e o poder de decisão nas mãos dos agricultores familiares são quesitos inerentes às CDAF de Santa Catarina (Mior et. al, 2014; Estevam et.al, 2014; Busarello et. al, 2014; Fanz; Dalbello, 2014; Ghellere et. al., 2014; Wilkinson, 2014; Rونçani; Estevam, 2016; Kunzler; Baldalotti, 2017; Mera; Moreira, 2022; Farias; Búrigo, 2024).

Diante de todas essas experiências, ao analisar as CDAF que existem em Santa Catarina, Mior et al. (2014) propõem a divisão delas em 4 grupos tipológicos, sendo eles:

1. **Cooperativas descentralizadas de AIF**, que formalizam a produção de pequenas agroindústrias no acesso às PPAA e mercados formais, tendo diversas sinergias com o mercado local, o turismo e as festas típicas. Aqui o produtor faz o processamento e ele mesmo vende os produtos com o logo da cooperativa.
2. **Cooperativas descentralizadas agroecológicas e orgânicas**, que acessam as PPAA, mas também cadeias longas de alimentos certificados. Surgiram como associações e se formalizaram como cooperativas. Os produtores entregam a matéria prima para a cooperativa realizar o processamento, o envase e/ou a comercialização.
3. **Cooperativas descentralizadas de leite**, que tem como principal objetivo a melhoria das condições de negociação na comercialização do produto para laticínios e para diminuir custos com compra de insumos. Essas cooperativas vendem apenas leite *in natura*, tendo grande quantidade de patrimônio para realizar o transporte e a venda do leite, compra e armazenamento de insumos e implementos, central de abastecimento e distribuição etc.
4. **Cooperativas descentralizadas jovens**, que trabalham unicamente com produtos *in natura*, orgânicos ou convencionais, no acesso às políticas públicas de aquisição de alimentos.

Diferentemente das cooperativas centralizadas, as CDAF utilizam os implementos e infraestrutura particular dos cooperados como seu principal ativo. Isso ocorre por meio de contrato de comodato, ou “cessão de uso”, quando os agricultores associados repassam o controle jurídico dessas unidades à cooperativa. Para Estevam (2014) isso cria uma maior autonomia para os agricultores associados, que conseguem coordenar o processo de beneficiamento e processamento de diversos produtos, muitas vezes trazendo à tona, de forma comercial, itens que não circulavam mais no mercado, por conta dos custos de produção e as dificuldades de adaptação às normas (Mior et al., 2014). Portanto, uma das funções da CDAF é apoiar os associados em seus próprios negócios, fornecendo apoio técnico, logístico, jurídico e contábil e auxiliando no acesso à PPAA. Assim, ela pode ser constituída e mantida com baixo investimento em infraestrutura e patrimônio e ao mesmo tempo preservar uma gestão comercial descentralizada, aumentando a eficiência, a capacidade organizativa e a capilaridade das

atividades (Estevam et al., 2014). O Tabela 3 sistematiza os principais atributos presentes nas CDAF e foi elaborado a partir de uma compilação de estudos sobre o tema[8]:

Tabela 3 – Compilação dos atributos das CDAF, a partir dos estudos sobre o tema

1. Pequeno corpo de dirigentes e de funcionários;
2. Presença de contrato comodato entre a cooperativa e os cooperados, transferindo temporariamente o controle jurídico das unidades de processamento dos agricultores para o nome da cooperativa. Isso permite que os agricultores sócios utilizem o CNPJ e marca da organização para registro e comercialização de seus produtos;
3. Abrigo jurídico, preservando o direito previdenciário especial e auxílio no cumprimento às exigências sanitárias e ambientais, normas contábeis, tributárias e outras obrigações legais;
4. Administração da agroindústria nas mãos dos cooperados;
5. Possibilidade de constituir uma cooperativa com necessidade de baixo investimento em infraestrutura e patrimônio;
6. Atuação em cadeias curtas de comercialização, havendo em muitos casos processos de venda direta;
7. Possibildade de acesso aos agricultores familiares a mercados institucionais e outros canais de comercialização que exigem a participação de pessoa jurídica e escala de produção;
8. Sistema de governança mais horizontalizados, que privilegiam a autonomia dos cooperados;
9. Gestão descentralizada, que reduz a burocracia e emprega formas mais rápidas para tomada de decisão;
10. Oferecimento de assistência técnica e cadastramento no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF);
11. Independentes, sem filiação a entidades de representação do cooperativismo
12. Presença de sede própria;
13. Permite a comercialização de uma gama diversificada de produtos da AF;
14. Parcerias com órgãos governamentais

Fonte: Adaptado de: Mior et. al, 2014; Estevam et.al, 2014; Busarello et. al, 2014; Ghellere et. al., 2014; Wilkinson, 2014; Ronçani; Estevam, 2016; Kunzler; Baldalotti, 2017; Mera; Moreira, 2022; Farias; Búrigo, 2024.

Pelo uso da marca da cooperativa, os cooperados podem realizar a comercialização de seus produtos de forma independente e autônoma. Os serviços de assistência técnica, jurídica, contábil e administrativa podem ser ofertados, como também ações de marketing, transporte, embalagem e até compra e venda de insumos. Além disso, podem atender uma gama de públicos, como produtores rurais, agroindústrias, pessoas jurídicas, consumidores, artesãos e outras cooperativas (Estevam et al., 2014). Por adotarem estratégias descentralizadas de comercialização em canais de comercialização do mercado territorial, de tomada de decisão no dia a dia e em situações que necessitem a participação dos cooperados, deixam os processos gerenciais das unidades familiares e da cooperativa mais fluidos e democráticos (Silva et al., 2024). Esse arranjo possibilita algumas formas inovadoras de atuação dessas cooperativas junto aos cooperados, criando um bojo de serviços mais convenientes de serem oferecidos para a AF. Segundo pesquisa realizada em dois territórios do estado de Santa Catarina, existe uma gama de serviços que as CDAF podem prestar para seu quadro social (ver Tabela 4):

[8] Como se verá adiante, esse quadro servirá como referência estruturante para se descrever e analisar as cooperativas estudas nesta pesquisa.

Tabela 4 – Serviços prestados aos associados de CDAF situadas em territórios rurais de SC

1. Compra coletiva de alguns insumos e implementos para as unidades dos associados;
2. Apoio para criação de novos espaços para comercialização como minimercados e agropecuárias, desenvolvendo serviço de cachback, bonus e promoções diferenciadas para os cooperados;
3. Venda coletiva de produtos, alcançando preços mais competitivos perante os concorrentes e viabilizando a entrada em mercados com maior escala de demanda;
4. Auxílio na obtenção e regularização do CAF;
5. Assistência técnica rural, inclusive na área da agricultura orgânica e agroecológica;
6. Auxílio no acesso de políticas públicas, como o PNAE, PAA, Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida;
7. Canais de comercialização territoriais para os produtos produzidos pelos cooperados;
8. Transporte e armazenamento de produtos;
9. Auxílio no processo de concepção de rótulos e embalagens;
10. Serviço de contabilidade e auxílio administrativo.

Fonte: Dados de pesquisa de campo realizada no âmbito do projeto "Desenvolvimento Territorial Sustentável - Interfaces entre a Cesta de Bens e Serviços Territoriais, mercados e marcas territoriais" nos territórios do Extremo Oeste e Serra catarinense (Cazella et al, 2023).

Segundo Estevam e colaboradores (2014), essas cooperativas possibilitam a comercialização de produtos em quatro principais canais de comercialização territoriais, sendo eles compras institucionais (este as vezes pode não ser territorial), comércio formal, feiras livres e na própria sede da cooperativa (quando existe), possibilitando o contato direto com o consumidor e evitando a divisão de receitas com atravessadores. Apesar das diferenças, elas precisam seguir o mesmo regramento vigente na legislação normativa do cooperativismo, ao qual as cooperativas centralizadas também se inserem, como o número mínimo de 20 associados para a sua criação (Estevam et al., 2014).

As CDAF permitem que agricultores menos favorecidos saiam da informalidade, adentrem em novos mercados e gerem maior renda para investir em novos meios de produção e melhorem a qualidade de vida de suas famílias (Busarello et al., 2014). Ainda segundo a autora, outra vantagem proferida pelas CDAF é a possibilidade de atuar na agroindustrialização dos produtos e obter aumentos de ganhos. Wilkinson (2014) aponta que o principal benefício das CDAF para alguns produtores é o de manter os direitos à aposentadoria especial a quem exerce atividade de processamento e transformação de insumos. Além disso, segundo os pesquisadores, as CDAF são organizações ligadas à produção e processamento de produtos típicos, estimulando, inclusive, o resgate de receitas e de produtos que não eram mais oferecidos comercialmente, algo que as liga ao enfoque teórico-metodológico da CBST.

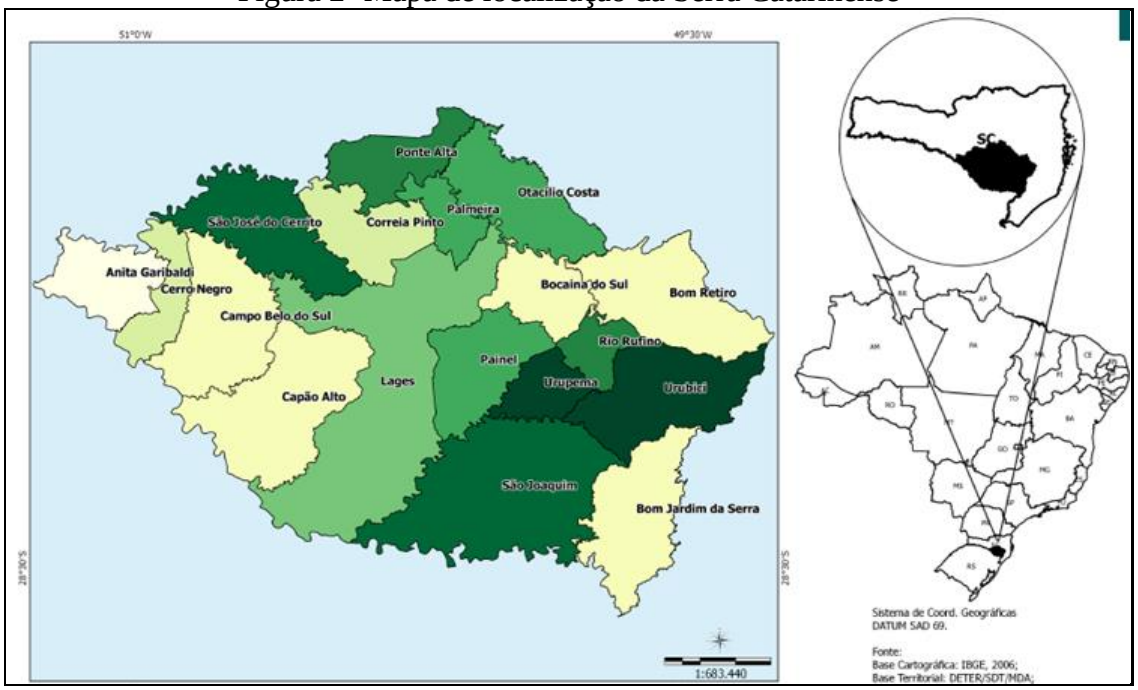
Condutas relacionadas ao DTS têm íntima relação com as CDAF, pois os indivíduos em cooperação podem atuar como efetivos agentes de desenvolvimento em um território (Búrigo, 2007), especialmente porque elas contam com ampla representatividade social da sociedade e relevantes conhecimentos sobre o local onde vivem e trabalham (Búrigo; Rover;

Ferreira, 2021). A convergência entre o cooperativismo e o DTS ocorre a partir do momento no qual “o cooperativismo faz emergir democraticamente processos de desenvolvimento local, que ao integrar nos respectivos territórios, possibilitam a construção de um novo padrão de desenvolvimento, mais humano e solidário” (Ignácio; Souza, 2008, p. 60). O potencial do cooperativismo na construção de especificidades recai na importância coletiva dessas organizações em seus territórios e em seu poder de ganho de escala e agregação de valor, como foi amplamente estudado no caso específico da cooperativa *Nyons,* de Baronnies (França) (Hirczaket al., 2005).

2.3 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL DA SERRA CATARINENSE: AF, AGRONEGÓCIO E GOVERNANÇA

A Serra Catarinense (Figura 2) é marcada pela presença do bioma da Floresta Ombrófila Mista da Mata Atlântica, onde as matas de araucárias (*Araucaria angustifolia*) fornecem beleza à paisagem e sua semente (o pinhão) serve de alimento para animais selvagens e domesticados e para os seres humanos.

Figura 2- Mapa de localização da Serra Catarinense



Fonte: Perfil Territorial CGMA, 2015.

O território ainda possui pequenas áreas de Floresta Ombrófila Densa e uma grande área de campos com bosques de araucárias (Figura 3) que compõem a região do planalto serrano, denominados “campos sujos” (Santos, 2022) que acumulam uma história rica envolta

de povos indígenas, tropeiros, coronéis, peões, posseiros, extrativistas, a extração da erva mate, a produção do gado e o corte da madeira (Queiroz, 198, p. 26).

Figura 3 - Paisagem típica do Planalto Serrano, composta por florestas e campos naturais

Fonte: O próprio autor, 2023.

O território possui uma área total de 16.086,30 km², com altitudes variando de 800 a 1882 metros acima do nível do mar, com formação de serras, cânions, campos e relevos na paisagem. As temperaturas podem chegar a -17 ºC, o que caracteriza um clima frio com inverno rigoroso, por conta da influência das massas polares e de sua altitude (Santos, 2022).

A primeira atividade econômica que marcou a história da Serra Catarinense foi a pecuária. Zarth (2016) registra que o gado foi introduzido no Brasil pelos jesuítas no século XVII, estando presente em toda região do Rio da Prata. No Rio Grande do Sul, após os ataques de europeus às suas fazendas para a captura de indígenas, o gado ali existente foi solto nos vastos campos naturais. Aos poucos, esses animais seguiram se multiplicando e se adaptando às condições ambientais de outras regiões, até chegarem aos campos altos da serra, em Santa Catarina. Posteriormente, a caça e exploração desses animais resultou na produção de charque, sebo e couro pelos tropeiros paulistas e caboclos da região.

Em 1702, diversos desses desbravadores paulistas abriram caminhos até os campos de pinhais, onde, adiante, iria ser fundada o município de Lages[9], que hoje é a cidade polo da região. Tinham o intuito de assentar pessoas e acabar com as pilhagens de indígenas e castelhanos, além de dar suporte à atividade dos tropeiros (Queiroz, 1981). Até 1771, o município de Lages era considerado um povoado da Província de São Paulo e somente em 1820 ele passou a pertencer a Santa Catarina (Vieira et al., 2009). O município viveu em estagnação econômica até 1860, quando se tornou o principal fornecedor de carne de gado, couro e sebo da província (Prefeitura de Lages, 2022). Além disso existia no território uma produção de alimentos pelos caboclos, baseada na roça-de-toco ou coivara (Queiroz, 1981), onde se produzia milho branco e amarelo, em áreas justapostas a bosques destinados a coleta de pinhão e de erva-mate.

O mate (*Ilex paraguarienses*) não tinha grande valor comercial, porém seu chá era consumido por muitos habitantes da região, tradição vinda dos povos indígenas. Os extrativistas tinham a árdua tarefa de limpar os bosques, transformando-os em "ervais" produtivos no inverno, além de sapecar, secar, quebrar, peneirar e ensacar a erva (Queiroz, 1981) ficando, porém, com a menor parte do capital resultante da atividade econômica.

Diante desses fatores produtivos, a Serra Catarinense se apresentou e se apresenta como uma região potencialmente favorável para a agropecuária. Na atualidade, a produção agrícola da Serra se destaca com as culturas anuais de milho, feijão, soja, cebola, tomate, batata, fumo e trigo. O cultivo da maçã apresenta relevância e está presente em todos os municípios da Serra Catarinense, compreendendo 31,7% da área nacional, com destaque para o município de São Joaquim (Sartori; Magnanti, 2021). Para destacar a relevância dessa cadeia produtiva na região, segundo o IBGE (2017), 90% da produção nacional de maçã concentra-se nas cercanias dos municípios de São Joaquim, Fraiburgo (SC) e Vacaria (RS), regiões justapostas à Serra Catarinense.

Segundo Sartori e Magnanti (2021), o setor econômico mais pujante do território é a cadeia produtiva de papel e celulose, com destaque para o município de Otacílio Costa, onde situa-se a maior planta industrial da região. Os autores relatam que através de contratos de integração[10], as empresas ligadas ao setor de papel e celulose firmam acordos de trabalho que

---

[9] Lages foi o primeiro ponto de descanso dos tropeiros, cravada nos campos naturais do planalto serrano catarinense. Sua vista panorâmica para a região da então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, fez dela ponto geográfico estratégico na revolução Farroupilha (Fundação Cultural De Lages, 2021)

[10] Segundo a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2024), o contrato de integração é o documento que liga um agricultor a uma empresa integradora, responsável por fornecer insumos, assistência técnica,

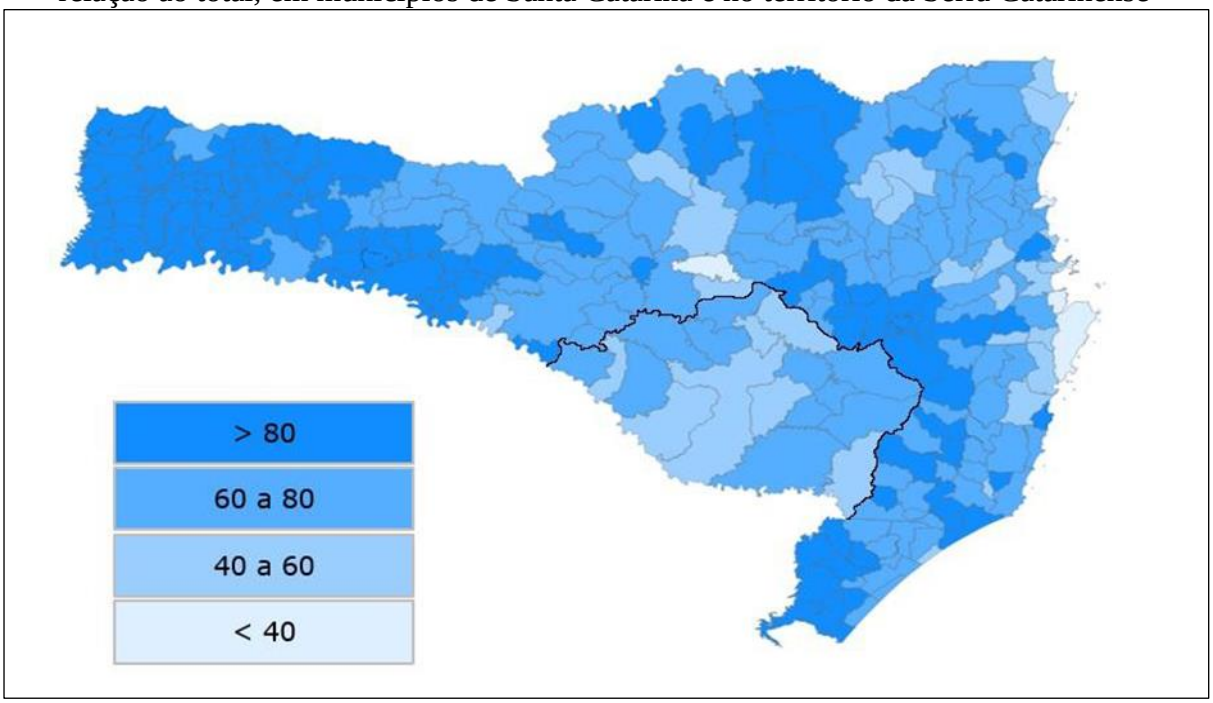
retiram a autonomia dos produtores e ocupam as áreas antes utilizadas para a produção de alimentos com maciços de reflorestamento, inabilitando essas áreas por décadas, o que causa danos ao meio ambiente (principalmente no período de colheita), danificação de estradas rurais no transporte das toras e do maquinário pesado, além de ser uma atividade que ocupa pequena quantidade de mão de obra (Goulart Filho, 2002).

Diversos fatores explicam o desenvolvimento do agronegócio na Serra Catarinense. Além dos quesitos solo e relevo plano, uma das principais explicações é sua história fundiária, de caráter concentrado e baseada em grandes latifúndios, fruto da distribuição de terras pelas sesmarias, onde os vastos campos naturais foram concedidos para estancieiros atuarem na pecuária (Branco, 2001). Isso levou a uma concentração produtiva na agricultura patronal em atividades a montante e a jusante da produção agropecuária, fazendo com que o território se destaque no setor de celulose e grãos (IBGE, 2017). Isso também leva a uma menor presença da AF, quando comparada a outras regiões do estado de Santa Catarina. Sete de seus municípios (Figura 4) apresentam menos de 60% de seus estabelecimentos agropecuários categorizados como AF, destoando da média do estado, que é 78% (IBGE, 2017).

---

financiamentos, EPI entre outros itens, em troca da produção e serviços em quantidade e qualidade firmadas no contrato. A crítica a esse sistema de subordinação é que ele retira a liberdade do agricultor em tomar decisões, utilizando juros abusivos em financiamentos e subvalorização da qualidade dos produtos para garantir a relação de poder sobre o produtor (Souza, 2010).

Figura 4 – Distribuição percentual dos estabelecimentos agrícolas da agricultura familiar em relação ao total, em municípios de Santa Catarina e no território da Serra Catarinense



Fonte: Adaptado de Epagri/Cepa, 2017.

Atualmente, a população da Serra Catarinense é composta principalmente por descendentes de alemães, italianos, portugueses e poloneses, muitos deles vindos do Rio Grande do Sul, além de caboclos e indígenas. A cultura e as tradições desses povos estão presentes no seu dia a dia, sendo expressos na alimentação, na cultura gaúcha, no estilo de vida, etc (Cândido, 2013). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) médio da região é 0,679, com municípios atingindo valores entre 0,621 (Cerro Negro) e 0,770 (Lages). Cerro Negro é o município com o IDHM mais baixo do estado, e outros municípios como São José do Cerrito, Campo Belo do Sul, Bocaina do Sul e Rio Rufino posicionam-se entre os 10 menores IDHM do estado (IBGE, 2017).

Essa desigualdade resulta num desenvolvimento heterogêneo em termos socioeconômicos, tendo alguns municípios com relativo desenvolvimento do setor produtivo e de serviços, enquanto outros apresentam elevados índices de pobreza e êxodo rural. Em termos globais, a região também apresenta baixos índices de renda per capita, com média de R$ 707,55 por mês e um elevado nível da população vulnerável à pobreza, atingindo uma média de 45,78%. O município que possui a menor renda per capita e porcentagem de vulneráveis à pobreza é Cerro Negro com R$ 458,62 e 66,87%, respectivamente (IBGE, 2017).

O decréscimo da população rural é muito grande na Serra Catarinense, com os maiores registros nos municípios de Correia Pinto, que perdeu 44,3% da sua população rural entre os

anos 2000 e 2010, seguido por Anita Garibaldi (-33,1%), Lages (-31,9%) e Capão Alto (-5,9%). O fenômeno faz parte de um crescimento populacional total que também é negativo, nos quais Anita Garibaldi (-16,17%), Correia Pinto (-13,91%), Cerro Negro (-12,84%) e São José do Cerrito (-10,78%) registraram as maiores taxas (Sartori; Magnanti, 2021)

Ainda segundo Sartori e Magnanti (2021), essa dinâmica afeta principalmente a população rural jovem, que deixa a unidade produtiva em busca de melhores perspectivas de vida nas cidades. Esse fator, somado a senilidade da população rural, diminui a oferta de mão de obra, que acaba contribuindo para o aumento dos custos da produção agrícola. As dificuldades para a sucessão das unidades familiares tendem a aumentar o arrendamento das terras da AF para outros agricultores patronais e empresas interessadas, principalmente na produção de grãos e de celulose (Sartori; Magnanti, 2021).

A produção de grãos, notadamente de soja, vem crescendo exponencialmente no território. Entre 2013 e 2017, a área cultivada de soja na Serra Catarinense cresceu de 37.440 para 82.350 hectares. Dados da quantidade produzida também demonstram a mesma tendência, com um crescimento de 205,2% (IBGE, 2017). Isto está diretamente ligado ao aumento dos preços internacionais e dos contratos de compra e venda da commodity nos chamados mercados futuros. Por sua vez, o avanço das monoculturas de pinus e de eucalipto, que hoje formam o maior setor gerador de capital do território da Serra, promove o processo de desagregação e descaracterização das comunidades rurais, afetando a qualidade ambiental e a ocupação do território (Fonseca, 1995).

Outro fenômeno econômico que vem crescendo no território é a especulação imobiliária. Com a crescente notoriedade turística de municípios como Urubici, Bom Jardim da Serra e São Joaquim, em função do aumento do mercado imobiliário de chácaras, condomínios rurais, pousadas e casas de campo, elevam também a especulação e o preço das terras rurais. Casos semelhantes foram evidenciados tanto na Serra Gaúcha, território com características próximas às da Serra Catarinense (Lavandoski et al., 2012), onde o preço da terra obteve um drástico aumento após o desenvolvimento do turismo rural, quanto na região serrana do Rio de Janeiro, principalmente nos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo (Carneiro; Rocha, 2010).

A pressão exercida por esse fenômeno tende a aumentar o êxodo rural de pequenos agricultores desses municípios, causando a diminuição do número de unidades produtivas, gerando entraves para a reprodução social da AF no território. Numa comparação de dados dos

censos agropecuários do IBGE de 2006 e 2017 é possível observar uma redução dos estabelecimentos agropecuários em diversos municípios, principalmente onde predominam o clima frio e o turismo tem se fortalecido (Tabela 5).

Tabela 5 - Número e variação percentual de estabelecimentos agropecuários da Serra Catarinense, Santa Catarina e Brasil (2006 - 2017)

Município	2006	2017	Diferença	Variação (%)
Anita Garibaldi	1397	1343	-54	-3,9
Bocaina do Sul	510	607	97	19,0
Bom Jardim da Serra	818	669	-149	-18,2
Bom Retiro	625	750	125	20,0
Campo Belo do Sul	925	1040	115	12,4
Capão Alto	505	710	205	40,6
Cerro Negro	719	791	72	10,0
Correia Pinto	616	884	268	43,5
Lages	889	1389	500	56,2
Otacílio Costa	341	508	167	49,0
Painel	502	633	131	26,1
Palmeira	318	520	202	63,5
Ponte Alta	501	409	-92	-18,4
Rio Rufino	356	306	-50	-14,0
São Joaquim	2438	2360	-78	-3,2
São José do Cerrito	2154	2063	-91	-4,2
Urubici	884	658	-226	-25,6
Urupema	385	322	-63	-16,4
Santa Catarina	193.700	183.066	-10.634	-5,4
Brasil	5.175.636	5.073.324	-102.321	-1,9

Fonte: Adaptado de IBGE/SIDRA - Censos Agropecuários 2006 e 2017.

Ao passo que o turismo rural ganha relevância, ocorre uma estagnação da AF, já que a situação dificulta a aquisição e uso de novas terras para a agropecuária pelos próprios agricultores. Esse e outros fatores agravam o problema com a sucessão familiar através da redução do número de filhos e de oportunidades, que acabam deixando o meio rural para viver nas cidades (Sartori; Magnanti, 2021).

Fenômenos como a expansão das atividades do agronegócio e a especulação imobiliária são cotidianamente vivenciados pela população da Serra Catarinense (Sartori; Magnanti, 2021), fruto do desenvolvimento rural pensado de forma desigual e homogeneizante (Pecqueur, 2006a). Alguns agricultores, microempreendedores e cooperativas buscam habitar “frestas” econômicas que não são exploradas pela produção convencional e o turismo de massas. Essas iniciativas, que apostam na qualidade dos insumos, no diferencial de seus produtos e serviços,

na preservação do meio ambiente e em relações justas de trabalho, possuem diversas afinidades com a abordagem do DTS (Mior, 2010), porém, também possuem suas limitações.

Buscando investigar essas iniciativas e seus produtos no território da Serra Catarinense, algumas pesquisas (Cazella et al., 2019; Souza, 2021; Farias et al., 2023; Ribeiro et al., 2024) destacam o mel de melato de bracatinga, a maçã Fuji, o queijo serrano, os vinhos de altitude, o pinhão, a goiaba serrana, a carne frescal, a truta, o artesanato de vime, a paisagem e o turismo rural como os principais recursos específicos produzidos no território, sendo que os quatro primeiros são dotados de IG. Segundo estudo de Cazella et. al (2019), realizado em um território pertencente à Serra Catarinense, esses e outros produtos são mobilizados pelos atores territoriais privados, públicos e associativos, compondo uma rede de governança territorial (ver Figura 5) que gera externalidades positivas. Cabe destacar neste estudo a presença de diversas cooperativas centrais de grande porte e apenas uma CDAF, ligada a mobilização da maçã Fuji.

Figura 5 - Representação da governança territorial na região de abrangência da Agência de Desenvolvimento Regional de São Joaquim

Fonte: Cazella et al., 2019.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada de forma qualitativa e com cunho exploratório e descritivo. Segundo Creswell (2007) a pesquisa qualitativa entrega resultados por meio da visão

interpretativa do pesquisador, que produz uma série de vieses devido as percepções pessoais do universo investigado. Já de acordo com Gil (2007), pesquisas descritivas têm como principal intuito a descrição de certa população ou fenômeno, levantando variáveis e realizando comparações.

Apesar de já existirem estudos correlatos, esta investigação se dedicou a analisar a ação específica de CDAF em contextos territoriais rurais da Serra Catarinense. A noção de Serra Catarinense aqui abordada contempla a região do planalto sul do estado de Santa Catarina, no território dado pela área de abrangência da Associação de Municípios da Serra Catarinense (Amures), composta por 18 municípios, a saber: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Painel, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema (ver Figura 1).

Vale salientar que a equipe do Lemate já realizou diversos projetos na Serra Catarinense e outros territórios do estado, muitos dos quais serviram de subsídio para se conceber a metodologia empregada nesta pesquisa. Esses projetos[11], além de levantar dados, resultaram em publicações e eventos promovidos em parceria com os atores territoriais. Nesse sentido, merece especial destaque o projeto, contemplado pelo edital universal 12/2020, da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), denominado "Desenvolvimento Territorial Sustentável: interfaces entre a Cesta de Bens e Serviços, Mercados e Marcas Territoriais". Executado entre 2020 a 2023, o objetivo desse projeto foi adaptar o enfoque metodológico da CBST para a realidade sul brasileira, para o qual realizou pesquisa de campo, com aplicação de questionários, em 30 AIF e cooperativas da Serra e 32 AIF e cooperativas do Extremo Oeste de Santa Catarina em que predominam a AF. As organizações entrevistadas tinham seu foco de atividade nos produtos alimentares artesanais, processados a partir de matéria primas próprias da AF, com uso ou não de recursos territoriais específicos.

3.1 OBJETO DE PESQUISA: COOPERATIVAS DESCENTRALIZADAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DA SERRA CATARINENSE

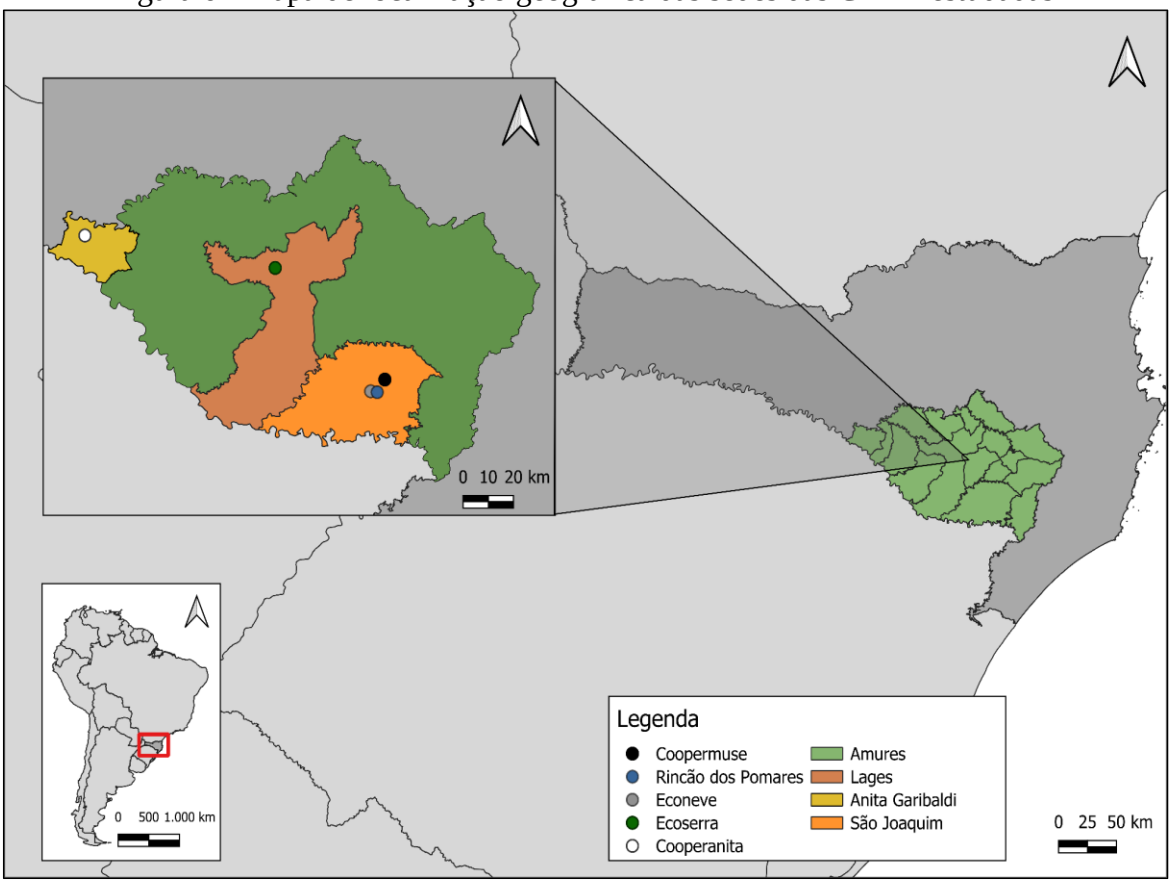
O objeto de pesquisa foi delimitado em cinco cooperativas indicadas nas investigações do Lemate e na etapa exploratória da pesquisa. Foram escolhidas todas as organizações com

[11]Para mais informações sobre as pesquisas do Lemate referentes a Serra Catarinense, cooperativismo, DTS e CBST, acessar: https://lemate.paginas.ufsc.br/

relevância na produção de alimentos, processamento e beneficiamento de produtos agrícolas, tendo como público-alvo pequenos agricultores, consumidores e agroindústrias. Todas as CDAF selecionadas possuem sede dentro da Amures (Figura 6). São elas:

1. Cooperativa Agroindustrial da Mulher Serrana (**Coopermuse**), com sede no município de São Joaquim - Agroindústria de derivados vegetais;
2. Cooperativa ecológica de agricultores, artesãos e consumidores da região serrana (**Ecoserra**), localizada em Lages - Comércio e consumo de orgânicos e agroecológicos;
3. Cooperativa Ecológica de São Joaquim (**Econeve**), sediada no município de São Joaquim - Comércio de produtos orgânicos e agroecológicos;
4. Cooperativa dos Agricultores Familiares de São Joaquim e Região Serrana (**Rincão dos Pomares**), com galpão alugado em São Joaquim - Comércio atacadista de frutas e verduras;
5. Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Anita Garibaldi e Região dos Lagos (**Cooperanita**), operante em Anita Garibaldi - Produção e comércio de hortifrutigranjeiros.

Figura 6 - Mapa de localização geográfica das sedes das CDAF estudadas



Fonte: O próprio autor, 2024.

3.2 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA

1. Revisão de literatura a respeito dos temas julgados centrais para se alcançar objetivos da investigação. Desse modo a revisão tratou do tema do cooperativismo – em especial sobre as CDAF – e do DTS e da CBST, além do processo histórico de ocupação e caracterização socioeconômica da Serra Catarinense;
2. Coleta de dados primários e secundários. Essa coleta se baseou na compilação de documentos, informações, depoimentos e visitas em cinco cooperativas situadas no território da Amures. Realizou-se um total de cinco entrevistas, aplicadas por meio de roteiros semiestruturados[12]. A escolha do público de dirigentes das CDAF para a realização das entrevistas foi feita pelo caráter representativo e tempo de permanência

[12]O motivo da escolha das entrevistas como método de coleta pode ser evidenciado por Quivy (1995): Nas suas diferentes formas, os métodos de entrevistas distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interação humana. Corretamente valorizados, estes processos permitem ao entrevistador retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e diversificados. Ao contrário do inquérito por questionário, os métodos de pesquisa caracterizam-se por um contato direto entre o entrevistador e os seus interlocutores e por um fraco tendenciamento das respostas dos mesmos (...) (p. 192)

na organização, compreendendo de forma sistêmica seu histórico, sua estrutura, organização interna, potencialidades, debilidades e sua inserção no território. Para a coleta de dados das CDAF foram privilegiados os seguintes aspectos: histórico de fundação, estrutura organizacional, público-alvo, serviços ofertados para os cooperados e objetivo da cooperativa, forma de oferta desses serviços e estratégias de comercialização, filiação a órgão de representação, convergência aos atributos teóricos das CDAF, formas de tomada de decisão, estrutura de governança, parcerias, formação de redes e principais dificuldades enfrentadas. Também foram averiguados dados referentes aos entrevistados, como sua profissão, sua idade, escolaridade, cargo na cooperativa, a quanto tempo está nesse cargo e a quanto tempo está como cooperado da cooperativa. O roteiro semiestruturado que consolidou a montagem do roteiro de entrevista foi elaborado por meio da adaptação de questionários e fichas já utilizados na pesquisa do Lemate direcionada aos temas das CDAF e da CBST.

Durante as visitas às cooperativas também foram coletadas imagens, impressões e outros apontamentos em um caderno de campo sobre diversos fatores da conjuntura de cada uma das organizações.

Para a coleta de dados referentes aos recursos específicos mobilizados pelas cooperativas, foi utilizada uma ficha contendo diversas características de diferenciação dos produtos comercializados, tais como tipo de embalagem, especificidades, selos de distinção e preço. Optou-se a não registrar produtos fabricados que não passavam pela comercialização da cooperativa, entendendo que são fruto de atividades individuais dos cooperados. Isso não impede que, futuramente, possam ser mobilizados internamente pela cooperativa.

3. Na tabulação e análise dos dados coletados foi empregado processadores (descritos a seguir), que permitiram estudar individualmente e de forma comparativa as características das CDAF (composição, produtos fabricados, relações sociais, etc), auxiliando no atingimento dos objetivos dessa pesquisa.

3.3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi dividida em duas etapas de campo, uma de caráter exploratório e de levantamento preliminar, e outra com o objetivo de realizar as entrevistas com dirigentes das organizações levantadas e coletar dados complementares. A primeira etapa da pesquisa de campo foi realizada no dia 14 de setembro de 2023, no município de Lages. Essa etapa consistiu na realização de encontros com lideranças territoriais para levantamento das CDAF do

território da Serra Catarinense. Após a conversa com o diretor executivo do Consórcio Intermunicipal da Serra Catarinense (Cisama) e do Centro Vianei, foram levantadas as 5 organizações objeto de estudo, realizado o primeiro contato, para em seguida organizar as entrevistas e itinerário para realizar a próxima etapa.

Na segunda etapa de campo foram realizadas entrevistas com os dirigentes e levantamento complementar de informações e documentos das cooperativas alvos do estudo. Essas entrevistas foram realizadas pelo pesquisador no período de 24 a 26 de outubro de 2023 nos municípios de Anita Garibaldi, São Joaquim e Lages. O local das entrevistas foi a sede da cooperativa (quando existia) ou o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Sintraf) dos municípios. Cada entrevista durou cerca de três horas, utilizando como instrumento norteador um roteiro de entrevistas pré-concebido. O áudio completo foi gravado com aplicativo de celular.

Após a etapa de coleta e leitura dos documentos, as gravações das entrevistas e os dados obtidos foram transcritos, tabulados em aplicativo de planilhas e em formulários eletrônicos para melhor análise. Por fim, foram utilizadas como ferramentas de análise o inventário de produtos específicos das cooperativas, os gráficos radar sobre os atributos das CDAF, a análise de rede social e os quadros referentes aos ODS, os quais serão elucidados em sequência.

3.4 INSTRUMENTOS DE TABULAÇÃO E ANÁLISE

3.4.1 O tipo ideal Weberiano

Para estudar as CDAF da Serra, procurou-se detalhar a compatibilidade das cooperativas a um modelo teórico do tipo “ideal”. Inspirado em Weber (1999), o emprego do “tipo ideal” é uma importante ferramenta em pesquisas que pretendem analisar organizações que adotam alguns padrões, como é o caso das cooperativas que seguem princípios, valores e regras legais, mas que geralmente possuem distinções em sua forma de funcionamento. O tipo ideal tem como função calibrar a análise do objeto pesquisado a partir de um referencial idealizado, pois o que se encontra na realidade é uma pluralidade de experiências organizacionais, lastreadas em cada local e afeitas a uma conjuntura social, política, cultural e econômica específica que moldam seu funcionamento de modo particular.

De acordo com Campos (2006), o “tipo ideal” ou “tipo puro” é um critério tipológico e metodológico e está relacionado ao conhecimento de valores e ideias do cientista social sobre o seu objeto de estudo, a sociedade. Trata-se, assim, de um constructo mental do sociólogo, que está ligado a seus desejos, daí deriva-se o termo “ideal”, e por isso, não representa a

realidade, mas um instrumento que colabora com os estudos. Ou seja, embora siga padrões de análise, a pesquisa leva em conta as características e as dinâmicas nas quais os objetos estão inseridos.

Para poder traçar um perfil e proceder as análises, recorreu-se as informações da literatura sobre as CDAF e que foram compiladas na Tabela 3. Para a montagem desta tabela, foram nomeados atributos das CDAF. Para organizar melhor a metodologia de análise, foi feita uma distribuição desses atributos em 4 categorias, segundo sua principal natureza (Gestão, Morfológico, Mercados alimentares e Relações). Na categoria Gestão foram colocados atributos relacionados ao número de pessoas envolvidas e formatos escolhidos para a administração e direção dessas cooperativas. Na categoria Morfológico estão os atributos ligados à conformação da cooperativa, de sua sede, aparatos e patrimônio. Na categoria Mercados alimentares estão os atributos ligados à comercialização e produção de alimentos. Por fim, a categoria Relações envolve os atributos ligados às parcerias, as filiações a entidades representantes e a relação de apoio que possuem com os cooperados.

A partir dessa tabela de atributos reordenado em categorias, pode-se visualizar características a serem estudadas nas cooperativas por uma ótica do tipo ideal (ver Tabela 6).

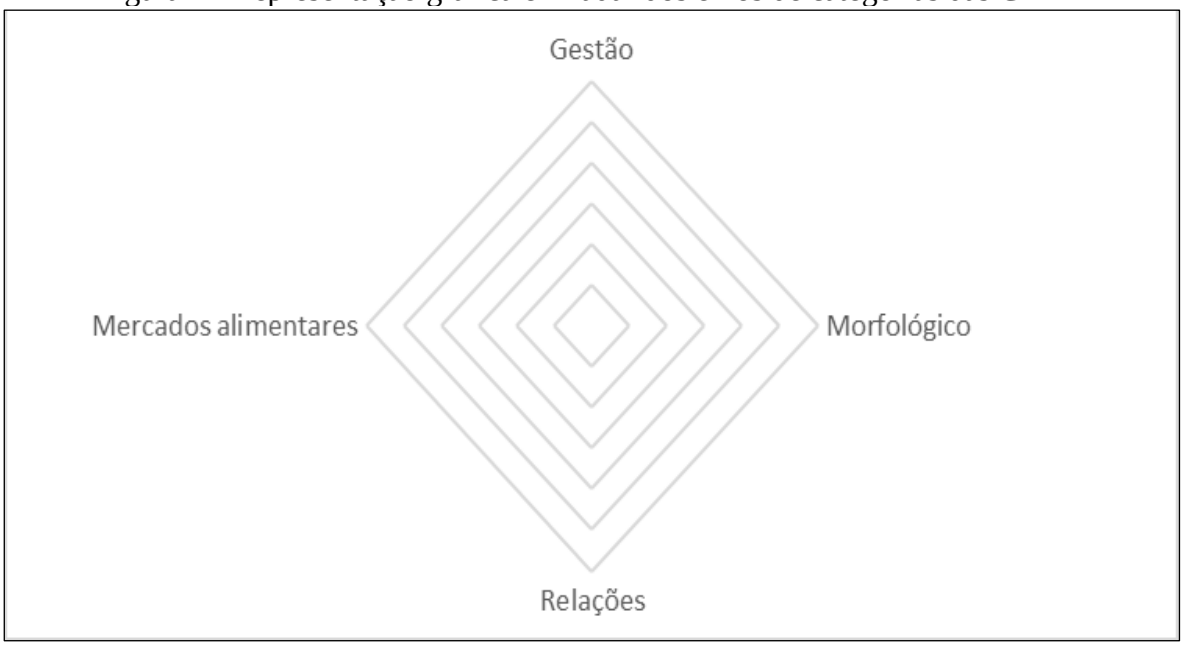
Tabela 6 – Tipo ideal de CDAF, seguindo a distribuição de atributos em categorias

Categoria	Atributo*
Gestão	1. Pequeno corpo de dirigentes e de funcionários
	4. Administração da agroindústria nas mãos dos cooperados
	8. Sistema de governança mais horizontalizados
	9. Gestão descentralizada que reduz a burocracia
Morfologia	2. Presença de contrato comodato entre a cooperativa e os cooperados
	5. Possibilidade de constituir uma cooperativa com baixo investimento
	12. Presença de sede própria
Mercados alimentares	6. Atuação em cadeias curtas de comercialização de alimentos
	7. Acesso em mercados institucionais e outros canais de comercialização
	13. Movimento de ampla variedade de produtos da AF
Relações	3. Abrigo jurídico, mantendo a aposentadoria especial e auxiliando no cumprimento às exigências legais
	10. Independentes, sem filiação a entidades de representação do cooperativismo
	11. Oferecimento de assistência técnica e auxílio no cadastramento no CAF
	14. Parcerias com órgãos governamentais

Fonte: O próprio autor, 2024.
* a listagem de atributos emprega a mesma numeração da Tabela 3.

Para que esses dados fossem processados e analisados de forma mais sistêmica, optou-se por utilizar uma adaptação da ferramenta gráfico em radar (Figura 7). Os gráficos radar, ou Diagramas de Kiviat, são ferramentas gráficas de multivariáveis quantitativas, úteis na visualização sistêmica das discrepâncias e congruências dos dados (IBM, 2023). Ele consiste num sistema polar onde são distribuídos raios concêntricos equi-angulares representando as variáveis, no qual se desenha uma linha ligando os valores nos eixos. Esses gráficos são ideais para visualização e comparação de variáveis ou conjuntos de variáveis, ilustrando de forma clara forças e fraquezas (Chambers et al., 1983).

Figura 7 - Representação gráfica em radar dos eixos de categorias das CDAF



Fonte: O próprio autor, 2024.

A adaptação dessa ferramenta foi feita de forma a posicionar categorias com mesma quantidade de atributos no mesmo eixo. Assim, as categorias Mercados e Morfológico estão posicionados no eixo horizontal e Gestão e Relações no vertical. Com isso, não se formam eixos concêntricos, como um gráfico em teia de aranha, porém, obtém-se o resultado visual semelhante, facilitando a análise das CDAF tendo em conta o modelo tipológico “ideal”. Esse instrumento auxilia no alcance do objetivo específico 1.

3.4.2 Fichas de inventário dos ativos e recursos específicos

O inventário dos ativos e recursos específicos das CDAF (Tabela 7) tem como objetivo catalogar os produtos produzidos conforme suas especificações, levantando seus atributos específicos, seu tamanho, sua origem, seu preço e seus selos de distinção, utilizando embasamento na teoria da CBST. Foi mobilizado como referência para a construção desse inventário a tabela de levantamento dos produtos das Agroindústrias Familiares utilizada no projeto de pesquisa “Desenvolvimento Territorial Sustentável: interfaces entre a Cesta de Bens e Serviços Territoriais, mercados e marcas territoriais”. Esse instrumento visa auxiliar o alcance do objetivo específico 2.

Tabela 7 - Exemplos de preenchimento das fichas de inventários dos ativos e recursos específicos das CDAF analisadas

Cooperativa	Produto	Tipo de embalagem	Especificidade	Local de produção	Preço (R$)	Selos e IGs
Econeve, Ecoserra, Coopermuse …	Suco de maçã, mel de melato de bracatinga…	Vidro, embalagem plástica, garrafa…	Orgânico, utiliza IG, ingrediente específico, saber fazer…	Lages, Urubici, Otacílio Costa…	12,00, 35,00, 2,50…	Ecovida, IG maçã Fuji, Selo arte…
…	…	…	…	…	…	…

Fonte: O próprio autor, 2024.

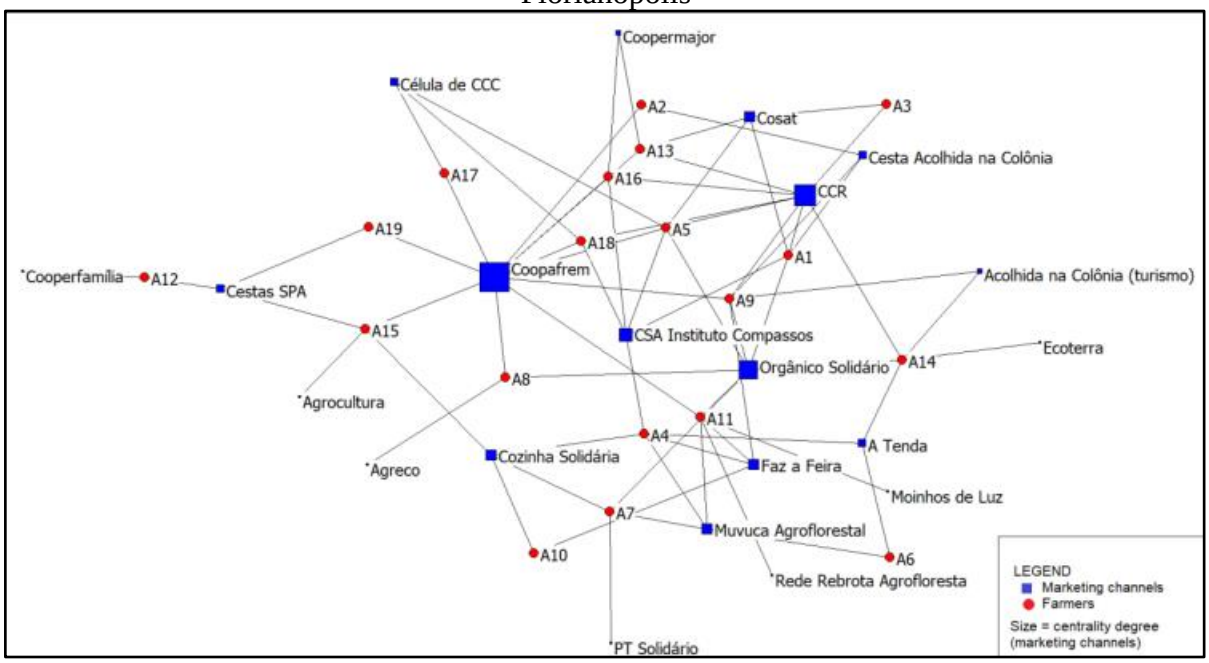
3.4.3 Análise social em rede adaptada ao arranjo de atores da Serra Catarinense

A Análise Social em Rede, ou Social Network Analysis (SNA), é uma ferramenta de concepção e visualização do arranjo social de grupos, territórios e mercados. Através da SNA, é dado foco às relações e interações entre as entidades que formam o sistema social analisado (Figura 8), colocando essas entidades como atores ou nós da rede. Esses nós podem representar atores singulares, organizações, grupos, categorias sociais e também entidades públicas (Borgatti; Everett; Johnson, 2013).

O foco desse tipo de ferramenta está sobre as relações entre os nós, podendo elas serem cristalizadas ou efêmeras, temporárias e permanentes, a depender da conjuntura analisada (Souza, 2023). No caso específico desse estudo, optou-se por analisar apenas as relações mais consolidadas, devido as constantes mudanças de algumas relações perpetuadas pelas CDAF ao longo do tempo. Com isso, essa ferramenta visa facilitar o alcance do objetivo específico 3.

Para construir o desenho da rede social em torno das CDAF foi utilizada a ferramenta digital e gratuita Kumu.io (Kumu, 2024), a qual permite gerar o desenho de redes quando se entra com os dados dos atores, das relações e das categorias. Há diversos tipos de sistemas sociais catalogadas na ferramenta, sendo escolhido o *Stakeholder*, pois ele permite detalhar os nós em categorias. A análise da rede social será feita de forma quali-quanti, por meio do número e direcionamento de cada relação feita pelas CDAF.

Figura 8 – Exemplo de mapa gerado na SNA das cadeias curtas de comercialização da grande Florianópolis



Fonte: Souza, 2023.

3.4.4 Tabela das metas aglutinadas dos ODS

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão divididos em 17 itens, cada um contendo uma série de metas e um número ainda maior de indicadores para cada uma dessas metas. Pela varredura de todos os ODS e metas referidas, observou-se que, por conta da atuação das CDAF, os objetivos mais contemplados com suas ações são o ODS 2 (fome zero e agricultura sustentável) e 8 (trabalho decente e crescimento econômico). Dentro desses objetivos, apenas as metas .1, .2, .3, .4, .5 e .6, de cada um, estão relacionadas com o papel das cooperativas e sua atuação na sociedade (Tabela 8 e Tabela 9). Por conta disso, foi realizado um aglutinamento das metas semelhantes (coluna 3 de ambas as tabelas), criando tópicos que foram posteriormente incluídos no roteiro de entrevistas. Com a concepção dessas perguntas será possível avaliar a capacidade de cada uma das CDAF estudadas em atingir, em diversas frentes, as metas dos ODS 2 e 8, buscando entender a complexidade das ações realizadas, com vistas ao atingimento do objetivo específico 4.

Tabela 8 - Metas, a atuação das cooperativas e questões abordadas no roteiro para o ODS 2

Metas ODS 2 realcionadas com atuação das CDAF	Metas aglutinadas que possuem relações com as CDAF
2.1 Erradicar a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças e idosos, a alimentos seguros, culturalmente adequados, saudáveis e suficientes durante todo o ano 2.2 Erradicar as formas de má-nutrição relacionadas à desnutrição, reduzir as formas de má-nutrição relacionadas ao sobrepeso ou à obesidade, prevendo o alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição aguda em crianças menores de cinco anos de idade, e garantir a segurança alimentar e nutricional de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes, pessoas idosas e povos e comunidades tradicionais.	Meta 2.1 e 2.2 - Fornecimento de alimentos nutritivos e suficientes para os mais vulneráveis e crianças
2.3 Aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente de mulheres, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, visando tanto à produção de autoconsumo e garantia da reprodução social dessas populações quanto ao seu desenvolvimento socioeconômico, por meio do acesso seguro e equitativo: *i*) à terra e aos territórios tradicionalmente ocupados; *ii*) à assistência técnica e extensão rural, respeitando-se as práticas e saberes culturalmente transmitidos; *iii*) a linhas de crédito específicas; *iv*) aos mercados locais e institucionais, inclusive políticas de compra pública; *v*) ao estímulo ao associativismo e cooperativismo; e *vi*) a oportunidades de agregação de valor e emprego não-agrícola. 2.4 Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos, por meio de políticas de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural, entre outras, visando implementar práticas agrícolas resilientes que aumentem a produção e a produtividade e, ao mesmo tempo, ajudem a proteger, recuperar e conservar os serviços ecossistêmicos, fortalecendo a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, melhorando progressivamente a qualidade da terra, do solo, da água e do ar.	Meta 2.3 e 2.4 – Aumento da produtividade da AF, dos processos de agregação de valor e do aumento da agricultura sustentável
2.5 Garantir a conservação da diversidade genética de espécies nativas e domesticadas de plantas, animais e microrganismos importantes para a alimentação e agricultura, adotando estratégias de conservação *ex situ*, *in situ* e *on farm*, incluindo bancos de germoplasma, casas ou bancos comunitários de sementes e núcleos de criação e outras formas de conservação adequadamente geridos em nível local, regional e internacional. 2.6 Aumentar o investimento, inclusive por meio do reforço da cooperação internacional, em infraestrutura, pesquisa e assistência técnica e extensão rural, no desenvolvimento de tecnologias e no estoque e disponibilização de recursos genéticos de plantas, animais e microrganismos, incluindo variedades crioulas e parentes silvestres, de maneira a aumentar a capacidade de produção agrícola ambientalmente sustentável, priorizando povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, pequenos e médios produtores, adaptando novas tecnologias aos sistemas de produção tradicional e considerando as diferenças regionais e socioculturais.	Meta 2.5 e 2.6 - Produção de espécies nativas da flora e fauna, aumento da assistência técnica e cultivo de sementes crioulas.
2.7 Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, inclusive por meio da eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha e atendendo, em nível nacional, ao princípio da soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional. 2.8 Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de alimentos e seus derivados, facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, promover o fortalecimento de políticas públicas de estoque e abastecimento, incluindo investimento em logística e distribuição, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos e garantir, em nível nacional, a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional.	-

Fonte: o próprio autor

Tabela 9 - Metas, a atuação das cooperativas e as questões abordadas no roteiro para o ODS 8

Metas ODS 2	Metas aglutinadas que possuem relações com as CDAF
8.1 Registrar um crescimento econômico per capita anual médio de 1,6% entre 2016 e 2018; e de 2,55% entre 2019 e 2030. 8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade, por meio da diversificação e com agregação de valor, modernização tecnológica, inovação, gestão, e qualificação do trabalhador; com foco em setores intensivos em mão-de-obra.	Meta 8.1 e 8.2 - Contribuir com o aumento da produtividade das atividades econômicas, inserindo os cooperados em setores de agregação de valor
8.3 Promover o desenvolvimento com a geração de trabalho digno; a formalização; o crescimento das micro, pequenas e médias empresas; o empreendedorismo e a inovação.	Meta 8.3 - Incentivo ao empreendedorismo, inovação e formalização
8.4 Ampliar a eficiência da utilização de recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS).	Meta 8.4 - Dissociar o crescimento econômico com a degradação ambiental, aumentando a eficiência dos sistemas produtivos
8.5 Até 2030, reduzir em 40% a taxa de desemprego e outras formas de subutilização da força de trabalho, garantindo o trabalho digno, com ênfase na igualdade de remuneração para trabalho de igual valor. 8.6 Alcançar uma redução de 3 pontos percentuais até 2020 e de 10 pontos percentuais até 2030 na proporção de jovens que não estejam ocupados, nem estudando ou em formação profissional.	Meta 8.5 e 8.6 - Agir em prol da criação de empregos, de valor equivalente para todos e inserindo jovens nas dinâmicas de produção, formação e educação
8.7 Até 2025 erradicar o trabalho em condições análogas às de escravo, o tráfico de pessoas e o trabalho infantil, principalmente nas suas piores formas. 8.8 Reduzir o grau de descumprimento da legislação trabalhista, no que diz respeito ao registro, às condições de trabalho, às normas de saúde e segurança no trabalho, com ênfase nos trabalhadores em situação de vulnerabilidade. 8.9 Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável e responsável, acessível a todos; e que gere emprego e trabalho digno, melhore a distribuição de renda e promova a cultura e os produtos locais. 8.10 Expandir de forma sustentável o acesso aos serviços bancários e financeiros para todos. 8.11 Não aplicável ao Brasil. 8.12 Até 2020, desenvolver e operacionalizar um plano nacional de promoção de trabalho digno para juventude, tendo como marcos referenciais: i) a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a juventude; ii) o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente; e iii) o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT).	-

Fonte: O próprio autor.

4 RESULTADOS

4.1 PERCURSO HISTÓRICO DAS CDAF ANALISADAS

O histórico de fundação das cooperativas é bem diverso, porém, surgem com o objetivo de auxiliar parcelas marginalizadas da AF, sejam pequenos produtores orgânicos, agroecológicos, convencionais ou do gênero feminino, todas sendo fundadas sem uma sede própria. Ademais, surgiram durante a ascensão das políticas públicas da AF de terceira geração no Brasil (Grisa; Schneider, 2015), em um contexto em que os agricultores necessitavam de formalização e organização para acesso a essas políticas[13]. Também é notável a participação de empresas públicas, ONGs e outras cooperativas na fundação das CDAF.

Abaixo, será abordada de forma resumida o histórico de fundação dessas organizações:

4.1.1 Cooperanita

Um grupo de produtores orgânicos e agroecológicos de Anita Garibaldi denominado Feagri buscou, por meio da fundação de uma cooperativa, valorizar os produtos agroecológicos e de sementes crioulas de milho e feijão que eram produzidos pela AF do município. A ideia de formar uma cooperativa no município veio da Ecoserra, cooperativa de Lages que exercia influência em toda a Serra Catarinense, inclusive pela filiação dos então fundadores da Cooperanita à Ecoserra.

Ao longo do tempo, a adesão ao modelo agroecológico em Anita Garibaldi diminuiu, levando a Cooperativa a abarcar também agricultores convencionais, para não deixar de atender a maior parte da AF do município, já que esses também desejavam usufruir dos canais de comercialização e políticas públicas que a organização acessa. Trabalham na sede do Sintraf, realizando desde o atendimento aos cooperados, reuniões e assembleias presenciais e a entrega de insumos orgânicos. Nos primeiros anos, receberam auxílio de compensações socioambientais das diversas barragens construídas no município, via projetos que possibilitaram a contratação de assistência técnica, transporte e capacitação. Esses projetos hoje já estão encerrados.

[13]Segundo os autores, as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar podem ser divididas em três gerações: 1ª) de caráter agrícola e agrário, foram voltadas para a inclusão produtiva dos produtores, assistência técnica e crédito, indo até o ano de 1994. 2ª) Tendo referência nas políticas sociais e assistenciais, é marcada pela criação do Pronaf em 1995, e o advento do Bolsa Família, compreendendo o período de 1995 até 2002. 3ª) Por último, a terceira geração voltada a construção de mercados e sustentabilidade, engloba a criação das principais políticas públicas de aquisição de alimentos como o PAA e o PNAE, políticas de soberania alimentar e nutricional como o Fome Zero, além da mobilização dos selos de certificação, inspeção e distinção.

4.1.2 Rincão dos Pomares

O grupo de agricultores fundadores desta CDAF trabalhavam via Sintraf de São Joaquim para acessar políticas públicas para agricultores familiares. Após a criação da Cooperativa Econeve, os produtores convencionais sentiram necessidade de formalizar uma cooperativa para a acessar melhores preços e canais de comercialização para a maçã que produziam. Depois de dois anos de trabalho para conceber a organização, conseguiram obter sua formalização definitiva (na data de fundação). Antes da formalização atuavam por outras cooperativas, como a Econeve e a Ecoserra.

Logo após a fundação começaram a ter problemas comerciais perante as indústrias de maçã, que podiam garantir para os cooperados preços mais competitivos e maior segurança do que a própria CDAF, o que ocasionou uma queda nas comercializações. Com isso, a cooperativa começou a vender uma fatia cada vez menor na produção total do agricultor, que direcionava a maior parte de sua produção para grandes agroindústrias, algo que perdura até hoje com a produção de maçã.

Para superar esses problemas, buscaram filiar um maior número de produtores de maçã orgânica e de outras frutas, como morango e amora, numa busca por novos mercados e canais de comercialização. Hoje alugam um galpão e uma câmara fria e possuem um caminhão de carga próprio. Apostam na diversificação e estão com produtos processados como mel, panificados e maçã. Por conta dos problemas ligados no comércio de maçã para São Paulo ea concorrência com as grandes indústrias de maçã, seu carro chefe hoje são as hortaliças comercializadas através das PPAA.

4.1.3 Econeve

A CDAF surgiu através de um esforço da ONG Centro Vianei e da Epagri para iniciar o movimento de apoio à produção agroecológica em São Joaquim. A cooperativa, quando fundada, trabalhava com diversos tipos de produtos, e foi cada vez mais se especializando na produção e comercialização de batata inglesa, batata doce e maçã orgânicas.

Conseguiram apoio da prefeitura no passado para a compra de um armazém e câmara fria, porém, por falta de eletrificação adequada no local, tiveram que vendê-los. Já chegaram a comercializar sua produção majoritariamente para atravessadores de São Paulo, onde alugavam uma loja no centro e participavam numa feira da cidade.

Na atualidade, a cooperativa não está exercendo nenhuma atividade comercial, funcionando somente como organizadores da rede Ecovida[14] no município de São Joaquim, além de auxiliar na produção e difusão da agroecologia no município, tomando um caráter de associação. Isso significa que não está mais realizando atividades comerciais.

4.1.4 Coopermuse

A Cooperserra (uma cooperativa convencional de produção e processamento de maçã situada em São Joaquim), elaborou um projeto para apoiar a criação de uma organização para as esposas dos cooperados de seus cooperados. Por meio de uma parceria com a Cooperouro (outra cooperativa convencional de produção e processamento de maçã de São Joaquim), auxiliaram as mulheres a fundar a Coopermuse. Como ato simbólico a Cooperativa foi fundada no dia 8 de março de 2010, sincronizando o ato com o dia nacional da mulher.

Inicialmente a nova cooperativa tinha como objetivo processar produtos e subprodutos vindos dessas duas cooperativas centrais e gerar renda extra para as esposas. Mas, ao longo do tempo, as cooperadas sentiram necessidade de buscar mais autonomia em suas vidas, inclusive na sua cooperativa, focando cada vez mais em educação e capacitação sobre inovação e a realidade das mulheres do campo, o que lhes daria mais liberdade econômica perante os maridos. Hoje são convidadas e participam de diversos eventos e feiras da cidade, expondo seu trabalho de artesanato, que remete as atrações e características típicas de São Joaquim, mobilizado esse para os produtos processados de maçã produzidos pela cooperativa, como estratégia de valorização da Serra e de agregação de valor.

4.1.5 Ecoserra

A ideia para a fundação da Cooperativa começou com o trabalho do Vianei, que promovia assistência para a produção agroecológica a um grupo de agricultores de São José do Cerrito. Esse grupo já participava da Feira do Coral, no município de Lages. Foi proposto, então, a formação de uma cooperativa que abarcasse a produção orgânica e agroecológica do território, fornecendo a possibilidade de inserção das agricultoras e agricultores em novos canais de comercialização.

[14]A Rede Ecovida, fundada em 1998, é uma associação que realiza certificação de produção orgânica na modalidade Organismo Participativo de Avaliação e Conformidade (OPAC). Ela é organizada em núcleos regionais espalhados pela região Sul do Brasil. A organização da Ecovida procura difundir e fomentar a agroecologia, além de realizar troca de produtos, sementes e experiências (Rover; Lampa,2013). O Núcleo Planalto Serrano da Ecovida é constituído por aproximadamente 30 grupos, associações e cooperativas do Planalto Serrano Catarinense (Magnanti; Rover, 2021).

Nesse processo, consumidores e artesãos aliaram-se ao projeto, pois a feira era realizada na Associação de Moradores do Bairro Coral. Esses atores acabaram participando de todas as etapas da fundação da cooperativa, em 1999. Porém, hoje os artesãos não fazem mais parte da cooperativa e os consumidores têm baixa participação, pois há uma guinada estratégica para focalizar esforços na produção e comercialização.

Antes da construção da sede, operavam em uma sala na sede do Vianei. Após um financiamento pelo antigo Programa Pronaf infraestrutura e serviços municipais, construíram o primeiro andar da sede num terreno doado pelo Vianei. Seu principal canal de comercialização era o mercado de orgânicos de São Paulo, mas após problemas com as empresas atravessadoras, decidiram focar esforços nas políticas públicas de aquisição de alimentos, além de vender em diversos canais de comercialização pelo estado, como supermercados, lojas de produtos naturais, estabelecimentos comerciais e ponto de venda na sede da cooperativa.

Perante os históricos sobre a fundação das CDAF analisadas na Serra Catarinense, é correto afirmar a importância do auxílio e influência de outras organizações nesse processo, que já ajudaram a fundar diversas cooperativas no território. Muitas dessas cooperativas receberam auxílio técnico, jurídico, material e de capital de outras cooperativas, de órgãos públicos, sindicatos e prefeituras. Esse interesse pela cooperação vai ao encontro aos 6º e 7º princípios do cooperativismo, pois mostram interesse no desenvolvimento da comunidade e realiza intercooperação entre grupos de agricultores. Cabe destacar que a Ecoserra e as outras CDAF aqui estudadas nasceram praticamente sem qualquer patrimônio, de forma virtual.

É notável também o movimento feito pelos produtores orgânicos e agroecológicos em montarem cooperativas para comercialização de seus produtos, mostrando um perfil de agricultores com espírito mais coletivo e menos como empreendedor individual. Diante disso, as CDAF são um exemplo concreto de que há possibilidades econômicas para a ação coletiva dos agricultores familiares na Serra Catarinense, apesar das dificuldades enfrentadas por eles no território.

4.2 CARACTERÍSTICAS ATUAIS DAS CDAF DA SERRA CATARINENSE

4.2.1 Dados quantitativos e filiação à entidade representativa: uma análise material

Diante disso, diversas CDAF estudadas modificaram seus objetivos e formas de governança desde sua fundação, de acordo com a natureza de seus serviços, do perfil dos cooperados, as possibilidades de crescimento e a conjuntura que viviam. O entendimento

dessas particularidades é essencial para se traçar o perfil e compreender a trajetória de cada uma dessas cooperativas. A Tabela 10 expõe as principais características quantitativas das cooperativas analisadas, o que irá subsidiar a análise de sua situação real.

Tabela 10 - Dados quantitativos das CDAF analisadas

Cooperativa	Municípios de abrangência (Nº)	Ano de criação	Nº Sócios	Nº assalariados	Nº contratos comodato	Patrimônio	Filiação à entidade de representação
Cooperanita	Anita Garibaldi, Abdon Batista, Cerro Negro, Campo Belo, Capão Alto, Celso Ramos e Pinhal da Serra (7)	2010	240	-	1	1 Carro	Unicafes
Rincão dos Pomares	S.Joaquim, Urupema, B. J. da Serra e Urubici (4)	2010	45	1	-	1 Caminhão	Não
Econeve	S. Joaquim, Urupema e B. Jardim da Serra (3)	2002	25	-	-	-	Não
Coopermuse	São Joaquim, Bom Jardim da Serra e Urubici (3)	2010	24	1	1	1 Máquina de processamento de polpa 1 Máquina embaladora de polpa 1 Máquina produtora de chá gelado	Não*
Ecoserra	14 dos 18 municípios da Amures, mais: Garopaba, Antônio Carlos, Pescaria Brava, Angelina, Leoberto Leal, Curitibanos, Campos Novos, Alfredo Wagner, Celso Ramos, Florianópolis, Blumenau, Rio do Sul (26)	1999	187	10	5	1 Caminhão 2 Pickups 2 Carros de carga 2 Câmaras frias 1 Sede com distribuidora Diversas máquinas e implementos de processamento de alimentos 1 Beneficiador de grãos	Unicafes

Fonte: O próprio autor, 2024.
* Esta CDAF já esteve filiada ao sistema OCB, e recebe apoio de cooperativas convencionais ligadas à mesma entidade de representação.

De acordo com a tabela acima, em relação a questão da área de abrangência, podemos dividir as CDAF em um grupo que se limita aos municípios próximos de São Joaquim, outra próxima a sede, e um terceiro que abrange outras macrorregiões do estado extrapolando o espaço de ação da Amures. As duas cooperativas que possuem maior área de abrangência não

têm sede em São Joaquim, realizam maiores quantidades de transações, possuem maior número de cooperados e são filiadas à Unicafes.

Outras características assemelham essas duas CDAF: constituída com objetivo de atender os produtores agroecológicos e orgânicos, grande número de cooperados e presença de contrato de comodato. O que as diferencia é o tempo de existência, presença de sede própria, maior quantidade de patrimônio e funcionários. A cooperativa Ecoserra se destaca, também, por contar com um número de dez funcionários administrativos e operacionais, possibilitar seu presidente a ser liberado de forma remunerada, possuir veículos de transporte e de carga (Figura 8), implementos e uma logística complexa de distribuição de alimentos por todo o estado.

Figura 5 - Vista da sede da Ecoserra

Fonte: Centro de Tecnologias Alternativas Populares, 2022.

Já as cooperativas da região de São Joaquim possuem poucos cooperados, menor quantidade de transações comerciais, não são filiadas a nenhuma entidade de representação e tem como foco principal a produção de hortaliças e processamento de maçã. A Coopermuse, por sinal, já foi filiada à Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc/OCB), pela qual realizou cursos de capacitação e de liderança em cooperativas. Porém, com a pandemia de Covid-19, reduziu as vendas e retirou a filiação pelo custo elevado. Hoje as vendas da Coopermuse são apenas para eventos, diretamente ao consumidor e em pontos fixos da cidade, o que gera pouca renda total. Por conta disso, a CDAF vive um momento de

reestruturação e retorno aos trabalhos de processamento, como também novas formas de acesso a canais de comercialização.

Algo semelhante acontece com a cooperativa Econeve, uma das mais antigas organizações estudadas. A Econeve está passando por um momento de retração econômica e não realiza nenhuma atividade comercial utilizando seu CNPJ. Atualmente, ela apenas auxilia os agricultores acessarem as políticas públicas de aquisição de alimentos e apoia a rede Ecovida em São Joaquim. Muitos dos seus cooperados estão passando para outras cooperativas e associações de produtores do município, como a cooperativa Rincão dos Pomares.

Por fim, a cooperativa Rincão dos Pomares se encontra no meio do caminho entre esses dois grupos, possuindo quase o dobro de cooperados das outras cooperativas de São Joaquim, porém, não chegando perto das centenas como são as outras CDAF estudadas. É uma cooperativa que está apostando no aumento da receita, possui uma câmara fria e um galpão alugado e busca novas parcerias com outras cooperativas e agroindústrias, não tendo como foco a produção de orgânicos e agroecológicos.

Na questão do número de cooperados, este se ajusta conforme a necessidade das cooperativas e os interesses dos produtores locais. As cooperativas que possuem um número próximo do mínimo, o têm ou por falta de interesse dos produtores em se filiar, como ocorre na Econeve, ou por não haver necessidade de crescimento do quadro de cooperados, como é o caso da Coopermuse. O número elevado de cooperados na Cooperanita pode estar supervalorizado, devido ao controle que é feito com o CAF das famílias, e não com a atividade de cooperado na organização. Outra questão se refere ao número de funcionários, quando uma logística complexa exige um número maior de contratações, enquanto uma operação mais braçal ou de menor volume exige menos ou nenhum contrato de assalariado.

Também há diferenças no número de contratos de comodato assinados entre cooperados e CDAF. A Ecoserra possui o maior número, com cinco contratos e utiliza uma série de implementos particulares para processar e beneficiar diversos produtos produzidos pelos seus cooperados, como beneficiadora de grãos, processadores de suco de fruta e de farinha de milho e mandioca. Já a Cooperanita possui um contrato de comodato com um beneficiador de grãos. Por fim, a Coopermuse possui um contrato de comodato de natureza distinta dos demais, conformando-se como um caso de intercooperação, onde uma cooperativa centralizada cede parte de suas dependências (Figura 9) para a CDAF realizar o processamento.

Figura 9 - Agroindústria da Coopermuse, com espaço cedido via contrato de comodato

Fonte: O próprio autor, 2024.

Diferentemente da Ecoserra, que possui uma marca própria (Figura 10) e diversos patrimônios (que inclui sede com espaço administrativo, pontos de venda e de distribuição), a Econeve opera hoje de uma forma totalmente “virtual”, não possuindo patrimônio físico e operando por via remota ou, quando necessário, dentro do Sintraf de São Joaquim. Essa dinâmica está ligada com o alto volume de comercialização e grau de inserção de uma CDAF nos mercados, como é o caso da Ecoserra. Já a Econeve se encontra no sentido oposto. Cabe salientar que todo o patrimônio pertencente às cooperativas analisadas foi obtido via financiamento de projetos, editais e políticas públicas, verbas parlamentares e doações, e nunca via contribuição financeira ou aporte de capital dos associados.

Figura 10 – Marca própria da cooperativa Ecoserra

Fonte: Ecoserra, 2024.

Para finalizar essa etapa da análise, cabe salientar a questão da filiação à órgão de representação das cooperativas (em geral com a Unicafes/SC e Ocesc/OCB, respectivamente). As cooperativas analisadas filiadas à essas organizações estão ligadas à Unicafes, o que dá pistas de qual a posição dessas organizações perante pautas como agricultura agroecológica, sustentabilidade e causas sociais. Mas essa situação é não linear e pode ser pragmática, pois algumas cooperativas analisadas não estão filiadas, porém tem projetos e ações direcionada para a sustentabilidade e as causas sociais. Além disso, a própria filiação também se deve a interesses mais materiais do que ideológicos, como possibilidade de acesso a assistência e capacitação.

4.2.2 Objetivos, estratégias e serviços ofertados aos cooperados

Todos esses pontos morfológicos culminam nos objetivos, estratégias e formas de governança dessas organizações. Conforme o tamanho, objetivo e os serviços ofertados, uma cooperativa pode ter um amplo leque de canais de comercialização enquanto outras focam apenas em poucos canais, tudo de uma forma a se encaixar com o público-alvo da organização. A Tabela 11 apresenta um resumo dos objetivos e serviços das CDAF estudadas.

Tabela 11 - Objetivos, estratégias e serviços ofertados pelas CDAF da Serra Catarinense

Cooperativa	Objetivos da instituição	Público	Serviços ofertados	Canais de comercialização (em ordem decrescente de importância)	Capacitação, ATER e CAF
Cooperanita	Organizar os agricultores familiares agroecológicos e convencionais em sua produção, comercialização e agroindustrialização, auxiliando no acesso a capacitação e assistência técnica	Agricultor e agroindústria familiar	Organização da produção, comercialização e assistência aos produtores agroecológicos e convencionais	PAA, PNAE e trocas com outras cooperativas	Oferece alguma capacitação de maneira informal, para a produção orgânica
Rincão dos Pomares	Comercialização de frutas para o PNAE, PAA e outras cooperativas	Agricultor e agroindústria familiar	Comercialização, armazenamento e transporte	PAA, PNAE, trocas com outras cooperativas, agroindústrias e venda direta	Não
Econeve	Organizar os agricultores orgânicos de maçã, coordenando os agricultores familiares que pertencem ao Núcleo Planalto Serrano da Rede Ecovida	Produtores agroecológicos e orgânicos	Organização dos produtores na rede Ecovida, no PNAE e PAA e assistência aos produtores agroecológicos	-	Oferece alguma capacitação de maneira informal, para a produção de maçã orgânica
Cooper-muse	Promover o reconhecimento das mulheres serranas, através do processamento e beneficiamento da maçã	Mulheres ligadas ao campo	Capacitação, comercialização, apoio à inovação	Feiras, comércio local e venda direta	Não
Ecoserra	Capacitação, inclusão das mulheres rurais, beneficiamento, produção, transporte e armazenamento de produtos orgânicos e agroecológicos	Produtores agroecológicos e orgânicos, consumidores e artesãos	Comercialização, capacitação, armazenamento, transporte, beneficiamento	PNAE, PAA, troca com outras cooperativas, comércio, ponto de venda na sede, feiras e eventos	Oferece alguma capacitação de maneira informal, para a produção orgânica

Fonte: O próprio autor, 2024.

Os objetivos gerais de cada organização visam atingir um determinado público-alvo, levando-a a realizar uma série de serviços e assistências para prestar, nesse caso às famílias agricultoras, as mulheres do campo, os consumidores e artesãos, todo o auxílio para produzir e acessar os possíveis canais de comercialização. Ecoserra, Econeve e Cooperanita têm como principal objetivo organizar a agricultura familiar em prol do cultivo de alimentos de forma saudável. Em sentido mais específico, Ecoserra e Coopermuse também reivindicam o

desenvolvimento da mulher e a sua inclusão no mercado de trabalho. Além desses pontos, são citadas a capacitação e a promoção da agroecologia como objetivos da Cooperanita e da Ecoserra.

As CDAF estudadas buscam por meio de estratégias comerciais semelhantes, manter-se ativas no mercado. Seus objetivos estão ligados direta ou indiretamente à produção da AF da Serra Catarinense. Três das cinco cooperativas têm as políticas públicas de aquisição de alimentos seu principal canal de comercialização (a Econeve também tinha quando estava realizando atividade comercial), comercializando majoritariamente vegetais *in natura*. Esta questão demonstra a importância dessas políticas para a reprodução do cooperativismo da AF na Serra. Outro canal de comercialização expressivo é a troca e venda com outras cooperativas, realizada pela Cooperanita, Rincão dos Pomares e Ecoserra. Através desse canal de comercialização, as cooperativas podem disponibilizar alimentos de forma mais segura e dinâmica, como é o caso evidente da maçã, fruta demandada por cooperativas de fora do território de produção da Serra.

Além disso, Ecoserra e Rincão dos Pomares possuem parcerias com outras cooperativas e agroindústrias que recebem os produtos *in natura* e devolvem uma parte do resultado da produção às CDAF, gerando mais uma dinâmica de trocas do que de comercialização em si. Cabe destacar também a presença de venda direta ao consumidor presente nas cooperativas Rincão dos Pomares e Coopermuse, sendo feita por todos os cooperados via suas redes de relacionamentos. É o que conta a dirigente da Coopermuse, no caso das cooperadas que não podem contribuir com a produção:

> é uma forma de colocar elas dentro da cooperativa, dar uma função. Como nosso público são mulheres ligadas ao campo, muitas delas não possuem espaço para produção, e como temos uma funcionária que faz o processamento, o artesanato, a geleia, a venda da polpa, na boca a boca (...) então elas se sentem fazendo parte da cooperativa. (Entrevistado 4)

De forma menos expressiva, encontram-se outros canais de comercialização: ponto de venda na sede (apenas Ecoserra), comércio local como empórios e pequenos comércios (apenas Coopermuse), agroindústrias (apenas Rincão dos Pomares), feiras e eventos, este último acessado pela Coopermuse e Ecoserra. Uma diferença entre essas duas últimas cooperativas é que as feiras e eventos são o principal canal de comercialização para a Coopermuse, ao mesmo tempo que é o menos importante para a Ecoserra, alegando ser muito cansativo e pouco rentável. Chegaram a participar das festas do pinhão, maçã, hortaliça, laranja e feiras da AF.

O público associado de todas as cooperativas é o agricultor familiar, sendo algumas com foco no produtor familiar agroecológico ou orgânico. Somente a Ecosserra possui como públicos associados os consumidores e artesãos[15], mostrando uma faceta multissocietária em sua base social. A única cooperativa que não possui agricultoras como público exclusivo é a Coopermuse, pois permite o ingresso de mulheres que atuam em outras profissões, desde que sejam ligadas ao campo por conta da família, do trabalho ou de sua formação. Não obstante, todas as CDAF analisadas têm como principal serviço ofertado a organização e comercialização de alimentos.

A possibilidade de agricultores associados efetuarem o seu cadastro no CAF, por meio das CDAF, não foi evidenciado em nenhuma cooperativa estudada. Mas, diversos outros serviços são ofertados, dependendo do objetivo e estrutura de cada CDAF. Por exemplo, as cooperativas que possuem equipamentos processadores e beneficiadores de alimentos, transporte de cargas e câmaras frias oferecem esses serviços para seus cooperados. Um exemplo é a Ecoserra, que tem a capacidade de transportar os grãos produzidos pelo seu cooperados para realizar beneficiamento e embalagem com a marca da cooperativa e ainda realizar a comercialização desse produto final.

Outro serviço presente é a capacitação e assistência técnica, muitas vezes feita de forma informal ou colaborativa, quando os cooperados auxiliam-se nas principais questões sobre a produção orgânica e agroecológica (isso não foi observado apenas na cooperativa Rincão dos Pomares). Essas capacitações também acontecem no sentido de ensinar novas formas de produção e processamento de produtos, sempre tendo o conhecimento passado de cooperado para cooperado, levando a cooperativa a tomar aspectos de redes sociotécnicas.[16] Por algum período, as CDAF ofereceram serviços de assistência técnica e extensão rural, com técnicos de agronomia e veterinária, contratados por meio de projetos financiados pelo Estado. Mas quando o recurso subsidiado acabou, o serviço não pode seguir em frente, por conta dos altos custos.

> A gente quer, a hora que tivermos escritório, ter um agrônomo, uma pessoa para dar assistência, né? A gente até tinha, mas daí era pessoal de projeto…. Tinha uma guria que ela deu assistência para nós aí bastante tempo. [...] Aí quando acabou o projeto, nós ficamos sem. A gente quer ter pela cooperativa mesmo. A gente quer, a hora que tivermos escritório, ter um agrônomo, uma

[15]Na atualidade, os artesãos não fazem mais parte da cooperativa e os consumidores têm baixa expressividade e participação, por motivos de foco nas relações de produção e comercialização dos produtos da AF.

[16]Segundo Dorigon (1998), a noção de redes sociotécnicas é um desdobramento da perspectiva social construtivista. Essa noção investiga a dinâmica social à medida que a sociedade e a natureza passam a estar sujeitos à ação de atores sociais, que funcionam como nós dentro da rede. Com isso, o arranjo formado entre a interação das técnicas, das pessoas e do meio natural de um território é único, interligando a teoria das redes sociotécnicas com os estudos territoriais.

> pessoa para dar assistência, né? A gente até tinha, mas daí era pessoal de projeto […] tinha uma guria que ela deu assistência para nós aí bastante tempo. [...] Aí, quando acabou o projeto, nós ficamos sem. A gente quer ter pela cooperativa mesmo. (Entrevistado 3)

Um entrevistado relatou os problemas de não dispor de um serviço adequado de ATER:

> A falta de recursos para projetos, para a gente poder trabalhar assistência técnica na produção, o incentivo ao jovem, a permanência no campo, a sucessão familiar é algo que vivemos a algum tempo. Não temos nenhuma assistência para trabalhar com e-commerce, por exemplo, algo que poderia ser ou outro canal de venda para a cooperativa […] Ou as coisas mudam ou daqui a 10 anos, esqueça, nós não vamos comer mais nada da agricultura familiar em Santa Catarina (Entrevistado 5)

Conforme exposto, em tese as CDAF são cooperativas ligadas a agricultores familiares, com grande capacidade de mobilizar alimentos para programas de aquisição de alimentos. Mas, por conta de seu modelo particular, as dinâmicas organizacionais formais (funcionamento do conselho fiscal e da diretoria) podem variar bastante. Há diversos níveis de informalidade e desburocratização nessas organizações, revelando uma dinamicidade própria, com alta capacidade de adaptação. Acima de tudo, são instâncias muito próximas aos agricultores, compondo esses a maioria dos conselhos da cooperativa.

De regra, todos os dirigentes conhecem bem as atividades e as cadeias de produção em que atuam. Dentro da cooperativa, eles executam tarefas em diversas áreas da organização e possuem uma relação próxima com o quadro social, questões que serão aprofundadas a seguir.

4.2.3 Questões relacionadas aos dirigentes das CDAF: representação e inovação

Para avaliar melhor as características das CDAF, se traçou o perfil dos dirigentes que exercem a liderança nessas organizações. Acima de tudo, são pessoas muito próximas aos agricultores, compondo a maioria dentro dos conselhos da cooperativa. Todos os dirigentes da Serra entrevistados já foram agricultores associados pelas cooperativas, possuem uma atuação próxima e presente, executando tarefas em diversas áreas da organização e da cadeia de produção. A Tabela 12 apresenta esses dados em relação aos dirigentes das cooperativas.

Tabela 12 - Dados gerais referente aos dirigentes das CDAF da Serra Catarinense

Cooperativa	Gênero	Escolaridade	Profissão	Tempo de vínculo	Tempo como diretor	Forma de prestação
Cooperanita	Homem cis	Ensino primário (4ª)	Agricultor	15 anos (desde fundação)	3 anos	Voluntário
Rincão dos Pomares	Homem cis	Ensino médio completo	Agricultor	14 anos (desde fundação)	9 anos	Voluntário
Econeve	Homem cis	Técnico em agropecuária e especialização em Agroecologia	Agricultor	21 anos (desde fundação)	2 anos, mas já foi diversas vezes	Voluntário
Coopermuse	Mulher cis	Pós-graduação Geografia e História	Professora	13 anos (desde fundação)	2 anos, mas foi reeleito duas vezes	Voluntário
Ecoserra	Mulher cis	Graduação em Ciências Contábeis	Consultora cooperativa	18 anos (desde 2006)	4 anos	Remunerado

Fonte: O próprio autor, 2024.

Como pode-se perceber, existem três homens agricultores com escolaridade que chega até o nível de técnico e duas mulheres, uma com graduação e outra com uma pós-graduação. As mulheres não são mais agricultoras familiares, porém exercem importante papel junto à cooperativa, realizando capacitações e diversas atividades que as ligam diretamente com o meio rural. Todos os dirigentes estão filiados à cooperativa há mais de dez anos, todos eles acompanharam a trajetória das organizações desde sua fundação (e em alguns casos, até no período de pré-fundação.

A maioria dos entrevistados, exceto um, realiza o trabalho de forma voluntária, recebendo apenas valores correspondentes a diárias e ajudas de custo para combustível e alimentação, quando há necessidade de deslocamento. Um deles possui a “liberação” da cooperativa, o que consiste no pagamento de um salário para que possa liberar-se do ofício original e dedicar-se exclusivamente à função de presidente da organização. Essa possibilidade representa um avanço, dado que o cargo na diretoria requer muito trabalho e esforço, fazendo com que assumir o cargo seja oneroso para o agricultor. Esta questão também atrapalha a sucessão na diretoria, pelo alto nível de conhecimento requisitado, grande compreensão sistêmica da cooperativa e dos cooperados e a falta de remuneração. É o que dizem dois entrevistados, ao citar o processo de sucessão na cooperativa:

> É que eu já faço uns dois mandatos que digo, gente, isso aí tem que renovar, né? Temos dificuldades para encontrar um produtor disposto a assumir o cargo (...). Eu sou o presidente, eu sou o secretário, eu faço tudo, né, porque a gente só trabalha com alimentação escolar. Então, o recurso é pouquinho, né, não dá para pagar nem diária. Então sou o presidente desde que foi fundada (a cooperativa) (Entrevistado 3).

> Eu vejo que precisa de alguns cursos ou formações de novos líderes. É isso que a gente tá precisando. Pois o trabalho de dirigente é voluntário, e isso é ruim. Porque a partir do momento que você recebe pra isso, aí você tem candidatos, né? Mesmo assim, eu vejo que é mais uma questão de medo de não dar conta, por isso não assumem, porque sabe já que é uma carga extra de trabalho sem remuneração. Eu vejo que a nova presidente geralmente sai, e sempre entra a vice do cargo anterior, sabe? Acaba ficando nesse ciclo, né? E eu vejo que há necessidade de vir pessoas novas que não tiveram na diretoria, com ideias novas, com propostas diferentes. (Entrevistado 4)

Todos os entrevistados citaram a dificuldade que é assumir o cargo e continuar trabalhando como agricultor familiar. Por conta do baixo interesse em assumir a diretoria, existe um rodízio entre as pessoas que ficam alternando os cargos, porém, sem mudanças práticas na questão de quem executa as tarefas. Algumas cooperativas estudadas estão buscando, pela formação de novas pessoas, quebrar com esse dilema e possibilitar a inclusão da juventude rural nesses quadros. É o que conta um dos entrevistados:

> Mas estamos preparando uma moça há dois anos para assumir. Ela é produtora orgânica, sabe dos manejos. Esse ano nós a colocamos na parte das vendas, né? Então, agora ela vai encostar junto ali para aprender todos os macetes. Essa menina, a gente quer se adequar pra ela, também, manter um bom ritmo de presença (...). Porque ela mora no sítio e não pode deixar a propriedade de "vereda" (malcuidada). De repente, dois dias por semana, três dias, né? E também pagar uma diária. (Entrevistado 3)

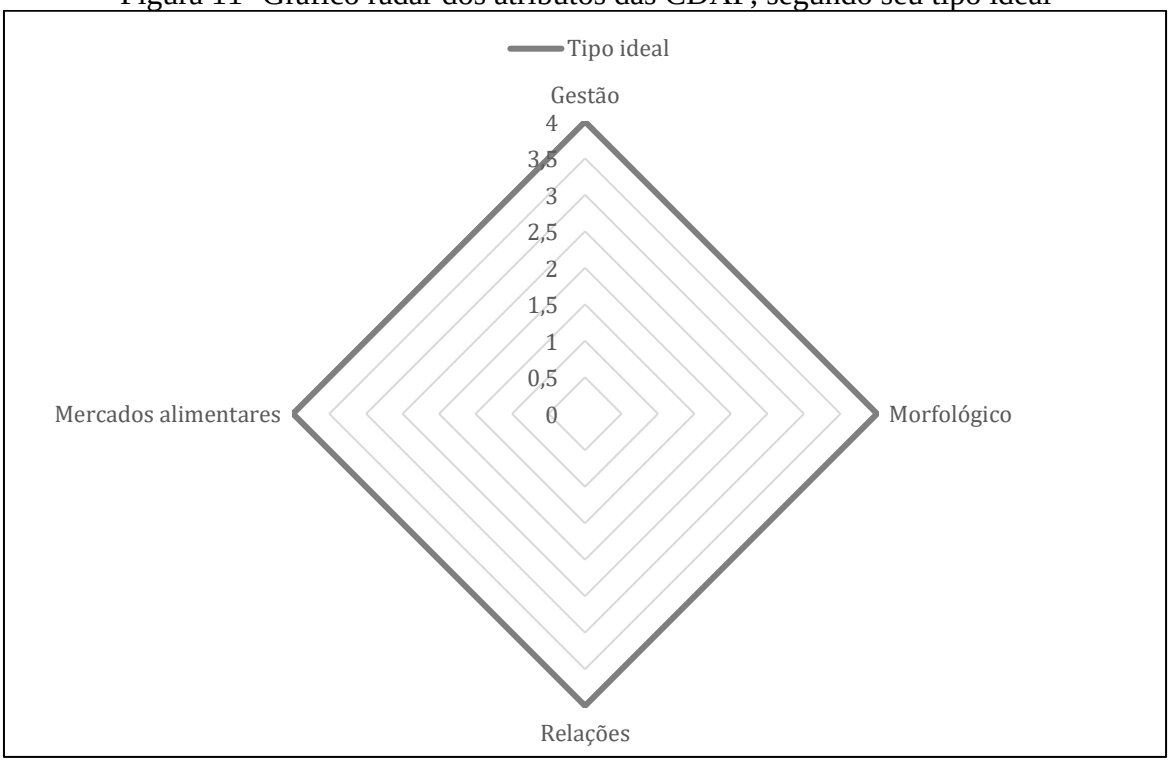
O trabalho de organização é realizado de forma majoritária pelo celular. Por ele são organizados encontros e reuniões online. Cada cooperativa realiza as atividades organizativas de uma forma particular, moldando-se conforme o grau de participação e o tempo livre dos cooperados, o raio de abrangência, tamanho e atividades. Com exceção de um, todos os dirigentes envolvem-se de forma direta nas principais atividades cotidianas da cooperativa, sendo eles também fornecedores ou processadores dos produtos comercializados. Isso demonstra um alto grau de reconhecimento dos dirigentes sobre os principais problemas enfrentados pelos cooperados e quais alternativas podem ser tomadas para diminuir seus efeitos. Por conta do volume de atividades e da capacidade econômica, existe uma cooperativa que pode pagar um salário ao presidente, liberando-o das atividades no campo para dedicar-se de forma integral na coordenação da organização.

As CDAF da Serra Catarinense são organizações orgânicas da AF em busca de novas oportunidades de inovação e acesso a políticas públicas. A análise de suas características gerais auxilia no processo de situar as cooperativas no cenário territorial, principalmente em sua atividade comercial e da governança. Para investigar sua natureza teórica própria, deve ser feita uma análise comparativa, conforme os atributos típicos já descritos na Tabela 6.

4.3 ANÁLISE DE ATRIBUTOS

Como já mencionado, o gráfico radar é uma ferramenta capaz de realizar uma análise multissetorial, posicionando em eixos polares simétricos os pontos de cada uma das categorias do objeto em observação. Como existiam duas categorias com quatro atributos e duas com três, para a utilização da ferramenta nesta pesquisa foi efeituada uma adaptação, de modo que as categorias com três atributos recebessem um ajuste do valor plotado (cada atributo recebeu 1,33333... de unidades de medida (u)), com o objetivo de gerar simetria entre os eixos, formando a "teia de aranha". Assim, foi possibilitada a visualização da área do polígono e os pontos ditos "fracos e fortes" de similaridade com o modelo ideal de CDAF. Além disso, a área plotada do polígono representa um valor de aproximação ao tipo ideal, no qual esse último tem valor de referência **32 u²** e o formato de um quadrado (Figura 11).

Figura 11- Gráfico radar dos atributos das CDAF, segundo seu tipo ideal



Fonte: O próprio autor, 2024.

Para execução da metodologia, inicialmente foi elaborado uma tabela dos atributos das CDAF (Tabela 13), atestando se os atributos estão presentes ou ausentes, marcando-se com X quando eles existem. Essa atestação foi feita com base nos dados primários e secundários coletados durante a pesquisa.

Tabela 13 - Atributos das CDAF e a presença nas cooperativas estudadas

Categoria	Atributo	Cooperanita	Econeve	Rincão dos Pomares	Cooper Muse	Ecoserra
Gestão	1. Número mínimo de dirigentes e de funcionários	X	X	X	X	
	4. Administração da agroindústria nas mãos dos cooperados	X	X	X	X	X
	8. Sistema de governança mais horizontalizados	X	X	X	X	X
	9. Gestão descentralizada que reduz a burocracia	X	X	X	X	
Morfológico	2. Presença de contrato comodato entre a cooperativa e os cooperados	X			X	X
	5. Possibilidade de constituir uma cooperativa com necessidade de baixo investimento	X	X	X	X	
	12. Presença de sede própria					X
Mercados alimentares	6. Atuação em cadeias curtas de comercialização	X		X	X	X
	7. Acesso à mercados institucionais e outros canais de comercialização	X		X		X
	13. Movimento de ampla variedade de produtos da AF	X		X	X	X
Relações	3. Abrigo jurídico, mantendo a aposentadoria especial da AF e auxíliando no cumprimento às exigências legais	X	X	X	X	X
	10. Não filiação a sistemas de representação cooperativismo		X	X	X	
	11. Oferecimento de ATER e auxílio no cadastramento no CAF					
	14. Parcerias com órgãos governamentais			X	X	X

Fonte: O próprio autor, 2024.

Ao analisar a Tabela 13, percebe-se que três atributos existem em todas as cooperativas, sendo duas na categoria Gestão: 3) Abrigo jurídico e auxílio no cumprimento às exigências sanitárias e ambientais; 4) Administração da agroindústria nas mãos dos cooperados; 8) Sistema de governança mais horizontalizados. Isso, somado ao alto cumprimento dos atributos de Gestão presente em todas as CDAF, demonstra que a forma de administração, coordenação e gerência dessas organizações se assemelha muito as encontradas nas pesquisas realizadas na década de 2010, pelos principais teóricos do tema. Assim, todas as cooperativas possuem fortes traços de gestão descentralizada, desburocratizada e democrática, realizada com a participação direta dos agricultores e agricultoras familiares. Além disso, o atributo 3) refere-se ao caráter

guarda-chuva dessas organizações, que formalizam a produção da AF via seu CNPJ, uma vantagem “iminente” após a filiação do cooperado, que passa a acessar os canais de comercialização formais da cooperativa.

De modo oposto, encontrado um atributo que nenhuma CDAF cumpre, o número 11) “Oferecimento de assistência técnica e auxílio no cadastramento do CAF”. Esse dado ocorre por conta que, na realidade do território da Serra Catarinense, o cadastramento no CAF sempre é responsabilidade do próprio produtor, sendo ele auxiliado em casos específicos pelo Sintraf ou a Epagri. Outro fator que contribui para essa constatação é a ausência atual de contratos de serviço de ATER.

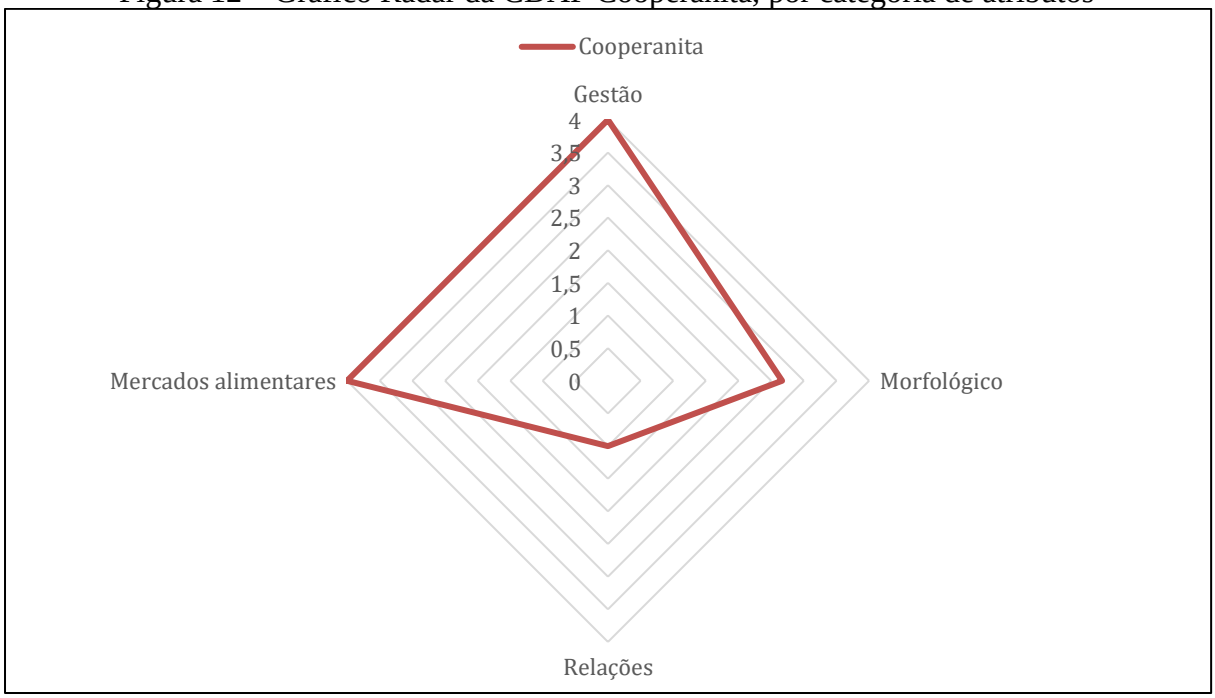
A falta de assistência técnica impede o acesso a uma série de vantagens, como a utilização do Selo Artesanal do Brasil, ou Selo Arte, para a certificação de produtos de origem animal, muitos deles típicos da região, como é o caso do queijo serrano, do mel de melato de bracatinga, da truta e do frescal (carne desidratada com sal em baixas temperaturas). A falta de assistência técnica também dificulta a melhoria dos processos e dos meios produtivos nas unidades produtivas da AF, gerando certa obsolescência e falta de eficiência. Além disso, não são qualificados os serviços de assistência em marketing, identidade, comercialização, gestão e serviços digitais, o que diminui a capacidade de inovação dessas cooperativas e a possibilidade de ganho de reputação de qualidade.

As questões acima citadas, referentes aos atributos das CDAF, podem ser mais bem compreendidas com uso do gráfico radar, já que o cumprimento desses atributos se torna mais ilustrativo. A seguir serão expostas informações relacionadas à plotagem dos gráficos radares, seguidos de análise específica para cada cooperativa.

4.3.1 Cooperanita

Pelo gráfico da Figura 12, pode-se perceber que a Cooperanita alcança o valor máximo de atributos nas categorias Mercados Alimentares e Gestão. Diante disso, é correto afirmar que sua estrutura só existe de forma virtual e jurídica, com ausência de sede própria e de grandes investimentos, possuindo contrato de comodato com um cooperado e operante de forma descentralizada. Ademais, realiza uma gestão horizontal e democrática, desburocratizada e com a visão dos agricultores familiares, auxiliando os cooperados a acessar diversos canais de comercialização, como as políticas públicas de aquisição de alimentos e outras cooperativas. Dessa forma, nessas três categorias, a Cooperanita é idêntica ao tipo ideal de CDAF.

Figura 12 – Gráfico Radar da CDAF Cooperanita, por categoria de atributos



Fonte: O próprio autor, 2024.

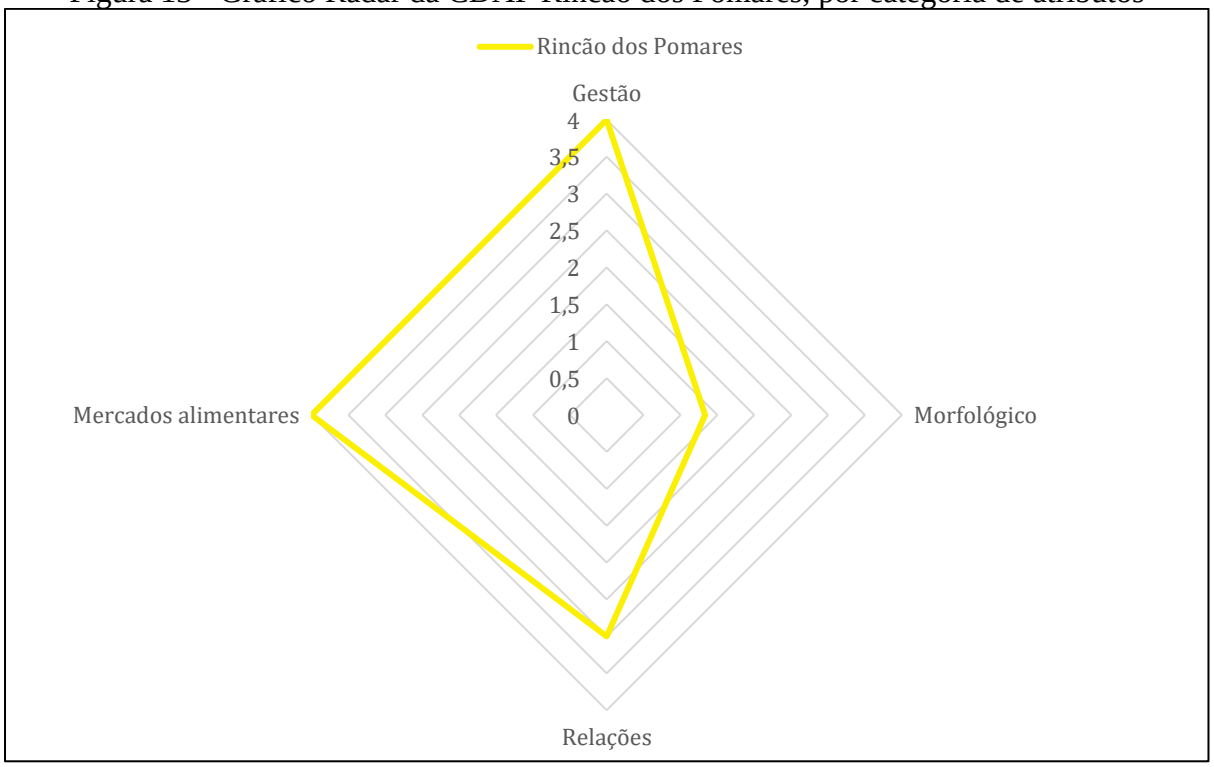
Por outro lado, a cooperativa possui apenas um dos quatro atributos referentes à categoria Relações, que se refere ao abrigo jurídico representado pela organização. Ela se afasta do modelo ideal de Relações das CDAF, não possuindo filiação representativa, não ofertando serviços de ATER e cadastro no CAF, além de não possuir parcerias e relações fortes com órgãos governamentais.

Como comparação ao tipo ideal de CDAF, a Cooperanita obteve valor da área do polígono de 16,7 u², diferença de 15,3 u² do modelo teórico dessa categoria de cooperativas.

4.3.2 Rincão dos Pomares

A cooperativa obteve pontuação máxima nas categorias Gestão e Mercados alimentares. Isso se mostra claro diante da sua atuação nas cadeias curtas de comercialização e políticas públicas de aquisição de alimentos, mobilizando diversos produtos *in natura* e processados da AF, além da forma de gestão descentralizada e participativa, feita pelos agricultores. Sua área do polígono é 18,7 u², uma diferença de 13,3 u² da área do tipo ideal. Isso se dá principalmente por conta da ausência de filiação em entidade de representação, ao abrigo jurídico e as diversas parcerias com órgãos governamentais, principalmente a prefeitura e a Epagri, que possuem forte atuação em São Joaquim.

Figura 13 - Gráfico Radar da CDAF Rincão dos Pomares, por categoria de atributos



Fonte: O próprio autor, 2024.

Algo particular dessa CDAF é a ausência de contrato de comodato com os cooperados. Essa realidade ocorre devido a Cooperativa não ser a principal forma de comercialização dos cooperados e a organização realizar parcerias com agroindústrias e outras cooperativas, as quais recebem os produtos in natura (majoritariamente maçã) e entregam uma parte do processamento de volta para a CDAF:

> Cada um tem a sua agroindústria, que nem o pessoal do panificados, né? [...]. Aqui na cooperativa acaba que trabalhamos com o que sobra da produção dos cooperados que não vai para a (grande) agroindústria. Por isso hoje o nosso forte vem sendo as hortaliças e os panificados. (Entrevistado 3)

Com esse tipo de relação, a CDAF diminui sua dependência de unidades de processamento e abre a possibilidade de configurar-se como uma organização de baixo investimento de capital.

Com exceção do caminhão de carga de seu patrimônio, todas as outras infraestruturas utilizadas como galpão e câmara fria são acessadas via contratos de aluguel. No mais, a ausência de ATER e auxílio ao cadastro no CAF para os cooperados não é realizada pela cooperativa.

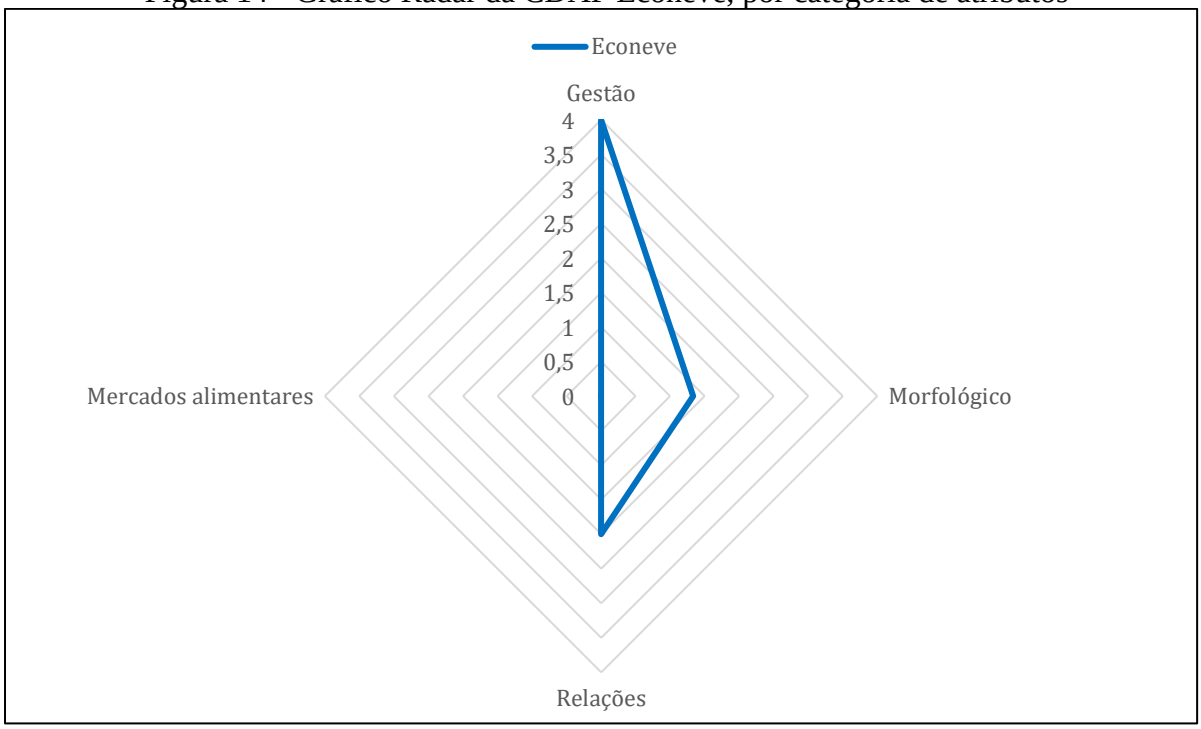
4.3.3 Econeve

O caso da Econeve reflete as dificuldades que uma pequena cooperativa pode passar diante de adversidades externas, que se passaram durante a pandemia da Covid-19 e o consequente isolamento social. Desde as medidas de contenção da pandemia, a CDAF observa um declínio no número de cooperados e de atividades, chegando aos dias atuais, em que não realiza nenhuma atividade comercial. Como essa ação é algo inerente a uma cooperativa de fato, atualmente a Econeve se comporta, na prática, como uma associação. Seus cooperados passaram a fazer as transações comerciais por conta própria ou via outras cooperativas e associações.

Por conta disso, seu gráfico radar possui um corte vertical, não tendo pontuado em nenhum dos atributos referentes à categoria Mercados alimentares (Figura 14). Dessa forma, o polígono formado no gráfico possui área total de 4 u^2, 28 u^2 de diferença se comparado ao tipo ideal.

Apesar dessa realidade, a CDAF permanece mantendo todos os atributos referentes a categoria Gestão, utilizando formas participativas e desburocratizadas de organização das atividades que restaram. Além disso, não possuem e nunca possuíram a presença de contrato de comodato, não oferecendo nenhum tipo de assistência técnica e auxílio no cadastramento no CAF. Por fim, as parcerias com órgãos governamentais já foram mais presentes, principalmente nos anos após a sua fundação, porém, cessaram após a organização passar a “caminhar com as próprias pernas”, como relatou o dirigente na entrevista.

Figura 14 - Gráfico Radar da CDAF Econeve, por categoria de atributos



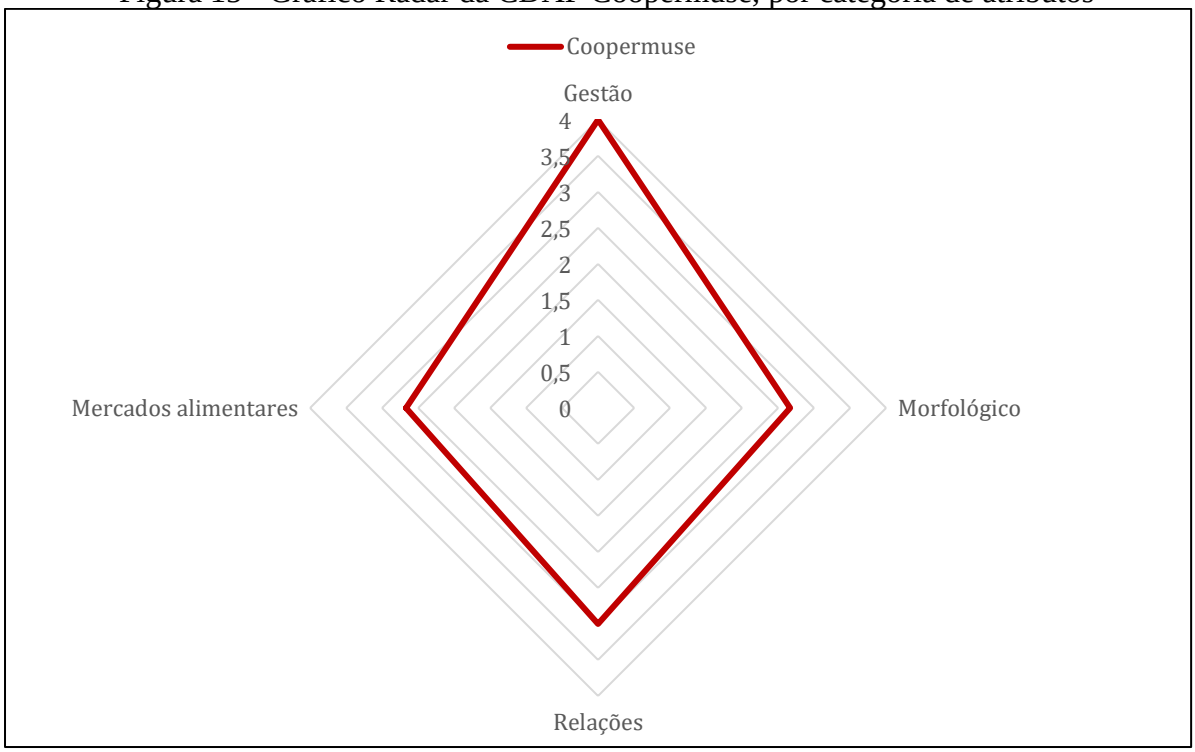
Fonte: O próprio autor, 2024.

4.3.4 Coopermuse

A Coopermuse é idêntica ao tipo ideal de CDAF na categoria Gestão, cumprindo com todos os atributos. Também se conforma como uma cooperativa de baixo investimento, com ausência de sede própria e presença de contrato de comodato. Sua área do polígono formado no gráfico radar é 18,7 u², uma diferença de 13,3 u² da referência teórica utilizada (Figura 15).

A CDAF não apresenta serviços de ATER e auxílio de cadastramento no CAF para os cooperados, também não acessa mercados institucionais. Por fim, a CDAF já foi filiada a representação formal do cooperativismo no Brasil, no caso a Ocesc, e há uma pretensão de filiar-se novamente, devido a oportunidade de cursos de formação e de liderança, algo que só foi cessado por conta dos custos da filiação e o baixo fluxo de caixa para realizar esse pagamento.

Figura 15 - Gráfico Radar da CDAF Coopermuse, por categoria de atributos



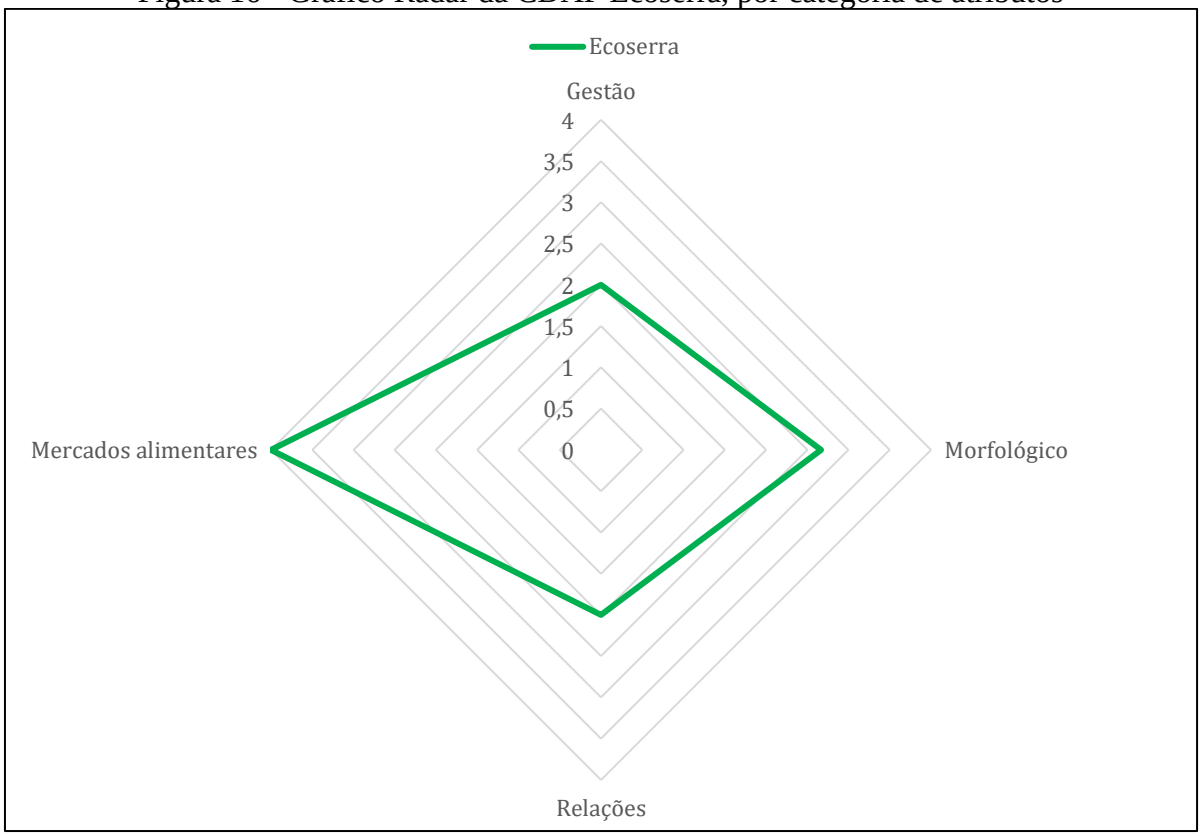
Fonte: O próprio autor, 2024.

4.3.5 Ecoserra

Entre as cooperativas analisadas, a Ecoserra é a de maior projeção e mais bem estruturada, além de possuir um caráter muito descentralizado perante sua abrangência, operação e construção de relações. Por isso, é possível imaginar que o tamanho e complexidade das atividades criam maiores risco de degeneração, mas o que se viu tampouco faz dessa cooperativa estar afastada de alguns preceitos esperados para uma CDAF, conforme a Tabela 13. Porém, ela acaba não cumprindo certos atributos, aos quais todas as outras CDAF cumprem, tais como contar com número mínimo de gestores e de funcionários assalariados e ter uma gestão mais centralizada das atividades (Categoria Gestão). Seu polígono conta com área de 13,3 u², 18,7 u² a menos que o tipo ideal teorizado (Figura 16).

Ainda sobre os atributos da Cooperativa, pode-se destacar a sua filiação com o sistema Unicafes de representação das cooperativas, além da unânime ausência de ATER e auxílio ao cadastro no CAF. Na categoria Mercados alimentares, por conta de sua grande capacidade na produção, processamento e comercialização de produtos orgânicos vindos da AF, a Ecoserra consegue, via uma complexa operação de coleta e entrega de produtos, acessar diversos canais de comercialização, por todas as regiões do estado de Santa Catarina, muito embora seu canal majoritário de comercialização seja a política pública de aquisição de alimentos. Vale ressaltar que a Ecoserra é a única que pontua no atributo 12) Presença de sede própria.

Figura 16 - Gráfico Radar da CDAF Ecoserra, por categoria de atributos

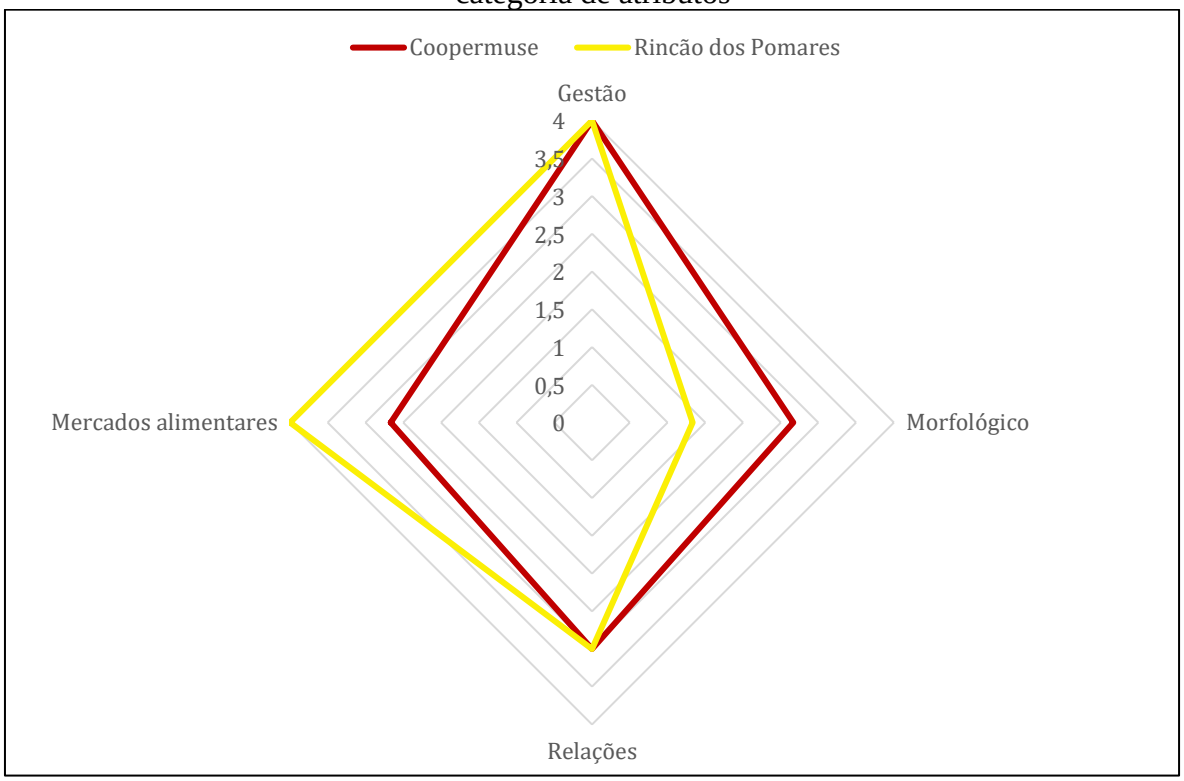


Fonte: O próprio autor, 2024.

4.3.6 Análise comparativa

Pela sobreposição dos gráficos radares plotados, pode-se realizar uma análise comparativa das CDAF investigadas, por meio de seus atributos, buscando também traçar melhor as suas características. Pode-se fazer isso agrupando algumas cooperativas ou o seu conjunto. A Figura 17 apresenta, a título de exemplo, os polígonos da Coopermuse e Rincão dos Pomares sobrepostos. Além disso, ao analisar as categorias Gestão e Relações, ambas coincidem em pontuação. Desse modo, a Rincão dos Pomares se aproxima mais do tipo ideal de CDAF na categoria Mercados alimentares ao acessar as compras institucionais, enquanto a Coopermuse se assemelha mais na categoria Morfológica ao apresentar contrato de comodato. Sobre a categoria Relações, ambas não cumprem o quesito de oferecimento de ATER e auxílio no cadastro do CAF.

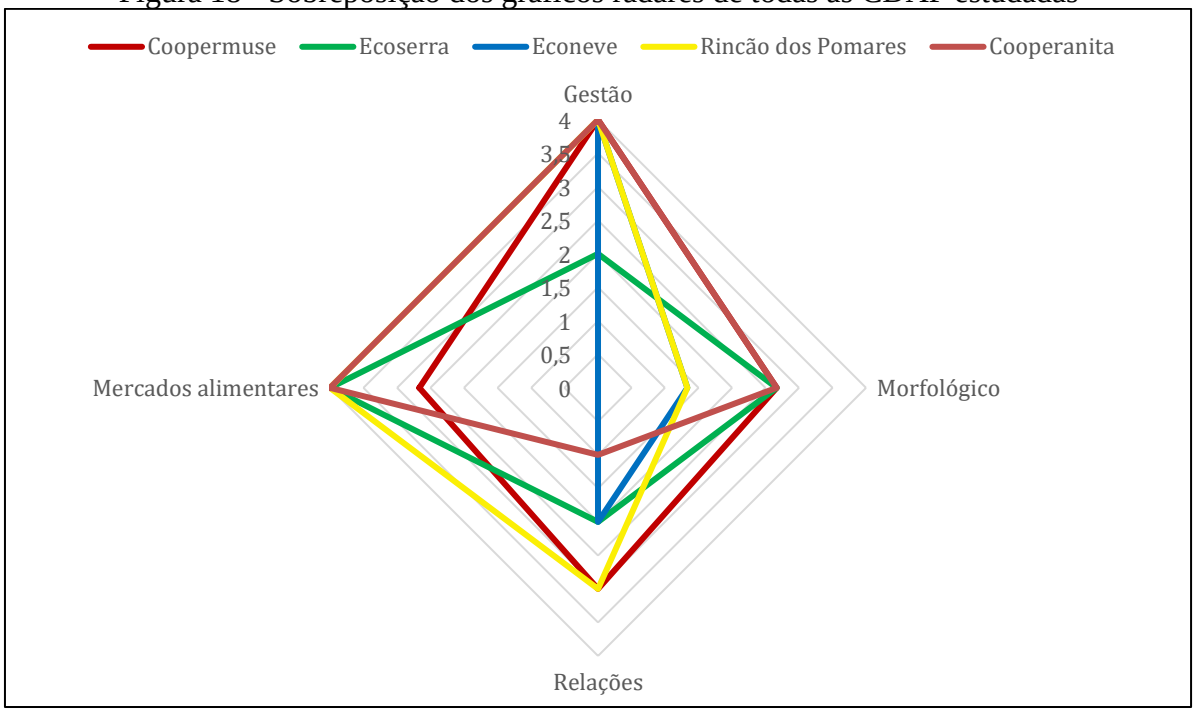
Figura 17 - Sobreposição dos gráficos radares da Coopermuse e Rincão dos Pomares, por categoria de atributos



Fonte: O próprio autor, 2024.

Como apresentação final, a Figura 18 demonstra a sobreposição de todos os polígonos formados nos gráficos radares da análise. Em relação as áreas plotadas por cooperativa observa-se a seguinte classificação em ordem decrescente de: Coopermuse e Rincão dos Pomares empatadas em primeira colocação, em segundo a Cooperanita, em terceiro a Ecoserra e por último Econeve. Ao observar os eixos categóricos, percebe-se que duas categorias não obtiveram pontuação máxima conforme o tipo ideal. Uma delas é a categoria Relações, por conta do atributo 11) “Oferecimento de assistência técnica e auxílio no cadastramento do CAF”, ausente em todas as cooperativas. A segunda categoria é a Morfológica, onde todos os atributos da foram observados, porém, não ao mesmo tempo em uma única CDAF. Outra questão evidente é a quase unanimidade (exceto Ecoserra) no cumprimento de todos os quatro atributos da categoria Gestão, demonstrando que as formas de governança e de tomada de decisão das CDAF aqui analisadas, são muito semelhantes a outros estudos realizados com cooperativas descentralizadas no estado de Santa Catarina.

Figura 18 - Sobreposição dos gráficos radares de todas as CDAF estudadas



Fonte: O próprio autor, 2024.

Por fim, ao analisar a porcentagem de cumprimento global dos atributos no conjunto das 5 CDAF estudadas, observa-se que na categoria Gestão houve um cumprimento de 90%, na categoria Mercados alimentares 73,3%, na categoria Relações de 55% e com o menor cumprimento a categoria Morfológico, com 53,3%.

4.4 ANÁLISES SOB O ENFOQUE DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS

4.4.1 Inventário dos produtos de qualidade das CDAF no enfoque da CBST

O enfoque metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais se alinhados preceitos teóricos do Desenvolvimento Territorial Sustentável através de estratégias de oferta conjunta de bens e serviços, atrelados às características ambientais, históricas e culturais dos territórios, por meio de ação compartilhadas de atores territoriais. Por meio de táticas de diferenciação, agregação de valor e resgates históricos, são ofertados de forma sinérgica produtos e serviços, valorizando belezas naturais, receitas típicas, produtos com qualidades únicas e serviços especializados capazes de satisfazer uma gama de consumidores e causando um aumento na qualidade de vida dos produtores. Essas estratégias podem contar com a concepção de selos de distinção tal qual as Indicações Geográficas e Marcas Coletivas, mobilização de festas e eventos típicos e sua implementação fortalecida pela intercooperação e de parcerias com o setor público.

Entre as CDAF estudadas, foram encontradas uma série de produtos e características que possuem diversas interfaces com o enfoque da CBST. Almejando investigar de forma aprofundada essas relações, foram extraídos dados das entrevistas referentes aos produtos e serviços, especificidades, festas típicas e parcerias perpetuadas por essas organizações. Diante disso, a Tabela 14 apresenta alguns aportes das cooperativas para a construção da Cesta da Serra Catarinense, os quais serão debatidos na sequência.

Tabela 14 - Relação entre os principais produtos de qualidade produzidos, seus diferenciais e a oferta de produtos de forma conjunta pelas CDAF

Cooperativa	Principal produto de qualidade comercializado	Diferencial desse produto	Oferecimento de produtos e serviços de forma conjunta?
Cooperanita	Geleia de frutas	Orgânico e artesanal	Não
Rincão dos pomares	Suco de maçã	Orgânico	Não
Econeve	Maçã Fuji	Orgânico	Não
Coopermuse	Polpa clarificada de maçã Fuji + artesanato	Produtos feito por mulheres, Indicação Geográfica.	Oferece os produtos adornados com arranjos de artesanato, mobilizando a história, a maçã e o clima de S. Joaquim.
Ecoserra	Farinha de milho crioulo	Orgânico	Não

Fonte: O próprio autor, 2024.

Ao serem perguntados sobre os ativos de qualidade, os dirigentes das cooperativas listaram os alimentos diferenciados que eram comercializados. As cooperativas Cooperanita e Econeve comercializam pouco ou nenhum produto processado. As demais vendem uma série diversificada de produtos típicos da AF da região, mesmo que muitas vezes em baixa escala. Essa realidade pode estar ligada ao fato dessas cooperativas possuírem um histórico de apostar nas vendas via as PPAA, em que são comercializados frutas, verduras e grãos *in natura,* geralmente genéricos. Diante da escassez de canais de comercialização e em busca de inovação, algumas CDAF possuem hoje ações voltadas a produção de processados como panificados, carne bovina, mel, queijo serrano e outros produtos de qualidade, é o que conta dois dirigentes:

> Estamos trabalhando para pôr no PNAE a carne bovina da nossa produção. Queremos pôr na merenda, porque a carne produzida aqui no município é melhor, produzida a pasto (...). Estamos fazendo geleia de laranja, morango e uva (...) vendendo boca a boca e buscando outros mercados, mas por enquanto ainda tá fraco (Entrevistado 1).

> Aqui na cooperativa produzimos moranguinho, mirtilo, amora, pinhão moído, e estamos querendo ver de vender o queijo e o mel que nossos cooperados produzem em comércio, né? Hoje também temos os panificados, as geleias e

> os sucos, né? […] que fazemos naquela parceria (agroindústrias), queremos vender mais esses produtos, que ainda estão com baixa saída (Entrevistado 3).

As CDAF da Serra Catarinense produzem uma série de produtos (Tabela 15), muitos deles típicos, passando por processos de processamento e beneficiamento para serem utilizados na alimentação.

Tabela 15 - Inventário dos produtos específicos produzidos pelas CDAF da Serra Catarinense

Cooperativa	Produto	Tipo de Embalagem	Especificidade	Local de Produção	Preço (R$)	Selos e IGs
Cooperanita	Geléia de uva	250 g	Agroecológico	Anita Garibaldi	20	-
	Geléia de morango	250 g	Agroecológico	Anita Garibaldi	20	-
	Geléia de laranja	250 g	Orgânico	Anita Garibaldi	20	Ecovida
Econeve	Maçã orgânica de diversas variedades	-	Orgânica Firme Suculenta	São Joaquim	Média de 6//kg	Ecovida
Rincão dos Pomares	Geléia de maçã e morango	500 g	Orgânico	São Joaquim	22	Ecovida
	Suco de maçã	1 L	Orgânico	São Joaquim	28	Ecovida
	Mel silvestre	1 kg	-	São Joaquim	42	-
	Panificados	400 g	-	São Joaquim	29	-
Coopermuse	Polpa Clarificada de maçã gala	250 g	Produto único Sabor suave	São Joaquim	18	-
	Polpa Clarificada de maçã Fuji	250 g	Produto único Sabor suave	São Joaquim	20	IG
	Carona	15 g	Praticidade Ecológico Resgate histórico	São Joaquim	12	IG
	Chá frio de maçã	350 ml	Sem açúcar Ecológico	São Joaquim	15	IG
Ecoserra	Suco de uva, maçã, tangerina e laranja	1 L	Orgânico, integral	Rio do Sul (Processamento)	23,9	Ecovida
	Farinha de mandioca	250 g	Orgânico	Angelina	3,99	Ecovida
	Farinha de milho crioulo	1 kg	Orgânico, semente crioula	Anita Garibaldi	12	Ecovida
	Açucar mascavo	1 kg	Orgânico	Rio Grande do Sul	19,9	Ecovida
	Panificados (bolacha)	1 kg	Orgânico	Campo Belo e Correia Pinto	38	Ecovida
	Geleia (maça, pimenta, uva, morango)	250 g	Orgânico	Rio Grande do Sul	16	Ecovida

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2024.

Pela tabela acima é possível observar a presença de selos de distinção, como é o caso da certificação orgânica e a IG. A utilização dessa certificação foi observada, em ordem crescente de usos, na Cooperanita, Rincão dos Pomares e Ecoserra, esta última comercializando

uma série de produtos agroindustriais certificados. A utilização da IG da maçã Fuji foi observada apenas de forma experimental em produtos da Coopermuse, sendo exposto a intenção da cooperativa de mobilizar mais o selo em seus produtos. Em todas as CDAF, com exceção da Ecoserra, esses produtos certificados são fabricados no próprio município sede da cooperativa. No caso da Ecoserra, essa produção é feita de forma descentralizada em diversos municípios, dentro e fora da Serra Catarinense.

4.4.2 Relação das CDAF com eventos e atores territoriais

Os eventos e feiras tradicionais de um território podem representar importantes formas de divulgação e de comercialização dos produtos da AF, além de proporcionar elementos para a construção de sistemas policêntricos de governança territorial. Ao serem questionados sobre as festas típicas onde suas cooperativas tinham uma atuação presente (Tabela 16), com exceção da Cooperanita, todos os dirigentes apontaram a atuação na Festa da Maçã[17], evento típico que ocorre em São Joaquim, o município que mais produz maçã do Brasil. A ausência da Cooperanita nos eventos típicos decorre, principalmente, pela distância geográfica do município para a região de Lages e São Joaquim (em torno de 120km), causando um efeito de isolamento, já que, desde a pandemia de Covid-19, não são realizadas festas típicas na região.

Tabela 16 - Participação das CDAF em festas e eventos típicos e relações

Cooperativa	Há festas, feiras e eventos associados aos produtos?	Que instituições a cooperativa mantém relações fortes?
Cooperanita	-	Ecoserra, Cooperfamilia, Econeve, Unicafes, Sintraf
Rincão dos pomares	Festa da maçã	Sintraf, Epagri, Prefeitura, Sebrae,outras cooperativas, agroindústrias
Econeve	Festa da maçã	Rede Ecovida, Ecoserra, Cooperanita, Sindicato, Centro Vianei
Coopermuse	Festa da maçã; Festa do ovelhaço; Gastronomia Sabor da Terra; Encontros de mulheres e de artesãs	Epagri, Sebrae, Prefeitura, Ocesc, cooperativas, empórios e comércios em geral
Ecoserra	Festa do pinhão; Festa da maçã; Festas do colono e da AF	Centro Vianei, Cepagro,Cisama, Epagri, Prefeituras, Sintraf, Universidades e IFs, Unicafes, cooperativas

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2024.

A Ecoserra citou dois outros eventos (Festa do colono e da AF), porém, não pretende mais participar deles como cooperativa, apenas auxiliar os cooperados interessados a participarem. Devido à falta de retorno financeiro (custo de aluguel da tenda) e logística

[17]A festa da Maçã, realizada no município de São Joaquim desde 1954, tem como objetivo festejar a produção da maçã e a gastronomia envolta desse produto. A festa conta com atrações nacionais, gastronomia, amostras de cultura e artesanato local, exposição de produtos de AIF e cooperativas, além da exposição de animais de produção agrícola (São Joaquim Online, 2024).

complicada para participar da Festa do Pinhão[18], a Cooperativa não participa mais desse evento. No sentido oposto, a Coopermuse tem nos eventos e feiras sua principal forma de comercialização e divulgação de seus produtos. Além de participar ativamente da Festa da Maçã (Figura 22), participa de diversos eventos de mulheres, artesãs e culinária, detendo uma reputação positiva no município e integrando o componente "serviços" do enfoque da CBST.

Figura 19 - Vista do palco principal da Festa da Maçã de 2024, em São Joaquim

Fonte: Fotografia de Mycchel Legnaghi, Jornal NDMais, 2024.

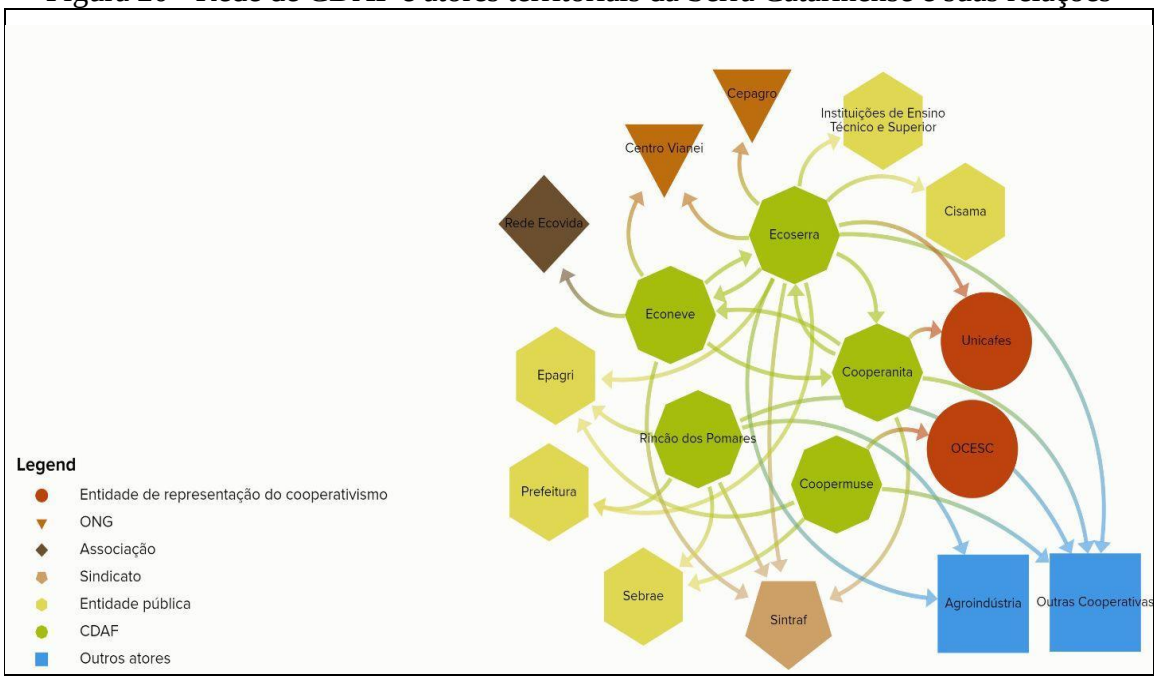
O enfoque teórico-metodológico da CBST prevê um arranjo de atores, privados, públicos e associativos, que realizam a mobilização dos ativos e protagonizam interações de disputas e conflitos, mas também de cooperação. Ao colocar as CDAF como uma categoria de atores dentro da rede social da Serra Catarinense, é possível analisar a natureza e o padrão de suas relações. A Figura 20 expõe as relações que a cooperativa estabelece, que na visão dos dirigentes são muito intensas (laços fortes). Essas relações são baseadas em confiança e sua utilidade para as atividades de natureza comercial, técnica e política. A análise dessas relações será mediada pela categorização dos atores: Entidades públicas, ONGs, Associações,

[18]A festa do Pinhão, a maior festa tradicionalista do sul do Brasil, é um evento típico realizado no município Lages, onde se celebra a época da colheita da semente da Araucária. Em suas primeiras edições, sendo o ano inicial de 1973, detinha um caráter local e tradicionalista. No ano de 2024, em sua 34ª edição, contou com diversas atrações nacionais e um público de 300 mil pessoas, que acompanharam 60 shows em 3 palcos nos 7 dias de evento (Amures, 2024).

Sindicato, Agroindústrias, Outras cooperativas e Entidades de representação do cooperativismo.

A rede formada através da SNA (Figura 23) já apresenta essa categorização dos atores, demonstrando, pelas setas, as relações que as CDAF (em verde) mantêm com os diversos atores da Serra Catarinense. Assim, pode-se perceber atores que firmam muitas relações com o grupo das cooperativas analisadas, ao mesmo tempo que outros mantém relações apenas com uma delas. No mapa, também é possível observar as relações que as CDAF preservam entre si, criando ciclos fechados de intercooperação. Essas e outras dinâmicas para cada uma das CDAF estudadas serão expostas a seguir.

Figura 20 - Rede de CDAF e atores territoriais da Serra Catarinense e suas relações



Fonte: O próprio autor, 2024

As CDAF da Serra Catarinense constroem um emaranhado de relações, abertas e fechadas, que influenciam nas ações e decisões protagonizadas por essas cooperativas. Ao analisar essas relações de forma quantitativa (Tabela 17), percebe-se a formação de certos padrões e outros pontos a se destacar. A cooperativa de menor número de relações (Coopermuse), não firma nenhum tipo de interação com sindicatos, porém, é a única a se alinhar com a representação formal do cooperativismo convencional, algo que contradiz os preceitos políticos das CDAF. Outro ponto a ser destacado é a falta de relacionamento entre a Cooperanita e entidades públicas, principalmente na atualidade, sendo outro ponto das CDAF que diverge da realidade da Serra.

Tabela 17 – Número de relações fortes das CDAF com outras entidades

Cooperativa	Entidades públicas	Repres.do cooperativ.	ONG	Sindicato	Associação	Outras cooperativas	Outros atores	Total
Cooperanita	0	1	0	1	0	3	0	5
Rincão dos Pomares	3	0	0	1	0	1	1	6
Econeve	0	0	1	1	1	2	0	5
Coopermuse	3	1	0	0	0	0	0	4
Ecoserra	6	1	2	2	4	4	1	20

Fonte: O próprio autor, 2024

A categoria que menos possui relações com as CDAF indicadas é a Outros atores, possuindo 2 relações. Duas das cooperativas possuem uma ligação com ONGs, principalmente por conta da atividade do Centro Vianei referente à agroecologia na região de Lages e arredores. Cabe salientar também que as relações com maior número são as da categoria Entidades públicas, outras cooperativas e Sindicatos, com 12, 10, 5 concretizações, respectivamente. Por fim, a Ecoserra foi a CDAF que mantém o maior número de relações, sendo essas subestimadas devida ao grau de descentralização da organização, que mantém uma independência da sede central com relações firmadas em todos os municípios em que atua. Esse cenário não foi evidenciado ao analisar a Cooperanita, a CDAF mais semelhante a Ecoserra em relação a abrangência e número de cooperados.

4.5 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DAS CDAF PERANTE A AGENDA 2030

Desde a década de 70, esforços em escala global são mobilizados para discutir e implementar mudanças capazes de melhorar a vida das pessoas e garantir a reprodução da sociedade em condições favoráveis no futuro. O Desenvolvimento Sustentável, usado pela primeira vez no relatório de Brundtland, é um termo que se refere ao desenvolvimento capaz de atender às necessidades atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações de fazerem o mesmo. Na atualidade, a Agenda 2030 busca atingir metas em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, através de ações em âmbito internacional e local.

O DTS é a teoria que utiliza o conceito de Desenvolvimento Sustentável em uma escala geográfica territorial, buscando compreender também a construção social do desenvolvimento e da ação dos atores territoriais. Os programas e agendas globais se atrelam ao enfoque territorial ao passo que devem ser executados nessa escala regional, colocando os atores territoriais como verdadeiros executores e promotores desse desenvolvimento. Esses atores,

que podem ser entidades públicas, agroindústrias familiares, entidades de pesquisa e cooperativas, estarão à frente dos principais movimentos de mudança e solução de entraves, alcançando melhorias nos indicadores sociais, ambientais e econômicos de seus territórios.

Buscando entender de que maneira as ações das CDAF da Serra Catarinense contribuem para os ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável) e 8 (Trabalho descente e crescimento econômico), foi analisada a existência de ações voltadas a cada uma das metas aplicáveis às CDAF. Os dados sobre o ODS encontram-se no Tabela 18.

4.5.1 A Análise sobre o ODS 2

Tabela 18 - Cumprimento das metas do ODS 2 pelas CDAF da Serra Catarinense

Cooperativa	A cooperativa oferece alimentos nutritivos e em quantidade para vulneráveis e crianças?	A cooperativa contribui com o aumento da produtividade e dos processos de agregação de valor, aumentando a renda das famílias e da agricultura sustentável?	Os cooperados produzem espécies nativas ou naturalizadas da flora e fauna, sementes crioulas e recebem assistência técnica e incentivo da cooperativa?
Cooperanita	Sim - PAA e PNAE	Sim - incentivo a produção de geleia, beneficiamento de grãos e alimentos orgânicos, etc	Sim - milho e feijão criolo e pinhão
Rincão dos Pomares	Sim - PAA e PNAE, doações para hospital e APAE	Sim, via parcerias com a Epagri e da promoção da produção de maçã orgânica	Sim. Pinhão
Econeve	Sim - PAA e PNAE	Sim, produção orgânica	Não
Coopermuse	Não	Sim, inovação, agregação de valor, sustentabilidade e renda	Não
Ecoserra	Sim - PAA, PNAE, Doações	Sim - Objetivo principal da cooperativa no estatuto	Sim - Sementes crioulas, pinhão

Fonte: O próprio autor (2024)

Ao serem perguntadas sobre as metas 2.1 e 2.2, todas os dirigentes, com exceção da Coopermuse, afirmaram cumprir a qualidade e quantidade de alimentos via políticas públicas de aquisição de alimentos, que são destinadas para a merenda escolar e outros estabelecimentos como hospitais e exército. Além deste canal de comercialização, Rincão dos Pomares e Ecoserra realizam doações, a primeira para o hospital e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e a segunda para APAE, aldeias indígenas, atingidos por catástrofes climáticas etc. Muitos dos produtos disponibilizados são orgânicos ou agroecológicos.

A segunda pergunta refere-se ao aumento da renda e da sustentabilidade das famílias através de agregação de valor e aumento da produtividade. Com a resposta, todas as cooperativas relataram o cumprimento da meta, afirmando que elas auxiliam o pequeno

produtor a se capacitar, se inserir no mercado e construir novos projetos. Todas as cooperativas, com exceção da Coopermuse, relataram a importância da produção orgânica nesse processo, mostrando que a certificação pode atrair até quem pensa "somente em dinheiro", uma contradição no discurso e na prática sobre a sustentabilidade. É o que diz um dirigente:

> A maioria pensa em ganhar dinheiro, mas dá trabalho, nem todo mundo se adapta. Tem que cuidar mais, usar produto natural que é bem caro… Tem que gostar... Mas tem gente que também pensa pelo lado da saúde, assim, da família. Porque no início da nossa cooperativa, a gente fazia cursos (...) para colocar na cabeça do pessoal que não era a questão tanto de ganhar dinheiro, mas a questão ambiental, né? Da saúde em geral, né?
>
> (...) Mas hoje, o pessoal que está entrando (na produção orgânica certificada) é mais pensando no dinheiro mesmo... (Entrevistado 2)

Ainda sobre o mesmo conjunto de metas, todas as CDAF, com exceção da Econeve, relataram o incentivo e projetos iniciados referentes à agroindustrialização de derivados animais, vegetais e panificados. Ecoserra, Coopermuse e Rincão dos Pomares já realizam a venda estabelecida de diversos produtos processados como sucos, geleias e panificados, enquanto a Cooperanita está com projetos piloto de geleias artesanais e de embutidos de carne.

A terceira pergunta é referente à produção de plantas e animais nativos, sementes crioulas e recebimento de assistência técnica voltada para esses ativos. Dois dirigentes responderam negativamente, sendo a Econeve produtora apenas de maçã e que não utiliza o selo da IG. Algo semelhante ocorre com a Coopermuse, na qual há um incentivo em forma de capacitação para algumas cooperadas fabricarem suas linhas de geleia que utilizam goiaba serrana, porém, não é um projeto de responsabilidade da cooperativa. Pelo contrário, outras três CDAF responderam positivamente à produção de espécies nativas e sementes crioulas. A Cooperanita, a Ecoserra e a Rincão do Pomares vendem pinhão e as duas primeiras produtos à base de milho crioulo. Além disso, Ecoserra comercializa produtos processados de goiaba serrana.

Na questão da assistência técnica, nenhuma CDAF afirmou oferecer esse tipo de serviço, mas nas entrevistas foi observada a formação de uma rede informal de assistência entre os agricultores, onde os mais experientes auxiliavam os que estão iniciados determinadas atividades, com as quais não tem muita experiência. Vale ressaltar que a Cooperanita, junto com a Rincão do Pomares, são as únicas que citaram comercializar produtos derivados de animais, porém com nenhum projeto voltado a valorização de espécies nativas ou naturalizadas

da fauna, como é o caso das abelhas nativas, da raça crioulo lageano ou a truta, essas duas últimas espécies naturalizadas[19].

4.5.2 A Análise sobre o ODS 8

A Tabela 19 apresenta dados referente as metas formuladas e aglutinadas do ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico).

Tabela 19 - Cumprimento das metas do ODS 8 pelas CDAF da Serra Catarinense

Cooperativa	A cooperativa contribui com o aumento da produtividade, promovendo agregação de valor?	A organização incentiva o empreendedorismo, a inovação e a formalização?	A cooperativa auxilia na melhoria da eficiência produtiva, reduzindo ou revertendo os danos ambientais ao aumentar a renda?	A cooperativa age em prol da criação de empregos igualitários (gênero e raça), inserindo os jovens nas dinâmicas de produção, formação e educação
Cooperanita	**Sim**, geleias e projeto da carne bovina	**Sim**, os agricultores e produtos são certificados	**Sim**, agroecologia e produção orgânica	**Sim**, esforço na inclusão dos jovens nas dinâmicas produtivas
Rincão dos Pomares	**Sim**, incentivo à agroindustrialização	**Sim**, projetos com agroindustrialização de amora, morango, mel e queijo	**Sim**, iniciativas de produção orgânica, agroecológica	**Sim**, capacitação de mulheres para serem dirigentes; incentivo aos jovens em participar de cursos
Econeve	**Sim**, aumento produtivo e uso de selo orgânico	**Não**	**Sim**, agroecologia e produção orgânica	**Não**
Coopermuse	**Sim**, central no objetivo e atividades da cooperativa	**Sim**, a cooperativa capacita suas cooperadas em empreendedorismo	**Sim**, sustentabilidade, lixo zero e energia solar através de projetos com a Fapesc	**Sim**, identificação com a pauta da soberania e liberdade da mulher, com inclusão prioritária das jovens
Ecoserra	**Sim,** forte trabalho de acompanhamento e agroindustrialização	**Sim**, todos os agricultores são certificados e incentivados a processar produtos na cooperativa	**Sim**, lixo zero; checagem de questões ambientais e de uso de recursos hídricos pelos cooperados	**Sim**, incluem os produtores caboclos, indígenas, quilombolas, mulheres, jovens como prioridade

Fonte: O próprio autor (2024)

Sobre as questões de produtividade e processos de agregação de valor, quatro CDAF, com exceção da Econeve, atuam em processos de agroindustrialização e processamento, desde pequenos projetos de produção de geleia na Cooperanita até o processamento representar 100% dos produtos fabricados, que é o caso da Coopermuse. O aumento de produtividade foi mencionado em todas as entrevistas, muito por conta da existência de uma rede de cooperação técnica dentro das cooperativas, pois os que mais sabem auxiliam os cooperados menos experientes, conquistando melhorias na quantidade e na qualidade dos produtos. Nesse ponto,

[19]O termo "espécies naturalizadas" refere-se àquelas que são introduzidas de forma exótica e, com o tempo adaptam-se às condições bióticas e abióticas de certa região, tornando-se parte integrante e integrada do ecossistema ou da produção agropecuária local (Fernandes et al., 2015).

a cooperativa Ecoserra possui um forte trabalho, com realização de encontros e reuniões para a capacitação de seus cooperados nos processos de agroindustrialização, acesso a canais de comercialização e agroecologia.

Fato crucial para o acesso às políticas públicas de aquisição de alimentos, a formalização é etapa necessária para o cooperado participar ativamente da cooperativa, fato observado em todas as cooperativas estudadas. Dentro disso, a CDAF pode ser facilitadora da formalização de uma inovação ou de iniciativas empreendedoras de seus cooperados. Os projetos empreendedores estão presentes em todas as CDAF, com exceção da Econeve que trabalha apenas com produtos orgânicos *in natura*, mostrando iniciativas que vão a promoção de processamentos simples como geleias, sucos e mel, até produtos que necessitam de agroindústrias e equipamentos mais específicos, como é o caso dos produtos do processamento de maçã da Coopermuse, feitos em máquinas modernas.

A certificação dos produtos orgânicos é uma outra camada de formalização que as CDAF atuam ativamente. Durante a entrevista, os dirigentes das cooperativas informaram que existe uma rede de apoio na organização que presta todo o auxílio na capacitação dos agricultores que realizam a transição para o sistema orgânico. Os próprios dirigentes, por conta da experiência e da disponibilidade de veículo e diárias, realizam a tarefa de "assistência técnica informal". Essa dinâmica não foi observada apenas nas CDAF Coopermuse e Rincão dos Pomares.

A CDAF é uma organização que, para alcançar sucesso no território, deve promover uma alternativa que gere ganhos econômicos para os agricultores diante do mercado convencional. O cumprimento dessa questão foi mencionado por todas as cooperativas, diante da quantidade de recursos disponíveis nos editais de compras públicas e o valor de mercado dos produtos orgânicos. Ao promover ações de agroindustrialização, as CDAF também promovem agregação de valor e aumento da renda potencial da AF. Porém, para promover o DTS, essas conquistas econômicas não podem estar desatreladas das melhorias na esfera ambiental.

Perante o exposto, todas as CDAF analisadas atuam de alguma forma em ações voltadas à sustentabilidade. Nas respostas dos dirigentes sobre o assunto, foram observadas medidas voltadas à produção orgânica, agroecológica e de uso mínimo de insumos sintéticos, como é o caso de todas as cooperativas analisadas. Além disso, houve respostas relacionadas às atividades internas não vinculadas da produção agrícola, como no caso da Coopermuse e

Ecoserra que possuem políticas que promovem redução no uso de insumos, uso de painéis solares para geração de energia, reciclagem, reuso de recursos hídricos e captação da água das chuvas em suas sedes. Todos os equipamentos e tecnologias sustentáveis utilizadas nas ações dessas duas cooperativas foram financiadas com projetos vinculados a fundações e políticas públicas.

Por fim, sobre as ações das CDAF em prol da criação ou manutenção de trabalho igualitário nas questões de gênero e de raça, na inclusão dos jovens nas dinâmicas produtivas e nas ações de formação e educação, a maioria dos dirigentes, com exceção da Econeve, relatou que a cooperativa faz esforços para a inclusão dos jovens na participação ativa. Essa inclusão é feita por incentivos, reuniões e oportunidades direcionadas especialmente para os jovens cooperados, na busca do engajamento deles em diversas frentes, como participação em feiras, produção de novos produtos, participação do corpo dirigente da CDAF, etc. A pauta dos jovens também está diretamente ligada à inclusão das mulheres, que são as pessoas que menos permanecem no meio rural[20]. Dentro dessa perspectiva, a Rincão dos Pomares, Coopermuse e Ecoserra são as que relataram ações realizadas pelas cooperativas.

Uma das CDAF (Rincão dos Pomares) tem um projeto interno que busca igualar o número de cooperados e cooperadas, por conta que na atualidade há mais indivíduos masculinos do que femininos como cooperados, planejando também formar uma jovem agricultora para assumir a direção da cooperativa. Já a Coopermuse é uma CDAF constituída exclusivamente por mulheres feminina, trabalhando com o ganho de independência financeira e soberania da vida das mulheres do meio rural. A Ecoserra além de fazer formações específicas com as mulheres, possui diversos trabalhos com comunidades tradicionais, dentro e fora do território, incluindo esses grupos nas tomadas de decisão da cooperativa:

> A gente tem entre nossos associados, nós temos quilombolas, nós temos indígenas, nós temos caboclo, nós temos os descendentes diretos de europeus. Então, com certeza, isso aí a gente sempre trabalhou, essa questão da participação de mulheres, de outras raças, outras culturas. Agora, tem um pessoal cigano lá na serra.... Então (...) a gente sempre trabalhou questão de gênero, raça, etnia, isso aí sempre foi fundamental pra gente, (deles) fazer parte do nosso quadro social, a gente tem todos os tipos de pessoas no quadro social e prezamos pela participação ativa (Entrevistado 5).

[20]O efeito da saída de mulheres e jovens do meio rural é denominada masculinização do campo. Segundo Costa et al. (2015), que realizaram um estudo de abrangência nacional, esse fenômeno ocorre de forma mais intensa em pequenos municípios com baixo grau de modernização da agricultura. Esse êxodo acontece principalmente pelas expectativas de melhora na qualidade de vida e perspectivas de futuro para mulheres e jovens, que se vêm em municípios com baixo grau de estrutura e poucas opções de acesso a cultura e entretenimento.

5 DISCUSSÃO

5.1 O PERFIL DAS CDAF DA SERRA CATARINENSE:

5.1.1 Em relação ao tipo ideal das cooperativas descentralizadas e comparações regionais

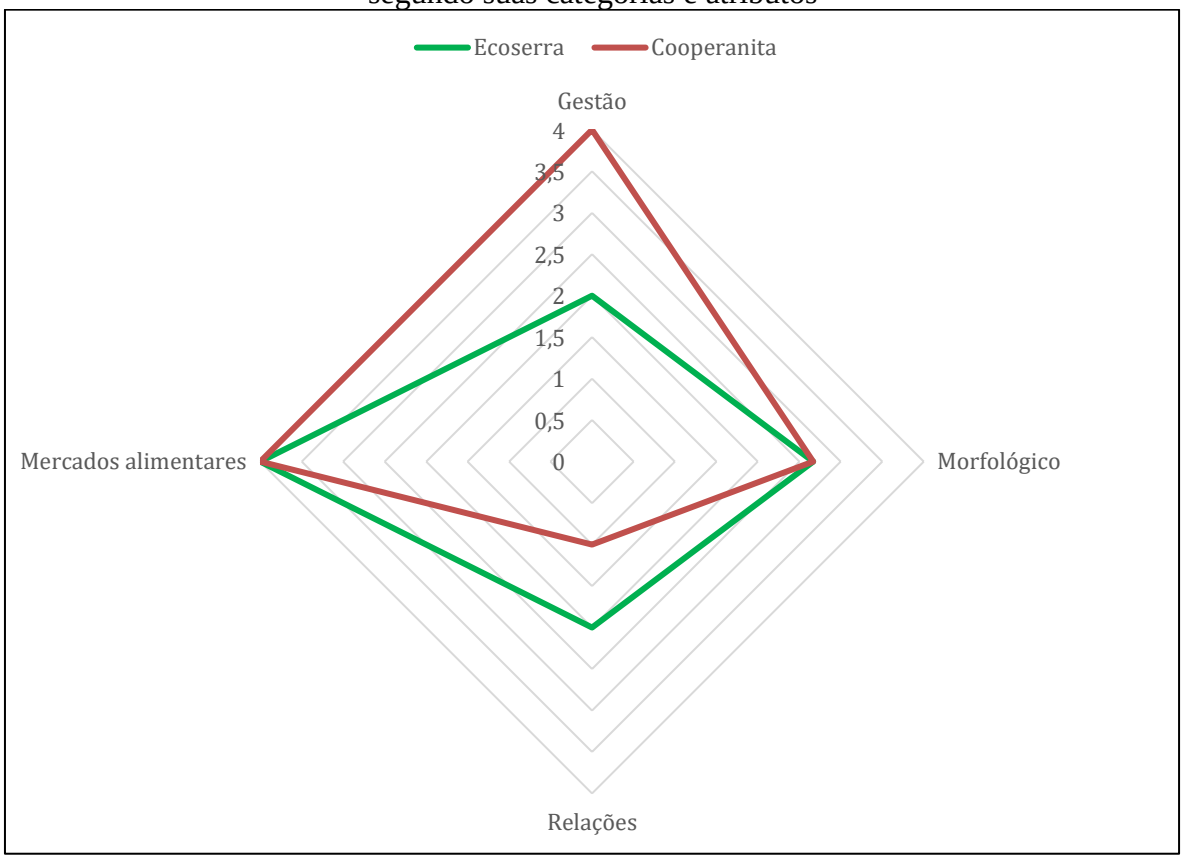
Conforme visto na metodologia, as CDAF da Serra Catarinense são dotadas de características e atributos, as quais podem colocá-las mais próximas ou distantes do tipo ideal de Cooperativa Descentralizada proposto na Tabela 13. De maneira geral, as CDAF da Serra Catarinense se assemelham muito ao tipo ideal proposto, tendo cada uma delas suas particularidades divergentes conforme a conjuntura local, o que também ocorre com as CDAF de outros territórios revisados na literatura. Levando-se em consideração o polígono formado nos gráficos radar, as CDAF Coopermuse e Rincão dos Pomares são as que mais se assemelham ao tipo ideal proposto, cumprindo com uma série de pressupostos dessa categoria, cada uma em sua medida. Logo em seguida vem a Cooperanita, em segunda colocação, seguida da Ecoserra. Apesar da classificação de cada uma das CDAF, as diferenças nas áreas plotadas são pouco substanciais (com a diferença de valor entre as primeiras e a última igual a **5,4 u²**), o que leva esse estudo a considerar todas as cooperativas analisadas como CDAF. Isso corrobora com a observação da realidade feita na etapa de campo, onde foi evidenciado que todas preservam uma estrutura descentralizada de realização das atividades, desde a produção até a agroindustrialização.

De modo oposto, a situação que se encontra a Econeve coloca-a como ponto fora da curva, dificultando inferir o grau de compatibilidade com o modelo de CDAF através da análise da área plotada. Dessa forma, a Ecoserra seria a que mais se distancia do tipo ideal, por conta da conjuntura complexa e de grande escala de suas operações, o que exige maior centralização, patrimônio material, distanciamento da base social e gerência especializada. Esse resultado possui limitações, já que o fato da complexidade e grande escala da Ecoserra são pressupostos para não pontuação em certos atributos, sendo que em outros atributos ela possui uma atuação bem mais intensa que outras CDAF que também pontuam, como pode ser observado nos resultados quantitativos de relações firmadas (Tabela 17) e sua contribuição na governança territorial. Essas questões dão pistas sobre possíveis distorções nos resultados, frutos das grandes diferenças de patrimônio e escala entre as CDAF, algo que deve ser observado em estudos futuros, caso a caso.

O uso da ferramenta gráfica, facilitada pela concepção de um tipo ideal weberiano, entregou uma metodologia com capacidade analítica de caracterizar os principais atributos das CDAF, possibilitando uma compreensão mais sistêmica da organização ao abordar as 4 categorias de atributos concebidas. Através desse instrumento, foram realizadas uma série de comparações e análises com o objetivo de compreender melhor o estado material e imaterial das CDAF da Serra, os quais foram suficientes para realizar tal tarefa. Além de ser uma metodologia capaz de analisar o grau de adesão de uma cooperativa ao modelo das CDAF, ela entrega também indícios sobre a capacidade dessa organização se afastar de tendências degenerativas. Isso se dá por conta dos atributos analisados, muitos deles representam estratégias primordiais para o enfrentamento do dilema da degeneração.

Como exemplo do poder analítica da ferramenta, ao plotar a sobreposição do polígono da Cooperanita sobre a Ecoserra (as duas CDAF com maior número de cooperados da Serra) (Figura 21), percebe-se que, apesar das semelhanças quanto à abrangência territorial, presença de contrato de comodato, canais de comercialização e questões de produção, existem diferenças nos quesitos estruturais, de infraestrutura e forma de gestão, muito por conta das estratégias tomadas pela Ecoserra para gerenciar e manter uma complexa cadeia de produção e transporte de alimentos. De modo oposto, a Ecoserra possui maior pontuação no quesito relações, principalmente pelo fato das parcerias com prefeituras e Epagri, algo que não se observa no caso da Cooperanita, que detém um caráter mais isolado. Com isso, há uma pequena diferença de **3,4 u²** na área plotada em favor da Cooperanita, porém, colocando-as em posição semelhante de aderência ao modelo das CDAF, apesar de suas diferenças.

Figura 21 – Sobreposição dos gráficos radares das cooperativas Cooperanita e Ecoserra, segundo suas categorias e atributos



Fonte: O próprio autor, 2024.

Portanto, o uso do tipo ideal permitiu traçar um perfil e uma classificação das cooperativas, muito embora haja um grau de heterogeneidade importante entre elas. Esse panorama heterogêneo revela o potencial adaptativo dessas organizações, o que corrobora com Schneider (1981), apontando que a conjuntura e a realidade local de cada cooperativa que vai ditar os rumos de suas ações. Apesar do ambiente diverso, existem uma série de convergências unânimes com o tipo ideal, como as parcerias com Epagri e ONGs, que atuaram no processo de fundação e perpetuação dessas cooperativas. Algo que também pode ser destacado como semelhança é o fenômeno de irradiação e influência que as primeiras CDAF que surgem nos territórios têm na fundação de outras cooperativas em municípios vizinhos. Na Serra, como ocorreu no Sul Catarinense com a Cooperativas Coofanove de Nova Veneza, a Ecoserra, conduziu processos de tutorial, conscientização e incentivo à formação de outras CDAF, o que pôs as duas cooperativas em status de referência para o cooperativismo da AF de seus respectivos territórios.

Uma questão que também foi observada nas CDAF estudadas em outras regiões do estado, refere-se as vendas diretas dos associados, que não passam por dentro da cooperativa.

Na Serra, os produtores de maçã vendem a maior parte da produção diretamente para as grandes agroindústrias. Isso afeta o montante final de transações geridas pelas CDAF:

> Temos muitos problemas na parte financeira. A margem (de lucro) que temos é muito pequena e tem um gasto muito grande. E a gente também comercializa muita pouca coisa ainda, sabe? Baixa escala, apenas uma parte da produção dos produtores (Entrevistado 1)

Scarabelot e Schneider (2014) apontam que o não recolhimento da contribuição da venda de produtos pela cooperativa, o que ocorre se a venda é feita por fora dela, gera perda de receita e dificulta a continuidade dos serviços prestados pelas cooperativas. Segundo esses autores, cabe decidir caso a caso o ponto de equilíbrio entre os interesses materiais dos associados e os interesses coletivos da cooperativa.

Comparando os resultados do estudo ao trabalho de Fanz e Dalbello (2014), algo que distancia as CDAF do Alto Uruguai e as da Serra Catarinense é a venda direta e a forma que ela é feita. No Alto Uruguai é o produtor que realiza a venda em nome da cooperativa, algo semelhante ao que ocorre na região Sul. Somado a isso, foi observada a mobilização de um "articulador de vendas", que é um cooperado que dedica boa parte de seu tempo de trabalho na venda dos produtos. Esse serviço é remunerado por comissão e não por salário (Fanz; Dalbello, 2014).

Ainda comparando o estudo de Fanz e Dalbello, (2014), outra questão contrastante entre o Alto Uruguai e a Serra Catarinense é a presença de filiação a entidades representativas, além da constituição de uma Central de Cooperativas, o que aumentou a capacidade de atuação para todo o estado.

Um fator divergente nas CDAF da região Sul para a Serra é a importância das festas típicas e feiras para a comercialização dos alimentos produzidos e a mobilização de diversidade como produtos informais e artesanatos. Segundo os estudos referentes a essa região (Scarabelot; Schneider, 2014; Mior et al, 2014; Estevam et al., 2014; Estevam et al, 2015), as feiras e festas típicas representam os principais canais de comercialização de algumas CDAF, o que foi encontrado de forma diametralmente oposta às CDAF da Serra Catarinense, com exceção a Coopermuse. Por conta do foco de vendas nas políticas públicas e o preço para participar das festas típicas da Serra, esse canal se torna menos atrativo. Com isso, a participação nas feiras municipais ocorre, mas por conta dos próprios produtores, sem envolvimento da cooperativa, mas que poderia ser capitaneado por ela, através de dispositivos de marketing e de apoio aos filiados.

Muitas questões são semelhantes entre o território da Serra Catarinense e o Oeste no que tange às CDAF, como a forte atuação nas PPAA (algumas das CDAF do Oeste têm como objetivo único operar as políticas públicas de aquisição de alimentos nos municípios), a mobilização de vasta diversidade de produtos da AF, a presença de infraestrutura e sede própria comparando-se com a Ecoserra, além dos demais atributos referentes a descentralização e a gestão. Além disso, a interação com as prefeituras municipais, os Sintraf e a Epagri na fundação, consolidação e perpetuação das CDAF está presente em ambos os territórios. Apesar das semelhanças, observa-se diversos fenômenos específicos que acontecem no Oeste catarinense, fruto da conjuntura da AF daquele território (Kunzler; Badalotti, 2017; Silva et al., 2024).

Um dos principais pontos de divergência entre esses territórios é a presença de centrais de cooperativas e de filiação em entidades de representação, algo que é mais presente no Oeste. Segundo estudos de Kunzler; Badalotti, (2017) e Silva et al., (2024), por conta da proximidade da área de maior atuação da Unicafes e de ser a mesorregião com maior porcentagem de agricultores familiares e experiências cooperativas, esse fenômeno é muito presente, e consequentemente leva as CDAF do Oeste a acessarem diversas oportunidades como a contratação de serviços de contabilidade, assistência técnica, participação de projetos e cursos de capacitação. Além disso, a central Sabor Colonial, que é coordenada pela Associação dos Pequenos Produtores do Oeste Catarinense (Apaco), constituiu-se inicialmente para realizar o processamento da matéria prima produzida pela AF, aumentando assim as margens de lucro. Com isso, observa-se que em muitos casos a filiação às entidades e centrais pode representar maiores oportunidades do que ameaças à degeneração, ao passo que também fortalece o movimento cooperativista (Kunzler; Badalotti, 2017; Silva et al., 2024).

Outra questão que chama a atenção na região do Oeste catarinense e que diverge da Serra é a forte presença de CDAF voltadas para a produção e comercialização do leite *in natura*. De acordo com os estudos realizados na região por Kunzler e Badalotti (2017) e Silva et al. (2024), essa categoria de cooperativa nasce com o principal objetivo de organizar a produção leiteira da AF em prol de melhores condições de negociação, além de realizar a compra de insumos e de assistência técnica de forma coletiva, diminuindo os custos para o produtor. Por conta dessa materialidade, essas cooperativas possuem sede estruturada e caminhões para realizar a coleta e a comercialização do leite, contando com corpo técnico de veterinários e galpão para venda de insumos agropecuários como ração, implementos, produtos veterinários

e até minimercado para os filiados. Isso coloca as CDAF do Oeste em patamar mais elevado de maturidade e estruturação do que as CDAF da Serra Catarinense.

Uma última questão divergente entre Serra e Oeste é a presença de uma cooperativa que é fruto da organização de um assentamento do MST de Dionísio Cerqueira, que utiliza o excedente da produção para autoconsumo das famílias do assentamento em abatedouros para a posterior venda pela organização. Por último, a ausência do uso de contrato de comodato para concessão de uso de AIF para a cooperativa é evidente no Oeste, muito por conta das cooperativas de leite não realizarem o processamento do produto, além da maior estruturação das unidades produtivas, havendo menor necessidade de socialização de infraestrutura (Silva et al., 2024).

Outro ponto divergente é a mobilização do turismo e dos atributos territoriais típicos nos produtos, o que é feito de forma muito incipiente nas CDAF da Serra, tendo em vista o potencial do território. Em Nova Veneza, segundo estudo de (Scarabelot; Schneider, 2014), a Coofanove vende seus produtos em festas típicas, comércio local, pontos turísticos, showrooms e restaurantes, gerando diversas sinergias e um contato mais próximo aos consumidores, utilizando melhor o potencial turístico na mobilização dos ativos. Essa venda é feita diretamente entre o produtor e o consumidor, porém, em nome da cooperativa, o que também difere da Serra Catarinense.

5.2 AS CDAF COMO PARTE DO ARRANJO DE ATORES EM UMA CBST

5.2.1 O papel das CDAF na oferta de produtos e serviços lastreados no território da Serra Catarinense

Como primeiro ponto, cabe salientar as interfaces presentes entre o enfoque metodológico da CBST e o território da Serra Catarinense. Suas características naturais e belezas cênica da paisagem, atrelada aos campos naturais, cânions e matas de araucária, além do clima frio com a presença de diversos fenômenos ligados a isso como neve, geada e sincelo[21], criam um cenário propenso ao desenvolvimento do turismo rural e de frio. Esse turismo atrai consumidores de diversas regiões do estado e do país, que buscam na culinária típica, na infraestrutura instalada e no setor de serviços novas experiências de cunho territorial. Tendo em vista isso, somado ao conjunto de atores públicos, privados e associativos que se

[21]A geada consiste no congelamento do orvalho, formando superfícies esbranquiçadas de gelo sobre o chão. Já o sincelo é um fenômeno que surge por conta do nevoeiro em temperaturas negativas, no qual ocorre o congelamento das gotículas de água quando encostam em superfícies, formando estruturas de gelo em plantas, galhos, cercas, muretas e outros objetos.

mobilizam nessa dinâmica, cria-se um ambiente propício para a produção de externalidades positivas, para o surgimento de inovações e para a promoção do DTS.

Diante disso, o papel das CDAF no arranjo de uma CBST na Serra Catarinense perpassa pelos ativos e recursos que elas mobilizam (principalmente de forma conjunta) e o papel que assumem na governança territorial desses fatores. Para entender a compatibilidade da CBST adaptada à realidade brasileira com a categoria das CDAF, primeiramente se analisou a produção de produtos específicos com alto grau de qualidade, produzidos de forma típica ou artesanal, utilizando-se saber-fazer histórico e selos de distinção, além da presença de oferta conjunta e sinergia entre dois ou mais produtos e serviços.

A Econeve, na época em que ainda realizava comercialização de produtos, tinha como seu principal ativo de qualidade a maçã Fuji orgânica e certificada, um produto que, apesar das diversas características únicas por conta do *terroir* de São Joaquim, não possui nenhum tipo de agregação de valor, incluindo o fato da cooperativa nunca ter objetivado o uso da IG da maçã Fuji. Apesar disso, foi relatado que muitos dos cooperados possuem em suas propriedades iniciativas turísticas como os sistemas “colhe e pague” e feitas em conjunto com a Associação Acolhida na Colônia de agroturismo, porém, sem envolvimento da cooperativa. Desse modo, a Econeve poderia mobilizar recursos territoriais como a IG e o turismo para acarretar agregação de valor a seus produtos e promoção de novos canais de comercialização.

As cooperativas Cooperanita e Rincão dos Pomares possuem como principais produtos de qualidade comercializados as geleias e suco orgânicos, respectivamente. No caso da Cooperanita, o produto é feito em uma pequena AIF de uma cooperada, de forma artesanal. Já no caso da Rincão dos Pomares, o produto (Figura 22) é obtido através da produção orgânica de uma cooperada que, por conta da parceria feita com uma agroindústria de maçã, troca uma parte da produção para realizar o processamento e envase do suco. Esse tipo de relação é comum entre cooperativas e entes privados, realizando parcerias, sendo o processamento e envase do produto in natura é pago com uma parte da produção. As geleias da Cooperanita são comercializadas em pequena quantidade e direto com consumidores, sem nenhum rótulo no frasco. Já o suco orgânico da Rincão possui indicação de produção no município de São Joaquim, porém, sem nenhuma menção ao território da Serra e suas especificidades.

Figura 22 - Suco de maçã orgânica comercializado pela Rincão dos Pomares

Fonte: O próprio autor, 2024.

Ao mobilizar diversos ativos específicos processados e beneficiados, a Ecoserra possui a maior gama de produtos de qualidade comercializados. Dentro de seus produtos existe uma linha de geleias orgânicas, sucos de uva, maçã, tangerina e laranja, farinhas de mandioca e de milho crioulo, além de açúcar mascavo, diversos panificados e pinhão cozido descascado, este último sendo utilizado em receitas típicas como a paçoca de pinhão e o entrevero de pinhão. Apesar das características de qualidade dos produtos, a dirigente da CDAF relata um outro entendimento sobre seus produtos:

> ...eu não vejo esses produtos, assim, como de qualidade, “gourmet”. Eles são alimento, são base alimentar na merenda, na mesa das pessoas, das agricultoras… Então são produtos ótimos, muito bons, porém, minha visão que eles são alimentos, devem ser vistos como comida, saúde, nutrição… e não como produto “chique” (Entrevistado 5)

Esse relato demonstra a visão da organização perante o objetivo dos produtos que são produzidos na cooperativa. Todos esses produtos são comercializados em embalagens próprias

com logotipo e selos de certificação de orgânico (utilizando selo de certificação por OPAC) e da AF, contendo também a logomarca da cooperativa. Essas embalagens e a própria logomarca da cooperativa trazem um lastro territorial com a Serra Catarinense, por meio da mobilização da Araucária e dos campos naturais.

O maior patrimônio presente nessa CDAF possibilita a mesma de fabricar, embalar e comercializar essa gama de produtos em diversos canais de comercialização. Seu produto com maior especificidade é a farinha de milho crioulo, produzida e beneficiada no município de Anita Garibaldi. Toda a produção e beneficiamento de grãos é realizada através de parcerias feitas com a cooperativa Cooperanita, onde essa cooperativa disponibiliza os beneficiadores e processadores, em troca de outros produtos como maçã, sucos, farinha de mandioca. Apesar dessa gama de produtos, a Ecoserra, como as CDAF citadas anteriormente, não mobiliza produtos e serviços de forma conjunta.

Contendo diversas características que a enquadram com os preceitos teóricos da CBST, a Coopermuse mobiliza uma oferta conjunta de produtos à base de maçã para gerar valor agregado. Por meio dos produtos e embalagens que são adornados com artesanato típicos, utilizando como tema para as confecções o clima frio, a neve, a maçã e o município de São Joaquim, cria-se uma sinergia e lastro territorial entre seus produtos, que são comercializados e expostos em feiras e eventos no território. Seu principal produto é a polpa de maçã, que está em vias de ser mobilizada em conjunto com o selo da IG da maçã Fuji. Esse tipo de polpa clarificada (Figura 23), muitas vezes vendida no Brasil através de importações da Europa, pode ser utilizada em diversas receitas e refeições do dia a dia, para bebês e pessoas idosas, onde seu consumo aporta diversos benefícios à saúde.

Figura 23 - Polpa clarificada de maçã comercializada pela Coopermuse

Fonte: Coopermuse, 2024.

Além da utilização do artesanato na agregação de valor, foram concebidos diversos produtos que configuram um resgate histórico da cultura da Serra Catarinense que são vendidos com a explicação histórica em formato de cartilha. É o que conta a dirigente da cooperativa sobre o "Carona" (Figura 24), espécie de chá de maçã que era utilizado pelos peões durante o manejo dos rebanhos de gado:

> esse chá solúvel que era consumido pelos peões na noite, feito de polpa de maçã, esse é o Carona. Ele é feito da polpa seca no sol em lâmina, que a gente corta e faz uns rolinhos. (...) cada rolinho desse dá para fazer 12 Caronas. É uma bebida prática, só precisa de água quente e tu dissolve um pedaço. Por isso que os tropeiros bebiam, porque era prático e não estragava (...) então esse foi um resgate histórico que a Coopermuse fez da história de São Joaquim." (Entrevistado 4)

Figura 24 - Carona, chá típico utilizado pelos tropeiros, comercializado pela Coopermuse.

Fonte: Coopermuse, 2024.

Pelo seu caráter de luta por questões de gênero e reconhecimento da mulher serrana, pela ligação com o campo e a AF, pela presença em eventos e festas típicas como sua principal forma de atuação junto com seus consumidores, além da mobilização dos ativos específicos do território através da oferta de produtos de forma conjunta, realizando para isso a capacitação de todas as cooperadas nos processos de valorização da cooperativa, a Coopermuse é a CDAF que mais se encaixa com os preceitos teóricos da CBST no que tange um ator territorial (ligado a produção de produtos, agricultura e agroindustrialização) capaz de compor o arranjo social do território.

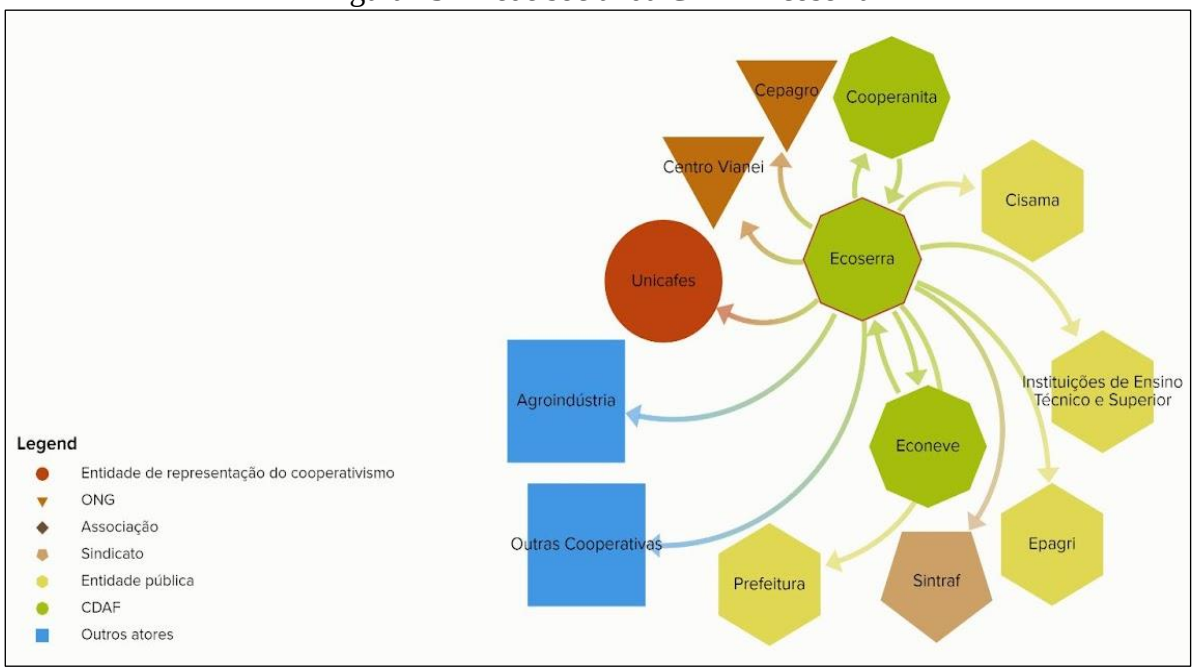
Cabe salientar que, com exceção da Coopermuse, as CDAF da Serra Catarinense têm seu maior canal de comercialização as PPAA, acessando esse mercado através do oferecimento de vegetais *in natura* ou beneficiados, como é o caso das frutas, verduras, tubérculos e grãos. Esses produtos, mesmo que com selos de certificação orgânica e da agricultura familiar, representam recursos genéricos do território, com exceção do pinhão, da goiaba serrana e da maçã Fuji. Apesar da existência desses recursos, eles são pouco mobilizados por essas 4 CDAF, principalmente por conta do não lastreamento deles ao território, através de selos distintivos e indicação do local de produção.

5.2.2 O papel das CDAF na governança territorial da Serra Catarinense

As relações que as CDAF firmam com entidades públicas geralmente estão atreladas ao acesso a políticas públicas, assistência técnica, capacitação, participação de projetos e recebimento de doações. Entidades como as prefeituras municipais estão corriqueiramente envolvidas nas ações e nas disputas travadas pelas cooperativas. As municipalidades também realizam doações para as cooperativas, especialmente de terrenos públicos para a construção de sedes, câmaras frias e galpões, sendo citadas em três das cinco CDAF (Ecoserra, Coopermuse e Rincão dos Palmares). Outra entidade presente em algum momento da história das cooperativas estudadas é a Epagri, que sempre marcou presença nos processos de fundação e ainda mantém relações com três cooperativas citadas anteriormente, realizando assistência técnica, capacitações, cadastramentos e acesso a políticas públicas. Por fim, o Sebrae foi citado pelas cooperativas Rincão dos Pomares e Coopermuse, mantendo relações referentes à capacitação, assistência técnica, inovação e empreendedorismo.

Duas entidades públicas foram citadas apenas pela Ecoserra (Figura 25), os casos do Consórcio Intermunicipal e as instituições de ensino superior e técnico. Devido ao posicionamento geográfico da sede da CDAF e a sua projeção como organização no território, possui uma relação muito próxima com os principais atores do município de Lages, como é o caso do CISAMA e do Centro Vianei, realizando trabalhos e projetos voltados a valorização dos produtos típicos do território, como é o caso do Pinhão. Já as instituições de ensino superior e técnico têm a Ecoserra como uma importante cooperativa da AF, utilizando-a como objeto de pesquisa, construindo de forma colaborativa projetos de pesquisa e extensão e servindo como possibilidade de estágio para os alunos das ciências agrárias.

Figura 25 - Rede social da CDAF Ecoserra

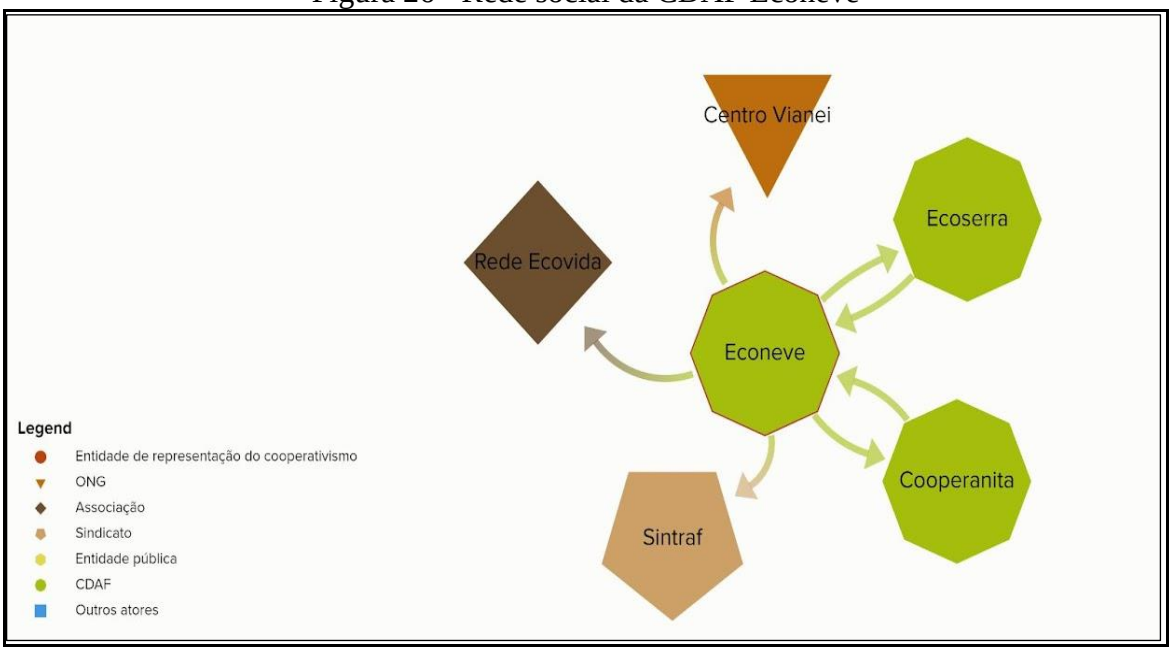


Fonte: O próprio autor, 2024.

Esses resultados, referentes aos agentes públicos, corroboram com os estudos já realizados no território (Cazella et al, 2019; Milano; Cazella, 2022; Ribeiro et al. 2023; Farias et al., 2023).

Duas CDAF, Ecoserra e Econeve relataram sua relação com duas ONGs, o Centro Vianei e o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro), tendo realizado diversos projetos voltados à produção de alimentos, soberania alimentar e agroecologia. O Centro Vianei possui uma atuação histórica na promoção da agroecologia na Serra Catarinense, tendo participado na concepção e na fundação da Ecoserra e da Econeve. Já o Cepagro possui ligações com a Ecoserra via projetos voltados à produção de alimentos agroecológicos e a AF. Esse tipo de relação também é evidenciado nos estudos do tema das CDAF (Mior et al., 2014; Franz; Dalbello, 2014; Ghellere et al., 2014; Scarabelot; Schneider, 2014; Estevam et al., 2014; Estevam et al., 2015; Milano; Cazella, 2022; Farias; Búrigo, 2024; Silva et al; 2024), especificamente nos territórios do Sul, na Serra catarinense e no Alto Uruguai. Como complemento, a Econeve (Figura 26) também possui uma forte relação com a rede Ecovida, associação que realiza a gestão da OPAC, participando ativamente na gestão do núcleo Planalto Serrano Catarinense e na disseminação da agroecologia.

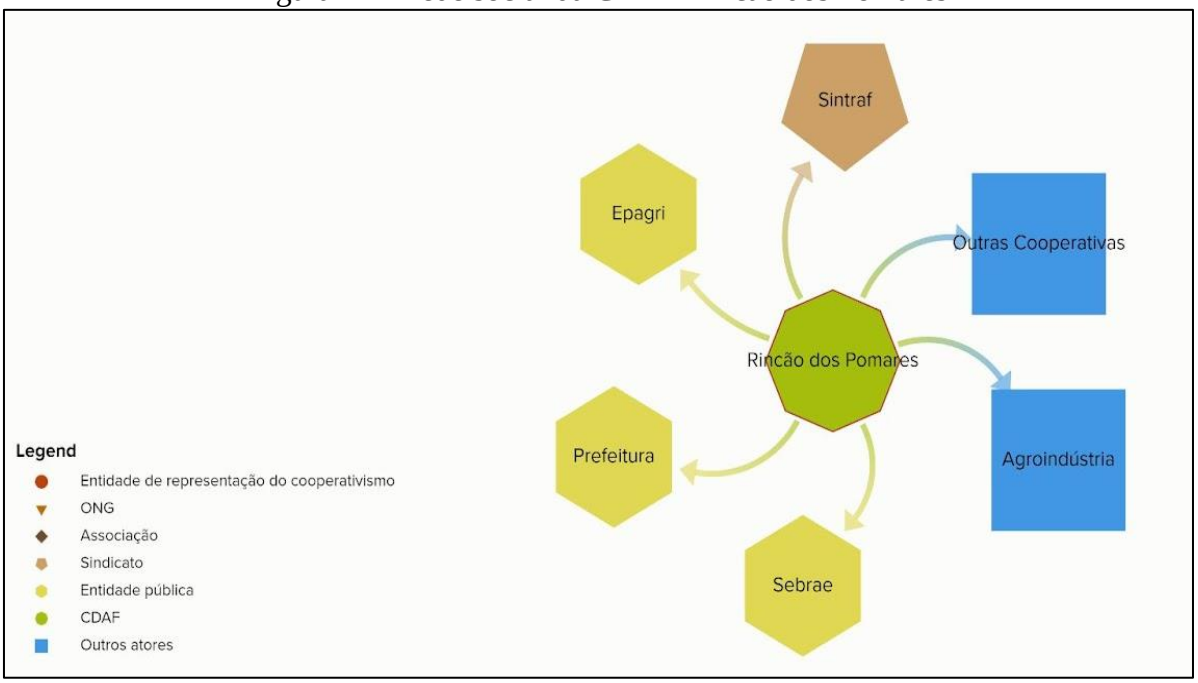
Figura 26 - Rede social da CDAF Econeve



Fonte: O próprio autor, 2024.

Outra categoria que mantém fortes ligações com as cooperativas Cooperanita, Rincão dos Pomares, Econeve e Ecoserra são os Sindicatos de Agricultoras e Agricultores da Agricultura Familiar (Sintraf). No caso da Cooperanita e Econeve, o sindicato também é o espaço físico utilizado pela cooperativa para realizar todas as atividades administrativas e de gestão, como reuniões, assembleias e recebimento de materiais, auxiliando as CDAF nos processos envoltos no meio digital. Já a Rincão dos Pomares (Figura 27) nasceu de dentro do sindicato, porém hoje possui espaços alugados para realizar suas atividades, utiliza o espaço físico do Sintraf São Joaquim apenas para as assembleias da cooperativa. Por fim, a Ecoserra possui relações com os sindicatos de São Joaquim e Anita Garibaldi, por conta de sua atuação junto à AF desses municípios.

Figura 27 - Rede social da CDAF Rincão dos Pomares

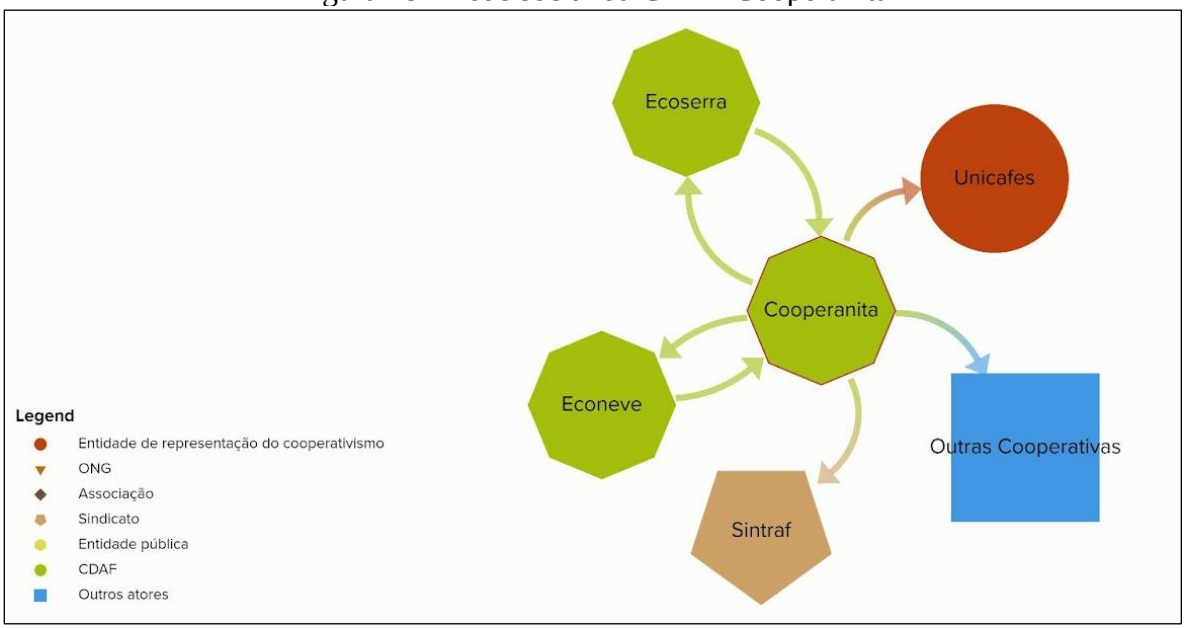


Fonte: O próprio autor, 2024.

Levando em conta as relações firmadas entre CDAF e agroindústrias, essas foram observadas apenas na Rincão dos Pomares e na Ecoserra. Ambas as CDAF mantêm essas relações de forma puramente comercial, fazendo parcerias em troca do processamento e da fabricação de alguns produtos na base da troca, como já foi relatado. Cabe salientar que essas agroindústrias não estão situadas no território da Serra Catarinense.

Uma das relações mais presentes entre as CDAF é cooperação econômica e social com outras cooperativas. Ecoserra, Econeve e Cooperanita (Figura 28) possuem fortes relações entre si, muito por conta da difusão e do fortalecimento da agroecologia no território. Além dos laços fortes referentes à disseminação da produção agroecológica, elas mantêm intercooperação de implementos essenciais para a operação de suas semelhantes, algo essencial para a reprodução dessas organizações: “por conta dos equipamentos aqui que beneficiam o grão, né? A gente faz muito serviço pra eles, por conta de todo o auxílio que eles nos dão. (...) todo o feijão da Ecoserra passa pela Cooperanita (Entrevistado 1)”

Figura 28 - Rede social da CDAF Cooperanita



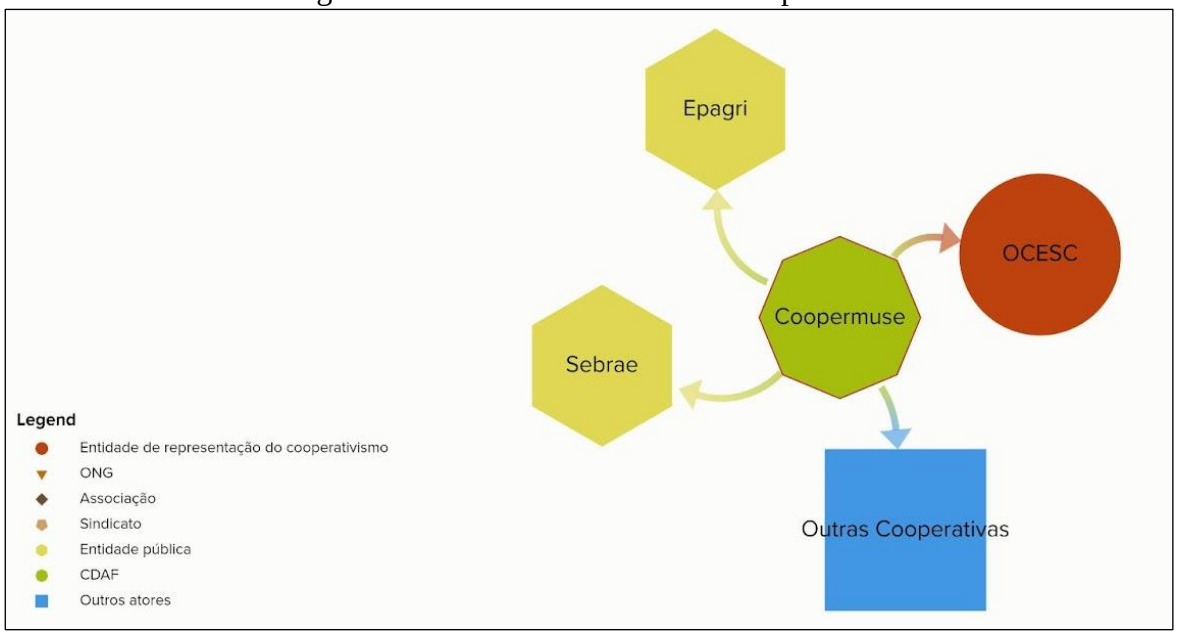
Fonte: O próprio autor, 2024.

Além desse tipo de laços sociais, institucionais e políticos, há também relações entre cooperativas que possuem um caráter comercial, propriamente dito. São os casos da Rincão dos Pomares e algumas relações da Ecoserra, que realizam trocas e venda de produtos diretamente para outras cooperativas de dentro e fora do território. Essas trocas ou vendas são feitas diretamente com outras cooperativas, que não conseguem produzir alguns produtos como maçã, ameixa, pêssego, pêra, pinhão, etc.

Entidades de representação não possuem relações típicas com as CDAF, porém, foram observadas em três das cinco cooperativas analisadas. A Coopermuse (Figura 29) possui uma ligação com a Ocesc, que prestou uma série de auxílios e capacitações nos primórdios da cooperativa. Por conta dos encargos financeiros, essa filiação foi interrompida, mas será retomada no momento que as receitas da cooperativa permitirem novamente, com intuito de ofertar formações e capacitações para as cooperadas. Já a Cooperanita e a Ecoserra possuem filiação à Unicafes, representação das cooperativas solidárias e da AF, por conta principalmente de alinhamento político-social e a prestação de alguns serviços, como contabilidade, capacitação e assistência técnica. Segundo um depoimento:

> Hoje não utilizamos nenhum serviço, eu já fiz parte do quadro diretivo, diretamente da direção. Eu fiz parte da direção da Unicafes também, né? Eu tinha a cadeira no conselho. Mas hoje é mais, assim, aquele apoio, vamos dizer, político mesmo… Então, eles fazem uma reunião para discutir com o Estado, sobre alguma questão de políticas públicas, eles já comunicam a gente, a gente entra, participa da reunião com eles, então é muito mais representação política (Entrevistado 5).

Figura 29 - Rede social da CDAF Coopermuse



Fonte: O próprio autor, 2024.

Cabe salientar que foram observadas relações que se opõem as típicas relações entre CDAF e outros atores. Relações mantidas com entidades de representação do cooperativismo, como a Unicafes e Ocesc, contradizem o conceito de “cooperativas órfãs” atribuído às CDAF. Apesar da contradição, essas relações não afetam os principais objetivos dessas organizações e a importância do seu papel junto à AF. Diante disso, essas relações podem ter origem em laços de proximidade, (pois a Unicafes tem uma forte atuação no Oeste catarinense), laços políticos ou até utilitaristas, na medida que essas entidades oferecem uma série de serviços pertinentes para as CDAF. Por fim, outro ponto conflitante com a teoria é o caso da Cooperanita, que na atualidade não firma relações com o poder público.

Em confronto a essa realidade, ao analisar as relações firmadas entre a Cooperanita e outras categorias, observa-se uma série de interações que corroboram com os preceitos teóricos das cooperativas descentralizadas. As relações firmadas entre CDAF e Sindicatos, por exemplo, são citadas em todos os estudos realizados na região Oeste e no território do Alto Uruguai, e estão presentes também na Serra Catarinense. Essa relação possui interesses que vão além dos mercantis e utilitários, pois representam um apoio mútuo de dois atores envolvidos com a causa da AF, por meio de cooperação. Outras relações, pelo contrário, possuem caráter unicamente mercantil e de trocas comerciais, como é o caso de algumas

relações firmadas entre as CDAF e outras cooperativas ou agroindústrias, objetivando a comercialização ou prestação de serviços como a agroindustrialização.

Essas relações mercantis também são parte das relações de cooperação, mas correspondem apenas a uma pequena parcela das necessidades e inerência do movimento cooperativista e de suas organizações (Polanyi, 2000). Há uma necessidade de reforço das relações mais plurais e recíprocas, capazes de realizar a redistribuição e equidade das condições materiais, socializando "os ganhos e perdas" e gerando efeitos sinérgicos na sociedade (Laville, 2014).

Ao analisar as relações firmadas pelas CDAF no território da Serra Catarinense, percebe-se que seu principal papel perante a governança territorial é sua posição como organizadora e representante de uma parcela da categoria da AF que possui um importante papel no planejamento, na produção e na distribuição de alimentos saudáveis para a população local, principalmente através das PPAA.

Por fim, referente ao SNA das CDAF da Serra, percebe-se a presença de um eixo de relações que liga as cooperativas Ecoserra, Econeve e Cooperanita[22], porém, ainda com um caráter fraco em relação à gestão dessa governança. Nessas relações, percebe-se um papel maior da Ecoserra em apoiar e capacitar essas outras CDAF que carecem de melhores condições materiais e imateriais. Há também uma dinâmica de via oposta a essa, na qual a Cooperanita, por exemplo, auxilia a Ecoserra através do uso de um beneficiador de grãos. Todas as relações firmadas pelas CDAF com outros atores e entre si geram um embrião de governança territorial perante a produção e distribuição de alimentos. Essas interações, se fortalecidas, podem representar uma conjuntura capaz de fomentar o alcance dos ODS em escala territorial e potencializar a concretização de uma dinâmica de DTS alinhada aos preceitos da CBST.

5.3 AÇÕES E POTENCIALIDADES DE CUMPRIMENTO DOS ODS 2 E 8 PELAS CDAF DA SERRA

Existem diversos fatores atuais que dão importância ao cooperativismo na atuação perante os ODS, tais como: o Pacto Global para o Emprego, adotado pela Conferência Internacional do Trabalho, que destaca a importância da cooperação para alcançar um

[22]No início do acesso às PPAA, apenas a Ecoserra operava nesses canais de comercialização no território. Diante da necessidade de criação outras cooperativas para o mesmo objetivo, ocorreu um processo de capacitação e descentralização da operacionalização dessas políticas, o que foi pensado em conjunto por diversas organizações e que culminou na forte relação entre essas CDAF (informação obtida através de conversa com ator territorial).

desenvolvimento responsável e ambientalmente equilibrado; a recomendação nº 193 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a promoção do cooperativismo como gerador de empregos decentes; a resolução aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, sobre 'O futuro que queremos', que destaca a significativa contribuição das cooperativas na inclusão social e redução da pobreza; a própria Agenda 2030 que reconhece expressamente o trabalho das cooperativas para atingir suas metas (Bento, 2023).

Essa importância também tem respaldo na atuação das CDAF em vista dos ODS, sendo estudada em *cases* internacionais (Cramer et al., 2017; Yawar; Seuring, 2018; Charles; et al., 2020; Filippi et al., 2023), onde as pequenas cooperativas analisadas apontaram como principais resultados a criação de estratégias como atuação perante fornecedores, investimentos técnicos e assistência financeira, integração logística, o que acaba melhorando o desempenho econômico e social dessas organizações perante a sociedade. Esses resultados corroboram também com a atuação das CDAF, especificamente no estado de Santa Catarina, pois os mesmos abordam as questões relacionadas à melhora das condições produtivas, aos serviços de coordenação e da condição de vida dos agricultores familiares. Como exemplo podemos citar os trabalhos conduzidos na região Oeste e no Alto Uruguai (Estevam et al., 2014; Franz; Dalbello, 2014), onde todos os cooperados entrevistados afirmaram o aumento dos ganhos financeiros, da assistência técnica, da capacidade produtiva e de comercialização, após filiar-se à CDAF.

Conforme exposto nos estudos de Mior et al. (2014), Estevam et al. (2014), Busarello et al. (2014), Ghellere et al. (2014), Wilkinson (2014), Rونçani; Estevam et al. (2015), Estevam (2016), Kunzler e Baldalotti (2017), Mera e Moreira (2022), Farias e Búrigo (2024), Silva et al. (2024), as CDAF possuem forte atuação na melhoria das condições de trabalho, auxiliando na industrialização por meio de possibilidades como a contratação de funcionários em nome da organização, mantendo os direitos relativos à aposentadoria especial da AF. Além disso, oferecem ATER para a capacitação e certificação dos produtos, principalmente os de origem animal, promovendo sistemas produtivos mais sustentáveis e orgânicos, o que corrobora com o conceito de sustentabilidade. Diante disso, podemos indicar que a atuação das CDAF junto a AF produz um aumento econômico e inserção produtiva desses agricultores, com horizontes para uma agricultura mais sustentável. Ao serem indagados sobre metas referentes aos ODS 2, os dirigentes das CDAF da Serra Catarinense demonstraram que já atuam em diversos quesitos da Agenda 2030, como é o caso do oferecimento de alimentos para camadas mais vulneráveis da sociedade. Apenas a Coopermuse não realiza a venda ou doação de seus produtos para essa

faixa da população, fazendo sendo a única a não responder positivamente a essas metas. Além disso, a Coopermuse também não atua diretamente com o cultivo de espécies nativas ou raras, o que coloca ela e a Econeve como as únicas que não mobilizam esse tipo de produto. Por fim, todas as CDAF possuem ações voltadas ao aumento da capacidade produtiva e agregação de valor, seja através da agroindustrialização, mobilização de artesanato ou pela produção de produtos orgânicos de forma certificada, fornecendo esses produtos para a população local.

Referente ao ODS 8, todas as CDAF pesquisadas, com exceção da Econeve, responderam positivamente ao cumprimento das metas aglutinadas. O caso particular da Econeve de não cumprimento vem por conta da ausência de atividades voltadas à agroindustrialização e empreendedorismo, além da ausência de políticas voltadas à redução das desigualdades de gênero e raça, buscando incluir jovens na vida ativa da organização. Ademais, o restante das CDAF possui diversas iniciativas voltadas para a redução da discriminação na busca de garantir condições de trabalho adequadas para todos e construir um crescimento econômico sustentável.

Em vista disso, algumas dessas ações realizadas no âmbito desses dois ODS possuem graus de intensidade e de compreensão diferentes para cada CDAF. Por exemplo, as ações voltadas para a melhoria da eficiência produtiva, reduzindo ou revertendo os danos ambientais são realizadas em diversas esferas, como por meio da produção agroecológica e redução dos danos ambientais dos sistemas produtivos ou também através de políticas internas de redução de uso de resíduos e lixo zero, levando a distintas políticas de sustentabilidade. Assim, a própria compreensão dos entrevistados perante a Agenda 2030 é heterogênea, com dirigentes mencionando o conhecimento e o desconhecimento dessas medidas.

Desse modo, as CDAF da Serra Catarinense mostram-se organizações capazes de protagonizar ações e projetos que visem o alcance dos ODS em escala territorial. A falta de cumprimento de algumas metas pelas cooperativas analisadas faz parte de limitações pontuais que facilmente poderiam ser revertidas, através da promoção da agroindustrialização, do acesso às PPAA e do fomento de políticas internas voltadas à construção de igualdades dentro do quadro social dessas organizações. Por fim, existe uma necessidade de formação desses agentes para que possam tomar consciência e se apropriar dos preceitos da Agenda 2030.

5.4 AS CDAF SÃO CAPAZES DE SE AFASTAR DE PROCESSOS DE DEGENERAÇÃO COOPERATIVISTA?

À luz dos resultados dessa pesquisa, cabe raciocinar a efetividade das CDAF em se contrapor à degeneração de seus ideais. Para chegar em encaminhamentos conclusivos, precisa-se atentar às esferas interna e externa em que ocorre a degeneração. Como fatores que induzem a degeneração, foram levantadas as pressões do mercado e o individualismo como principais fatores externos e o afastamento dos princípios e da base social somada a não transparência e falta de engajamento dos associados nas atividades como principais fatores internos causadores da degeneração.

A resistência das CDAF às pressões externas passa pela mudança da realidade local das relações de mercado não recíprocas e promotoras de desigualdades. A construção de um processo de DTS, onde os atores territoriais organizem-se em torno do oferecimento de produtos e serviços com qualidades territoriais, tem o poder de incentivar relações de confiança e reciprocidade, o que gera por consequência a cooperação e o afastamento dos efeitos deletérios do sistema capitalista. Além disso, as CDAF promovem iniciativas correlatas ao enfoque da CBST, contribuindo com as bases de um processo de Desenvolvimento Territorial Sustentável, permitindo novas formas de reprodução que não sejam na ótica de "crescer ou extinguir-se". Isso também se mostra na construção de relações dessas organizações, as quais formam uma rede de atores em torno de uma questão: apoio à produção de alimentos da AF, atuando na organização dessa categoria social e no acesso às PPAA.

A intercooperação presente entre as CDAF representa uma semente capaz de desencadear esse processo, mediante o fortalecimento da governança territorial em torno da produção de alimentos saudáveis na Serra Catarinense. O aumento da relevância dessas organizações resultaria numa maior parcela da AF filiada, dando condições de acesso às PPAA para um número maior de agricultores e uma quantidade e variedade maior de alimentos. Somado a isso, a melhora da reputação do território também formaria demanda de consumo e externalidades positivas, efeito esse que deveria ser promovido de forma igualitária em todos os territórios dentro da Amures. Tudo isso passa pela valorização e preservação da paisagem natural e das plantas e animais nativos, que devem ser mobilizados em torno de um planejamento de longo prazo e a participação de todos os segmentos da sociedade.

Por outro lado, para enfrentar as ameaças internas provenientes da degeneração, as CDAF possuem um sistema de gestão de suas atividades democrático e participativo, facilitado pelo caráter descentralizado de suas atividades. Somados a este fator, a presença de agricultores

da AF e mulheres na posição de direção gera uma liderança ligada às bases sociais da cooperativa. Na busca do enfrentamento dos problemas relativos à sucessão na administração, as CDAF da Serra conduzem diversas ações de capacitação e incentivo para mulheres e jovens.

Apesar da reconhecida dificuldade relatada nas entrevistas, as CDAF promovem a organização e coordenação da AF, buscando concretizar as capacidades de reprodução dessa categoria ao afastar-se das ditas ameaças internas. Isso se comprova no fato de que, ao analisar o cumprimento dos atributos idealizados na pesquisa, a categoria mais cumprida pelas CDAF foi a Gestão, relacionada às características de uma gestão horizontal e democrática, com corpo dirigente de agricultores ou pessoas ligadas à agricultura que representam a base social. Diante disso, as características das CDAF da Serra Catarinense mostram uma série de aspectos que as colocam como organizações capazes de enfrentar o dilema do cooperativismo empresarial e afastar-se da degeneração, porém, há uma sucessão de entraves que freiam e limitam a inserção dessas organizações nesse embate.

Como pontos frágeis e necessários de melhorias, podem ser citados a governança incipiente dos atores territoriais, que não interagem de forma intensa e tocam suas atividades de forma individualizada, como também foi averiguado nos estudos de Cazella et al. (2019), Souza (2021), Farias (2022), Farias et al. (2023), Ribeiro et al. (2023), Farias e Búrigo (2024) e Ribeiro et al. (2024). Isso cria um ambiente de disputa e competição, que implementa o dilema da degeneração no dia a dia de algumas CDAF. É o que relata o entrevistado 3:” (...) A gente se virava... Então chegou o momento que chamamos reunião para dizer: Ou crescemos, ou “paremos”, né? Daquele jeito não tinha mais como manter.”

Além disso, os problemas enfrentados com a sucessão familiar no campo reverberam no engajamento dos jovens no corpo dirigente da CDAF. Por fatores semelhantes, existe uma falta de engajamento dos cooperados nas atividades das cooperativas, ligada com uma ideia utilitária econômica do cooperativismo. Essa falta de engajamento se percebe nas vendas feitas por fora da cooperativa, por motivos de maiores ganhos individuais, o que afeta os ganhos coletivos, gerando riscos para a manutenção das atividades da organização, como também apontam Scarabelot e Schneider (2014). Para superação desse e de outros problemas, é necessário o investimento em educação, formação e informação, preceitos contidos no 5º princípio do cooperativismo, conscientizando as pessoas sobre as peculiaridades que diferem uma cooperativa de uma empresa qualquer e as responsabilidades perante o coletivo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alvo de diversos estudos na temática do DTS, a Serra Catarinense se conforma como um território de contradições. Por um lado, possui uma característica marcante de concentração de terras e desigualdade social, fruto de uma economia baseado no agronegócio, integrado com a indústria, voltado à produção e exportação de commodities. Por outro, detém uma série de especificidades e belezas naturais, que geram bens, serviços e multifuncionalidade, mobilizados por diversos atores territoriais que atuam junto ao setor privado, público e associativo. Essa dicotomia gera o caráter latente e desigual do desenvolvimento desse território. Certas regiões apresentam um setor de turismo e serviços associados pujante, enquanto outras apresentam queda na população, baixos IDHM e um domínio do setor do agronegócio.

Esse dilema é fruto da tendência de concentração inerente ao sistema capitalista, que afeta as possibilidades de manobra dos atores perante os entraves e conflitos presentes nas redes sociais e nos mercados. Além de limitar as ações dentro do *establishment*, o capitalismo sujeita organizações solidárias e da economia social a um dilema existencial. No âmbito do movimento cooperativista, esse dilema é chamado de degeneração, que sujeita essas organizações a se comportarem como uma empresa capitalista para sobreviver a condições cada vez mais adversas de tributação, produção, competição e mercado. Para superá-lo, as cooperativas precisam inovar na sua organização interna e atuar de forma transformadora no ambiente externo.

As CDAF são um fenômeno recente no cooperativismo catarinense e ainda carecem de investigação, sendo o estudo das CDAF da Serra Catarinense uma contribuição para atualizar os preceitos teóricos sobre o tema. Algo que transpassa a maioria dos estudos sobre essa categoria é o destaque dado para a Epagri, ONGs e as PPAA como germinadoras do movimento das CDAF. Tais ações adaptaram à realidade de cada território e contribuíram para a construção de cooperativas que organizam a base social da AF, com objetivo de fornecer alimentos de qualidade para a população local e melhorar a vida dos pequenos agricultores. Sem o advento de políticas como o PNAE e o PAA e a atuação ativa de redes sociotécnicas fomentadas pela Epagri e ONGs, as redes de cooperação do estado certamente não teriam a importância que tem hoje.

A ferramenta baseada no tipo ideal weberiano empregada neste trabalho, auxiliou na caracterização dos aportes materiais e imateriais presentes nas CDAF, criando um panorama que auxilia a entender a realidade de cada uma das organizações estudadas. Ela se demonstrou

um instrumento que ajuda a explicar a realidade das CDAF e permite a realização de comparações e estimativas, algo de suma importância para os estudos sobre o tema. Ainda assim, notou-se que futuros estudos deverão delimitar de forma mais precisa os critérios quantitativos abordados, como número de assalariados, e rever a questão da não filiação à entidades representativas, atributo que está defasado perante a realidade atual. As análises realizadas nos tópicos 4.1, 4.2 e 4.3, o que inclui a utilização da ferramenta, contribuem com o atingimento do objetivo específico 1.

Em resposta ao objetivo específico 2, foi constatado que na Serra Catarinense, as CDAF não possuem uma forte atuação na agroindustrialização e no oferecimento de assistência técnica, atuando majoritariamente na venda de produtos *in natura* nas PPAA (com destaque para a maçã Fuji e derivados), o que representa sua principal contribuição ao desenvolvimento do território. Apesar disso, também possuem alguns projetos voltados à agroindustrialização, focados nos produtos de origem vegetal. Em geral, são organizações pequenas, que operam majoritariamente dentro das delimitações da Amures, embora haja algumas exceções. Há uma série de produtos territoriais comercializados por essas cooperativas, como o pinhão *in natura* e processado, a maçã Fuji e derivados. Porém, essa atividade ainda tem baixa escala, não havendo acesso a canais variados de comercialização nem maior interação delas com o turismo.

Verificou-se também que o foco quase exclusivo dessas organizações nas PPAA é a principal causa dessa baixa escala de produção agroindustrial, que poderia ser mais bem explorada para diversificar os canais de comercialização e diminuir a dependência das CDAF a essas políticas. A exceção se expressa na Coopermuse, que mobiliza produtos agroindustrializados e artesanato atrelados ao território e de forma conjunta, mobilizando sua organização para participar de uma série de eventos típicos culturais e gastronômicos do território, o que também contribui para alcançar o objetivo específico 2.

Sobre o objetivo específico 3, apesar da baixa produção e comercialização de recursos específicos, as CDAF atuam de forma ativa na construção da CBST por meio de sua participação e interação na rede social de atores territoriais da Serra. Por conta da sua importância perante a AF, os eventos típicos e o movimento cooperativista no território, assumem um relevante papel na governança das PPAA, na organização da produção orgânica e agroecológica e em diversos espaços políticos e representativos. Por meio de suas relações, formam uma rede de intercooperação entre as CDAF, potencializando as estruturas que servem para apoio mútuo, assistência, capacitação e incentivos de iniciativas da AF, bem como as bases cooperativistas no território. Apesar dos resultados, a pesquisa não foi capaz de analisar as

eventuais relações firmadas entre CDAF e as cooperativas de crédito existentes no território, algo que necessita ser abordado em novos estudos.

Em relação ao objetivo específico 4, o estudo coloca as CDAF em foco como possíveis agentes promotoras do DTS, capazes de atuar perante os preceitos da sustentabilidade, da governança participativa e da territorialização do plano de ação global contido na Agenda 2030 da ONU. Diante disso, sua representação na base social dos agricultores familiares, sua atuação na produção e distribuição de alimentos ligada a uma escala e técnica de baixo impacto ambiental, insere populações marginalizadas a novas dinâmicas econômicas e alça maior capacidade produtiva, o que está alinhado aos ODS 2 e 8. Dessa maneira, as CDAF representam uma força capilar de produção de alimentos saudáveis e geração de condições de trabalho dignas para os territórios rurais.

Além de figurar como modelos democráticos, descentralizados e participativos, as CDAF possuem uma forte ligação com sua base social e uma resistência a modelos organizacionais verticais. Somando-se a isso, as CDAF são propriamente atores territoriais, participando da governança local e recriando os laços no tecido social do território, por meio de relações comerciais e de cooperação. Com isso, ao modificar as relações no ambiente local, modificam a realidade material das relações capitalistas, investindo nas esferas social e ambiental e promovendo dinâmicas de DTS na Serra Catarinense.

Esses resultados proporcionam respostas a pergunta levantada durante a pesquisa, que indagava se as CDAF representam um modelo capaz de superar ou amenizar os efeitos da degeneração presentes nas organizações cooperativistas. Essa elucidação foi reforçada nas CDAF estudadas devido ao histórico de fidelidade que elas demonstraram deter face aos ideais do cooperativismo e pela falta de evidência de que existiram processos degenerativos em outros aspectos. Com isso, pode-se responder de forma positiva que o modelo descentralizado de cooperativas da AF da Serra tem sido capaz de exercer uma forma de resistência à degeneração.

Por meio da aceitação da hipótese de pesquisa, junto ao advento da ferramenta gráfica, revela-se também uma possível funcionalidade para a metodologia criada: medir a capacidade de uma cooperativa em resistir à degeneração. Isso se dá por conta de muitos atributos analisados que aumentam as possibilidades de enfrentamento à essa tendência, principalmente dos atributos ligados à categoria Gestão, Mercados alimentares e Relações.

Perante todas as considerações levantadas, estima-se que objetivo geral dessa dissertação “analisar as características, organização e modo de ação das CDAF da Serra

Catarinense, tendo em conta seus produtos e relações com o território, sob a ótica do Desenvolvimento Territorial Sustentável" foi alcançado, com algumas ressalvas.

Existiram alguns entraves para atingir os objetivos da dissertação. Como principais dificuldades para a execução desta pesquisa, podem ser relatadas a falta de dados secundários e pesquisas quantitativas atuais que abordem o caso das CDAF, especificamente nos territórios do Planalto Norte, do Vale do Itajaí, do Nordeste de Santa Catarina e da Grande Florianópolis, o que dificulta a realização de comparações e a compreensão das nuances dessa categoria. Além disso, a atribulada agenda dos dirigentes e cooperados, que possuem um elevado volume de trabalho, dificultou um contato mais próximo e por longo tempo, além da distribuição geográfica distante entre essas organizações, que dificultou o financiamento de mais visitas à campo e a realização de entrevistas com os próprios agricultores, o que poderia indicar nuances entre o discurso da direção e dos demais cooperados. Por fim, a presença de um universo amostral pequeno e heterogêneo também dificultou a obtenção de tendências e tipologias mais gerais, o que pode gerar alguns resultados enviesados, face a natureza particular dessas experiências cooperativas.

Após a conclusão da pesquisa, algumas perguntas ainda precisarão ser elucidadas para se ter uma compreensão mais abrangente desse modelo cooperativo. Como principais pontos a serem destacados, há a necessidade de se traçar o perfil das CDAF situadas em cada uma das macrorregiões do estado e quantificar a contribuição delas nas PPAA e na governança territorial. Além disso, realizar pesquisas quantitativas de maior amplitude, quanto à abrangência da base social, número de cooperados, ações de sustentabilidade e movimentação econômica, o que é importante para se entender as tendências e principais entraves enfrentados por essas organizações ao longo do tempo.

Por fim, é necessária a delimitação mais precisa das diferenças entre CDAF e outros tipos de cooperativas centralizadas, principalmente em quesitos como a filiação em entidades representativas, organização da agroindustrialização e presença de estruturas centralizadas, buscando conceber uma "teoria geral das CDAF" e evitar vieses nas análises, principalmente as geradas em torno do patrimônio e de escala existentes. A melhor compreensão dessas questões serve para entender as necessidades e potencialidades das CDAF face a AF e o DTS, indo ao encontro da teoria dos ótimos diferenciais de Chayanov – que busca explorar o máximo potencial dessas organizações sem causar a descapitalização de seus cooperados –, com apoio de políticas públicas, e novas estratégias de comercialização e gestão.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, Paulo Freire; CAZELLA, A. A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, JP.. **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: Secco, 2010.

ACOSTA, M. P. BARCELOS, L. B. BAPTISTA, M. SUAVE, M. E. B. C. SANTANA, A. S. R F. Redes colaborativas para el fortalecimento de cooperativas: los casos "Associação Acolhida na Colônia" y "Cooper Frango Carú". In: BÚRIGO, F. L.; ROVER, O J. FERREIRA, R. G. **Cooperação e Desenvolvimento Rural**: olhares sulamericanos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021.

AGUIRRE, B. M. B. **Mercado de trabalho rural, Estado e cooperativismo**. São Paulo. Instituto de Pesquisa Econômica/USP, 1987.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL - ACI. **Cooperatives Identity Statement**. 2024. Disponível em: https://ica.coop/en. Acesso em: 22 out. 2024.

ANTUNES, R.; RIDENTI, M. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. Mediações. **Revista de Ciências Sociais**, v. 12, n. 2, p. 78-89, 2007.

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA SERRA- Amures. **Casa da Tradição reverencia a história da Festa do Pinhão e a cultura serrana**. 2024. Disponível em: https://amures.org.br/2024/05/23/casa-da-tradicao-reverencia-a-historia-da-festa-do-pinhao-e-a-cultura-serrana/. Acesso em: 11 out. 2024.

BARBIERI, J. C.; PECQUEUR, B. **Gestão ambiental empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, n. 32, v.16, p. 31-50, 2001.

BENTO, M. H. S. ROSSÉS, G. F. SANTOS, M. B. HOHER, R. MACHADO, V. N. Trabalho Decente e Cooperativas: um estudo bibliométrico. In: Anais 7º EBPC. **Anais…** Brasília (DF) FINATEC - UNB, 2023. Disponível em: https//www.even3.com.br/anais/ebpc-encontro-brasileiro-de-pesquisadores-em-cooperativismo-312961/644467-TRABALHO-DECENTE-E-COOPERATIVAS--UM-ESTUDO-BIBLIOMETRICO. Acesso em: 24/10/2024

BORGATTI, S. P. ; EVERETT, M. G. JOHNSON J. C.Analyzing Social Networks. London: SAGE Publications Ltd, 2013.

BRANCO, J. S C. **Alemães em Lages:** uma trajetória de conflitos e alianças guardadas pela memória. 2001. 177 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) - - Programa de PósGraduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 519, de 22 de março de 2015**. Revoga a Lei nº 5.764, de 1971 e a Lei nº 6.98, de 1982. Brasília: Senado Federal, 2015.

BÚRIGO, F. L. **Cooperativa de crédito rural**: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte? Editora Argos, Chapecó, 2007.

BÚRIGO, F. L. **Finanças e solidariedade**: cooperativismo de crédito rural sustentável no Brasil. Editora Argos, Chapecó, 2010.

BÚRIGO, F. L.; ROVER, O. J.; FERREIRA, R. G. Habilidades e práticas para a cooperação no desenvolvimento rural. In: BÚRIGO, F. L.; ROVER, O J. FERREIRA, R. G. **Cooperação e Desenvolvimento Rural**: olhares sul americanos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021.

BUSARELLO, C. S. et al. Cooperativas Descentralizadas e empreendedorismo individual: duas alternativas à informalidade. In: ESTEVAM, D. O. MIOR, L. C. (org.). **Inovações na Agricultura Familiar:** As Cooperativas Descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2014.

CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. **Le développement territorial**: une réponse émergente à la mondialisation. Paris, Ed. Charles Léopold Mayer, 2014

CAMPOS, D. V. **Max Weber, o conhecimento sociológico da história**: uma interlocução com a filosofia hegeliana. 2006. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

CÂNDIDO, M. S. et al. **Santa Catarina em números**: macrorregião serra catarinense. Florianópolis: SEBRAE, 2013.

CARNEIRO, M. J.; ROCHA, B. N. Limites e possibilidades da construção de Territórios de Desenvolvimento Sustentável na região serrana do Rio de Janeiro. *In*: VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A. A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, J-P. (org.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil:** Subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: Secco, 2010.

CAZELLA, A. A. As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial: uma análise a partir da experiência francesa. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 13, p. 5- 27, 2008.

CAZELLA, A. A. **Formulário de Relatório Técnico e Científico**: desenvolvimento territorial sustentável: interfaces entre a cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais. Florianópolis: Fapesc, 2023. Disponível em: https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2024/10/Relat%C3%B3rio-final_assinado.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; PAULA, L. G. N.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S. O enfoque da Cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v.16, no 3, p. 179-192, 2020.

CAZELLA, A. A.; PAULA, L. G. N.; MEDEIROS, M.; TURNES, V. A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, no 3, p. 49-74, 2019.

CAZELLA, A.A. ; TECCHIO, A. ; SCHNEIDER, S.; BONI, V. The territorial basket of goods and services and the social construction of markets: contributions from cooperatives and family-farmers' agrifood processing enterprises in Santa Catarina (Brazil). **Italian Review of Agricultural Economics** 79(1): 85-96, 2024.

CELENTANO, D.; VERÍSSIMO, A. A. A Amazônia e os Objetivos do Milênio. **Imazon**, Belém, 2007.

CHAMBERS, J. M.. et al. **Graphical Methods for Data Analysis.** Michigan: Wadsworth International Group, 1983.

CHARLES, J. FERRERAS, I. LAMINE, A. A freelancer's cooperative as a case of democratic institutional experimentation for better work: a case study of SMartBelgium. Transfer: **European Review of Labour and Research**, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 157– 174, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1177/1024258920919686

CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre: Ufrgs, 2017. 296 p.

COMTE, Auguste. Curso de Filosofia Positiva. Em: **Os Pensadores**. Tradução de José Arthur Giannotti. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA NO BRASIL - CNA. **Sistema integrado na cadeia produtiva do tabaco**: retirado de sistema faesc/senar-sc. Retirado de Sistema FAESC/SENAR-SC. 2023. Disponível em: https://www.cnabrasil.org.br/noticias/sistema-integrado-na-cadeia-produtiva-do-tabaco. Acesso em: 15 out. 2024.

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. **Um país em chamas**: aumento de queimadas agrava a crise climática. aumento de queimadas agrava a crise climática. 2024. Disponível em: https://ww2.contag.org.br/um-pais-em-chamas--aumento-de-queimadas-agrava-a-crise-climatica-20240919. Acesso em: 25 set. 2024.

CORNFORTH, C. Patterns of Cooperative Management: beyond the Degeneration Thesis. **Economic and Industrial Democracy**, Londres, v16 n(4), p. 487–523, 1995. https://doi.org/10.1177/0143831X95164002

COSTA, A. MATOS, R. E. S. VALLE, M. H. F. Análise dos processos de masculinização no meio rural dos municípios brasileiros segundo porte populacional e grau de modernização da agropecuária. **Campo-Território**, v. 10, n. 21, p. 271-292, ago., 2015.

CRAMER, C et al. Fairtrade and Labour Markets in Ethiopia and Uganda. **Journal of Development Studies**, [s. l.], v. 53, n. 6, p. 841–856, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1080/00220388.2016.1208175

CRESWEL, J. W. **Projeto de Pesquisa**: métodos quantitativos, qualitativos e mistos. Tradução: Luciana de Oliveira Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983.

DORIGON, C. Redes sociotécnicas como ferramentas de pesquisa. Agropecuária Catarinense, Florianópolis, v.11, n.4, p.15-18, dez./fev. 1998.

ELIAS, L. P. CUNHA, L. M. L. TAVARES ELIAS, H. BELIK, W. **As transformações da agricultura catarinense entre 1996 e 2017**: evidências a partir da análise de componentes

principais, 07/2019, 57 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), pp.1-3, Ilhéus, BA, Brasil, 2019.

ESTEVAM, D. O. et al. Cooperativas Descentralizadas: (re)conectando pessoas, produtos e o lugar em cadeias curtas de produção e comercialização. In: ESTEVAM, D. O. MIOR, L. C. (org.). **Inovações na Agricultura Familiar:** As Cooperativas Descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: INSULAR, 2014.

ESTEVAM, D. O. MIOR, L. C. (org.). **Inovações na agricultura familiar**: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2014.

ESTEVAM, D. O. MIOR, L. C. Introdução. In: ESTEVAM, D. O. MIOR, L. C. (org.). **Inovações na Agricultura Familiar:** As Cooperativas Descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: INSULAR, 2014.

FAÉ, G. M. DEGGERONE, Z. A. Cooperação e desenvolvimento sustentável: As práticas da agenda 2030 adotadas por uma cooperativa de crédito. **Revista Brasileira De Contabilidade E Gestão**, 13(24). 2024. https://doi.org/10.5965/2764747113242024026

FARIAS, N. W. **A Marca Coletiva Sabor Serrano e as agroindústrias familiares da Serra Catarinense**: do acesso aos mercados formais à construção de uma imagem territorial. 2022. 30 f. TCC (Graduação) - Curso de Agronomia, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

FARIAS, N. W.; BÚRIGO, F. L. As cooperativas descentralizadas da Serra Catarinense: um modelo inovador para a agricultura familiar. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE INVESTIGADORES EN COOPERATIVISMO, 13., 2024, Montevidéu. **Anais [...] .** Montevidéu: Udelar, 2024.

FAVARETO, A.; KLEEB, S. C.; GALVANESE, C.; MAGALHÃES, C. Territórios importam: bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 14-46, dez. 2015.

FILIPPI, M. BIDET, E. RICHEZ-BATTESTI, N. Building a Better World: The Contribution of Cooperatives and SSE Organizations to Decent Work and Sustainable Development. **Sustainability**, [s. l.], v. 15, n. 6, p. 5490, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.3390/su15065490

FONSECA, Maria da Graça Derengowski. A indústria de papel e celulose no Brasil: um estudo sobre competitividade e meio ambiente. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 1-23, out. 1995.

FRANZ, D.; DALBELLO, O. A trajetória de construção das cooperativas descentralizadas no Alto Uruguai Catarinense. in ESTEVAM, D. O. MIOR, L. C. (Org.). **Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2014, p. 55-69

FREITAS, A. F. FREITAS, A. F., CARVALHO, N. F. MOREIRA, I. R. J., BERNARDO, J. S. GARCIA, E. J., MIRANDA, R. C. C. JÚNIOR, A. B., VALADÃO, W. B. Cooperativismo, agricultura familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar: Reflexões para uma

agenda municipal de desenvolvimento sustentável. In: FREITAS, A. F. FREITAS, A. F. MOREIRA, I. R. J., SANTOS, F. S., CEZAR, L. C. JÚNIOR, A. A. (Org.). **Cooperativismo e Associativismo:** aporte técnico e pedagógico para apoiar organizações coletivas da agricultura familiar. Viçosa: Asa Pequena, 2022.

FURTADO, C. **O Mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1974.

GALVANESE, C. S. Planejamento e políticas territoriais no Brasil. **In: Paradigmas do planejamento territorial em debate**: contribuições críticas a um campo científico emergente. Santo André: E. UFABC, p.163-223, 2021.

GHELLERE, R., FIALHO, M. A. V., MIOR, L. C. A nova geração de cooperativas da Agricultura Familiar. In: ESTEVAM, D. O. MIOR, L. C. (org.). **Inovações na Agricultura Familiar:** As Cooperativas Descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: INSULAR, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOULARTI FILHO, A. A formação econômica de Santa Catarina. **Ensaios**: FEE, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 1-31, abr. 2002.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, 162(3859), 1243–1248, 1968.

HIRCZAK, M. MOLLARD, A. MOALLA, M. PECQUEUR, B. From the model of basket of goods to a more general model of territorialized complex goods: concepts, analysis.... **Canadian Journal Of Regional Science**, Canada, p. 241-262, mar. 2005.

HOLYOAKE, G. J. **Os 28 tecelões de Rochdalle** (história dos probo pioneiros de Rochdalle) Rio de Janeiro: Livraria Fracisco Alves, 1993.

IGNÁCIO, O. M. C.; SOUZA, E. M. S. Gestão estratégica aplicada ao cooperativismo solidário: uma alternativa de fortalecimento para os agricultores familiares. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v.4, n. 4, p. 54-79, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

JANIN, C.; PERRON, L. Valorizar os recursos territoriais: **chaves para a ação - guia metodológico**. Florianópolis, SC: Epagri, 2020.

JEAN, B. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. In: VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A. A. CERDAN, C. CARRIÈRE, J. (org.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil:** subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: Secco, 2010.

JOLLIVET, M. MENDRAS, H. (org.) **Les collectivités rurales françaises**; 1. Étude comparative de changement social. Paris, A. Colin, 1971.

JUNQUEIRA, B. A. **A abordagem política e social do cooperativismo no Brasil**. São Paulo: DAC, 1975.

KLAES, L. S. **Introdução ao cooperativismo**: livro didático. Palhoça-SC: Unisul, 2007.

KUMU. **Homepage**. 2024. Disponível em: https://kumu.io/. Acesso em: 22 set. 2024.

LACOUR, C. Les territoires, nouvelles ressources du développement. *In:* INRA, **Recherches pour et sur le développement territorial.** Symposium de Montpellier, 11-12 janvier, 2000.

LAVANDOSKI, J. TONINI, H. BARRETTO, M. Uva, vinho e identidade cultural na Serra Gaúcha (RS, Brasil). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 6, p. 216-232, ago. 2012.

LÉVESQUE, B. As bases teóricas e metodológicas do enfoque de desenvolvimento territorial sustentável: convergências e aportes específicos. In: VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A. A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, J-P. (org.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil:** Subsídios paraúna política de fomento. Florianópolis: Secco, 2010.

MANDEL, E. Self-Management: danger and possibilities. **International**. Vol. 2 No. 4. 1975.

MARIANO, E. B. **Progresso e Desenvolvimento Humano:** Teorias e indicadores de riqueza, qualidade de vida, felicidade e desigualdade. Rio de Janeiro: AltaBooks, 2019.

MARX. K. **O Capital** - crítica da economia política: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017. (p. 271 – 280)

MEDEIROS, M.; MARQUES, F. C.; TECCHIO, A; CAZELLA, A. A. A constituição de uma novidade organizacional no Sul do Brasil: avanços e limites da participação da agricultura familiar. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.58, p.1-16, 2020.

MEINSTER, A. **Participation, association, development and change**. Transaction Books: New Brunswick/New Jersey, 1984.

MILANO, M. Z.; CAZELLA, A. A. Cooperativismo e Associativismo no Enfoque da CBST: uma análise a partir da serra catarinense. In: BÚRIGO, F. L.; ROVER, O J. FERREIRA, R. G. **Cooperação e Desenvolvimento Rural**: olhares sul americanos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021.

MILANO, M. Z; CAZELLA, A. A. Da governança da Indicação Geográfica à governança da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma análise a partir da Teoria dos Comuns. **Revista Raízes**, Campina Grande, v.42, no1, p.74-92, 2022.

MIOR, L. C. Agricultores Familiares, Agroindústrias e Território: A dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense. 2003. 316 f. **Tese** (Doutorado) - Curso de Doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas: Sociedade e Meio Ambiente, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MIOR, L. C. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. *In*: VIEIRA, P. F.; CAZELA, A. A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, J. (Orga.). **Desenvolvimento territorial sustentável.** Florianópolis: APED: Seco, p.235-257, 2010.

MIOR, L. C. Trajetória de agroindustrialização e padrões de desenvolvimento rural na região Oeste do estado de SC (Brasil). In: **V Jornadas Agrárias de Buenos Aires**, nov. 2011.

MIOR, L. C., FERRARI, D. L, MARCONDES, T., REITER, J. M. W., MONDARDO, M. Inovações organizacionais da agricultura familiar no Sul catarinense. In: ESTEVAM, D. O. MIOR, L. C. (org.). **Inovações na Agricultura Familiar:** As Cooperativas Descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis : Insular, 2014. p. 21-54.

MOLLARD, A, Qualité et développement territorial un outil d'analyse, la rente. **Symposium De Recherches Pour Et Sur Le Developpement Territorial**. Montpellier: INRA-Dapdp, 2000.

MOVIMENTO NACIONAL ODS. **Os ODS**. 2022. Disponível em: https://movimentoods.org.br/. Acesso em: 20 set. 2023.

NAMORADO, R. **O mistério do cooperativismo:** da cooperação ao movimento cooperativo. Coimbra (Portugal): Almedina, 2013

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. 429p. Acesso em: 12 fev. 2022.

OLIVEIRA, A. P. et al. Agenda 2030 e cooperativismo: um estudo sobre a Coopercuc no seminário baiano. In: SOUZA, A. M. M. et al. (org.) **Desenvolvimento do semiárido**: organização, gestão, inovação & empreendedorismo. V. 2. MG: Poisson, 2021. cap.1, p 10-23.

Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2023**. Brasília: Sistema OCB, 2023.

Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB. **Cooperbrasil,** Brasília, Publicações OCB-DF, v.1, n.1, nov. 1997.

Organização Internacional do Trabalho - OIT. **Cooperatives and the sustainable development goals**: a contribution to the post-2015 development debate. Genebra: ONU, 2014.

PALMEIRA, M. **Modernização, Estado e a questão agrária**. Estudos Avançados, USP, 1989.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. Florianópolis, **Eisforia**, Florianópolis, n o 4, v. 4, p. 135-153, 2006a.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, n o 24, v. 1-2, p. 10-22, 2005.

PECQUEUR, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. **Eisforia**, Florianópolis, v. 4, n. 4, p. 135- 153, 2006b.

PINHO, D, B. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PIRES, M. L. S. e L. (Org.) C**enários e tendências do cooperativismo brasileiro**. Recife: Bagaço, 2004.

PLOEG, J. D. Van der. Mercados aninhados recém-criados: uma introdução teórica. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar:** desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p.21-52, 2016.

PLOEG, J. D. Van der.; OOSTINDIE, h.; BROEKHUIZEN, R. va. Understanding novelty production. Enlarging Theoretical Understanding of rural development (ETUDE), 2007.

POLANYI, K. **A grande transformação.** As origens de nossa época. 2ª edição. Rio de Janeiro. Elsevier, 2000.

PORTAL COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **Os 7 princípios do cooperativismo**. 2016. Disponível em: https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo-2/historia-do-cooperativismo/os-7-principios-do-cooperativismo/. Acesso em: 5 maio 2023.

QUEIROZ, M. V. **Messianismo e Conflito Social**: a guerra sertaneja do contestado: 1912-1916. 23. ed. São Paulo: Ática, 1981. 322 p.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Lucvan. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**: trajetos. 2. ed. Paris: Gradiva, 1995. 282 p.

RAMOS, I. S., TURNES, V. A., CAZELLA, A. A., PECQUEUR, B. Renda de qualidade territorial: da teoria francesa aos estudos brasileiros. **Desenvolvimento Em Questão**, 22(61). 2024. https://doi.org/10.21527/2237-6453.2024.61.16116

REITER, J. M. W. *et al*. **Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina 2016**. 289. ed. Florianópolis: Epagri, 2019. 76 p.

RIBEIRO, M. B. CAPELESSO, A. J. SAVIAN, M. CAZELLA, A. A. A valorização de recursos específicos e a construção de mercados por agroindústrias familiares como componentes de uma CBST na Serra Catarinense. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 61, 2024. **Anais**[...]. Piracicaba (SP) ESALQ/USP, 2023. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/sober2023/626259-A-VALORIZACAO-DE-RECURSOS-ESPECIFICOS-E-A-CONSTRUCAO-DE-MERCADOS-POR-AGROINDUSTRIAS-FAMILIARES-COMO-COMPONENTES-D

RIBEIRO, M. B., CAPELLESSO, A. J., & CAZELLA, A. A. Construção de mercados por agroindústrias familiares: análise sob a perspectiva da abordagem da cesta de bens e serviços territoriais. DRd - **Desenvolvimento Regional Em Debate**, 2024.

RIOS, G. S. L. Cooperativas e tipos de cooperativas no Brasil. **Revista Conceitos,** João Pessoa, v.8, n. 15, p. 113 - 119, 2009.

ROCHDALE PIONEERS MUSEUM. La cuna de la cooperación. Rochdale, Inglaterra, 2013. Disponível em: <www.rochdalepioneersmuseum.coop>.

RODRIGUES, R. Avaliação do cooperativismo brasileiro. In: PINHO, D. B (Org.). **As grandes coordenadas da memória do cooperativismo brasileiro:** avaliação do cooperativismo e modernização da agricultura cooperativista. Vol II. Brasília: OCB, 1991.

ROVER O. J.; MAGNANTI N. J. Extrativismo do Pinhão: soberania e segurança alimentar, agroecologia e gênero. In: MOTA, D. M.; SILIPRANDI, E.; PACHECO, M. E. L. (Org.). **Soberania alimentar**: biodiversidade, cultura e relações de gênero. Brasília, DF: Embrapa, 2021.

ROVER, O. J; LAMPA. F. M. Rede Ecovida de Agroecologia: articulando trocas mercantis com mecanismos de reciprocidade. **Agriculturas**, v. 10, n. 2, jun. 2013.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo : Brasiliense, 1993.

SACHS, I. **Initiation à l'écodéveloppement**. Paris : Éditions Ouvrières, Coll. Économie et Humanisme, 1980.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002a.

SACHS, Ignacy. Prefácio. In: VIEIRA, P. F (org.) **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento.** Florianópolis: APED, 2002b.

SANTOS, T. R. A. **Planalto Serrano**. 2022. InfoEscola. Disponível em: https://www.infoescola.com/geografia/planalto-serrano/. Acesso em: 29 maio 2022.

SÃO JOAQUIM ONLINE. **Festa Nacional da Maçã**: uma tradição há mais de 50 anos; veja a história da festa e a programação, edição 2023. Uma tradição há mais de 50 anos; Veja a história da festa e a programação, edição 2023. 2024. Disponível em: https://saojoaquimonline.com.br/destaque/2023/08/11/festa-nacional-da-maca-uma-tradicao-ha-mais-de-50-anos-veja-a-historia-da-festa-e-a-programacao-edicao-2023/. Acesso em: 11 out. 2024.

SARTORI, S.; MAGNANTI, N. J. **Sistematização do Território Serra Catarinense**: elaboração de propostas para o aprimoramento de políticas de desenvolvimento de territórios rurais, procurando integrá-las de forma coerente com a perspectiva agroecológica e desenvolvimento de metodologias de identificação e mapeamento de experiências. Lages: Centro Vianei de Educação Popular, 2021.

SCARABELOT, M. SCHNEIDER, S. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local: um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. In: ESTEVAM, D. O. MIOR, L. C. (org.). **Inovações na Agricultura Familiar:** As Cooperativas Descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2014.

SCHNEIDER, J. E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO. M. R. (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1981. p. 11-42.

SILVA, E. A. M. **Cooperativismo, o interesse pela comunidade e a promoção do desenvolvimento sustentável:** um estudo na Cresol vale europeu. 2021. 82 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2021.

SILVA, E. A. M.; BÚRIGO, F. L. CAPELESSO, A. J., FARIAS, N. W. Cooperativas Descentralizadas: Inovações na comercialização como suporte a uma agricultura familiar sustentável. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE INVESTIGADORES EN COOPERATIVISMO, 13., 2024, Montevidéu. **Anais [...] .** Montevidéu: Udelar, 2024.

SILVA, E. A. M; BÚRIGO, F. L. A contribuição do cooperativismo no desenvolvimento sustentável. In: FORNECK, E. MAYER, L. KERN, G. (org.). **Cooperativas e associativismo em Santa Catarina no contexto da imigração alemã para o sul do Brasil**. São Leopoldo: OKOS, 2022.

SILVA, E. A. M; BÚRIGO, F. L. CAZELLA, A. A. Cooperativismo de crédito e desenvolvimento sustentável: a aplicação do sétimo princípio cooperativista. **Pegada - A Revista Da Geografia Do Trabalho,** 22(2), 232–262. 2021. https://doi.org/10.33026/peg.v22i2.8471

SILVA, E. S. et al. Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências. **Revista uniRcoop**, v. 1, n. 2, p. 75-102, 2003.

SILVA, M. C**. Cooperativismo no Brasil**: um estudo comparativo de três perspectivas com ênfase na região de Florianópolis. 116 f. 2010. Dissertação (Mestrado em administração). Curso de pós-Graduação em administração, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2009.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. 1ª edição. abril de 2002.

SOBRINHO, W. P. **90% das queimadas em áreas do agronegócio da Amazônia são para criar gado**. Meio Ambiente. 2024. Elaborado por Uol. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/08/30/queimadas-na-amazonia-sao-9-vezes-maiores-em-pastagens-que-em-area-agricola.htm. Acesso em: 23 set. 2024.

SOUZA, L. A. **Análise do contrato de integração entre produtores de fumo e a indústria fumageira.** 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Unisc, Santa Cruz do Sul, 2010.

SOUZA, L. **As interfaces entre o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais e a Marca Coletiva Sabor Serrano em Santa Catarina.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2021.

SOUZA, M. C. **Food Networks and Agroecology**: a comparative study in territories of the global north and south. 2023. 162 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Cca, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

TORRES, V. P. CAZANE, A. L. DERÓBIO, R. S. CRUZ, L. A. O. A proeminência das cooperativas para o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, Teófilo Otoni, v. 2, n. 1, p. 1-18, jun. 2024.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século xxi. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 226 p.

VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A. A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, JP.. **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: Secco, 2010.

VIEIRA, P. F; CAZELLA, A. A; CERDAN, C; ANDION, C. Potencialidades e obstáculos à construção de territórios sustentáveis no estado de Santa Catarina. **Política e Sociedade**, n. 14, p. 335-380, abril de 2009.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. **Agricultura familiar; realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EdUPF, 1999.

WEBER, M. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). FERNANDES, Florestan (Coord.). **Weber** – Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13. São Paulo: Ática, 1999.

WEBER, M. **The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism**. New York: Scribner. 1952.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre, RS: Ed. da UFRGS, 2011.

WILKINSON, J. Prefácio. In: ESTEVAM, D. O. e MIOR, L. C. **Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular 2014.

WILSON, P. Le développement économique communautaire aux Etats-Unis et en Amérique Latine. In: DEMAZIÈRE, C. (éd.) (op.cit.), 1996.

YAWAR, S. A. SEURING, S. The role of supplier development in managing social and societal issues in supply chains. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 182, p. 227–237, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.01.234

ZARTH, Paulo Afonso. Introdução de novas raças de gado no sul do Brasil (1870-1950). **Revista História**: Debates e Tendências, Passo Fundo, v. 16, n. 1, p. 1-12, 12 ago. 2016. UPF Editora. http://dx.doi.org/10.5335/hdtv.16n.1.6258.